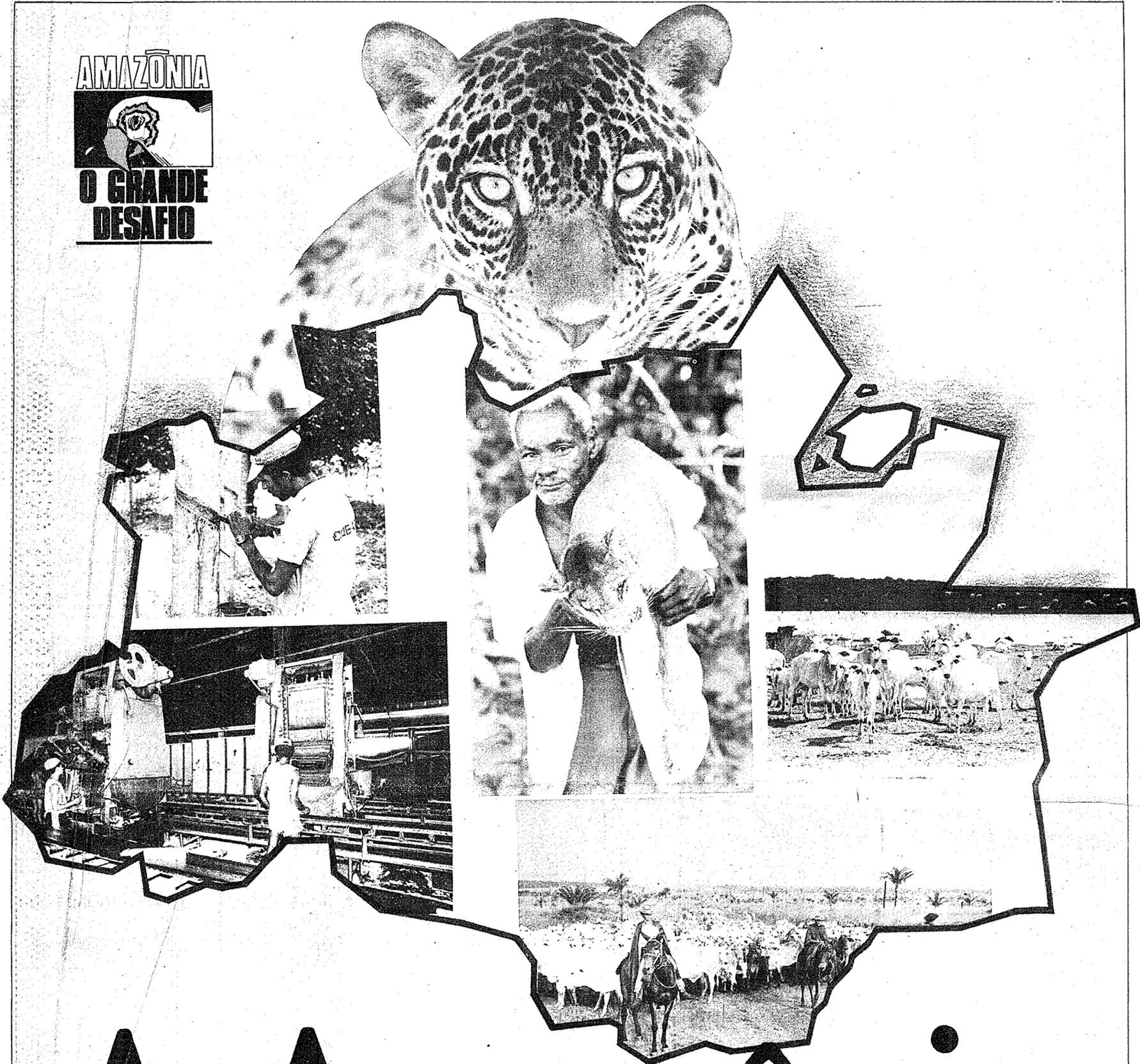


AMAZÔNIA



O GRANDE DESAFIO



A Amazônia sem máscara

Em 35 dias percorrendo a Amazônia em aviões, jipes e canoas, os repórteres Fernando Pinto e Eugênio Novais não conseguiram detectar na região nenhum deserto, devastação ou incêndio. Ao contrário, mais frequentemente tiveram dúvidas de como o homem poderia se deslocar no meio da densa floresta para produzir o inesperado volume de riquezas que ela proporciona.

O desenvolvimento da pecuária pode ser diretamente sentido no aumento da oferta de carne nos mercados do Norte e Nordeste. Impressiona mais, porém, quando precárias estradas e pontes aparentemente insuperáveis conduzem a fazendas onde as pastagens se intercalam com a mata virgem, numa proporção nunca inferior a 50 por cento para cada área. Nelas, milhares de cabeças de gado com a pelagem branca herdada do sangue nelore engordam o ano inteiro, sem a oscilação provocada pela entressafra comum nas demais regiões do País. Nem ao menos se vê o parasitismo do berne, que no Centro-Sul atrapa-

lha o desenvolvimento dos animais, deteriora seu couro e eleva os custos de produção.

Se a expansão da pecuária é reconhecida, outras atividades econômicas de importância semelhante se ocultam em meio à floresta e escapam à acuidade dos meios de comunicação que anunciam a desertificação da Amazônia. Talvez porque se desenvolvam de forma integrada com a floresta, os cultivos de cacau, castanha ou café não ganham relevo nas estatísticas de produção nacionais. Mas só Rondônia, hoje, persegue a liderança da Bahia na produção de cacau, e chega perto do Paraná com suas colheitas de café.

Ultrapassando geograficamente as lavouras de arroz e soja concentradas nas áreas de cerrados, o urucum, a seringueira e a pimenta-do-reino ganham espaços no interior da mata, constituindo novas e produtivas opções econômicas. Ao ponto de a cidade de São José, ao norte de Mato Grosso, abrigar um crescimento acelerado e já reivindicar o título de capital da borracha. Em seu município, as seringuei-

ras se expandem em perfeita integração com a floresta, e processos tipicamente tupiniquins permitem o processamento primário da borracha, agregando-lhe maior valor no comércio com as grandes indústrias nacionais e estrangeiras.

Cidades como São José brotam às centenas no largo território da Amazônia, permitindo a eliminação gradativa da contradição de a região corresponder a 58 por cento da extensão territorial brasileira, enquanto os brasileiros são desestimulados a ocupá-la. Novas comunidades se formam em núcleos de colonização ou grandes fazendas, evoluindo rapidamente para a condição de cidades onde problemas como o desemprego, o analfabetismo e a falta de oportunidades inexistem. Tanto quanto em São José, condições semelhantes proliferam em cidades como Nova Floresta, fundada há 13 anos ao norte de Mato Grosso, já próximo ao Pará e que hoje conta com 200 mil habitantes.

Seu fundador, o pioneiro Ariosto da Riva, vive há 37 anos na Amazônia, grande parte de

elas dedicados à formação de novas cidades, como Paranaita e Tapiacá. Agora, ele se empenha na instalação de uma quarta cidade, mantendo o otimismo quanto ao futuro da Amazônia. Otimismo que chega à euforia quando analisa as perspectivas econômicas da região em comparação, por exemplo, com os compromissos externos do Brasil. "Essa dividazinha de 112 bilhões de dólares é insignificante diante do potencial de nossas riquezas", menospreza Ariosto da Riva.

O próprio crescimento das atividades econômicas na região serve como suporte para a formação de novas comunidades, mesmo que os pioneiros tenham que abrir picadas nas matas para instalar seus projetos de vida — a conquista de novas oportunidades. Ao sobreviver à floresta, o repórter Fernando Pinto às vezes duvidava de como o homem poderia alcançar pontos tão isolados para explorar riquezas minerais como o ouro e a cassiterita. Mas teve oportunidade de relembrar o famoso relatório de mister Link, o geólogo norte-americano que, na década

de 50, negou qualquer possibilidade de se encontrar petróleo na Amazônia. Faz um ano, o repórter se lambuzou no óleo que jorrava do poço pioneiro de Olinda, no rio Madeira, que apressou os investimentos da Petrobrás na exploração de mais essa riqueza.

A descoberta de ouro no rio Tapajós, ainda no início da década de 60, a abertura de estradas como a Belém-Brasília e, mais recentemente, a Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho desencadearam há 30 anos a ocupação efetiva dessa larga faixa do território brasileiro. Mas também abriram o debate sobre a preservação da Amazônia, como se ela representasse um patrimônio intocável e, portanto, inaproveitável.

A discussão agora se reforça, e causa estranheza ao ministro do Interior, João Alves. Ele lembra que quando o professor Hermann Kahn, na década de 70, propôs a criação de um grande lago na Amazônia, a imprensa internacional não se abalou com a sugestão. Agora, que se intensifica a exploração de 50 por cento do potencial hidrelétrico

do País ali concentrado, acérrimas críticas são veiculadas por órgãos de divulgação de todo o mundo contra a formação de barragens que ocuparão menos de 0,2 por cento do território amazônico.

Na verdade, o Brasil não pode prescindir das riquezas que a região abriga — nem tem condições de simplesmente olvidar a existência da Amazônia como sua própria substância. Se convém que sua ocupação se faça de forma ordenada e sem prejuízos graves para a natureza, há de se evitar o extremo oposto, que uma imagem pouco realista forjou na consciência de parcelas da população urbana no Brasil e no exterior. E que pode ser representado por um acontecimento exemplar, ocorrido com o advogado Luiz Roberto Behowski, um paranaense que há anos mora em Rondônia. Durante férias em Ubatuba, quase teve seu carro queimado por portar placa de Ariquenes (RO). Foi chamado de incendiário e quase agredido por um grupo de ecologistas de sunga que não arreda pé do litoral e das praias. (ADALBERTO RIBEIRO)

Sehac dedica atenção especial ao Norte

Anonimamente, nos dois últimos anos o Governo Federal através da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária — Sihac e da Saden — Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, vem implantando programas de ação comunitária na Região Norte que visam, especialmente integrar a Amazônia no desenvolvimento nacional. Bem antes da polêmica causada pelos movimentos de preservação e internacionais de preservação dessa região, já era uma preocupação proporcionar condições dignas às populações com programas como a distribuição de leite, mutirões habitacionais, benefícios de ações comunitárias e o apoio aos pequenos produtores rurais.

Hoje quando as pressões da opinião pública mundial são cada vez maiores, a Sihac pode relacionar projetos que permitiram a implantação de infra-estruturas completas nos lugares mais longínquos da Amazônia sem que isso tenha representado uma exploração irracional dos recursos da região. Graças às condições possibilitadas pelas Forças Armadas com seu projeto Calha Norte nas regiões de fronteira e os recursos da Sehac para casas, escolas, pontes, hortas, prédios, centros comunitários, gabinetes médicos e dentários, milhares de brasileiros têm hoje uma vida melhor.

Como disse o presidente José Sarney, recentemente, ao lançar o Programa Nossa Natureza, "não aceitamos essa posição de réu sem crime, nem admitimos que se utilize a eco-

logia para evitar a integração da Amazônia e da América Latina, sob a alegação de que, através dela, iremos destruir a natureza. Não desejamos crescer a qualquer custo. Queremos crescer assumindo responsabilidades e o País está atento à necessidade de buscar o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental".

Da mesma forma o ministro do Interior, João Alves, considera que "a nossa geração tem o dever de transferir para as gerações futuras um Brasil ecologicamente saneado, economicamente forte, socialmente desenvolvido e de homens livres, que vivam em ambiente saudável, onde não exista mais a mancha negra da pobreza e da miséria".

Gerada e implantada não nos gabinetes, mas nos próprios locais que recebem periodicamente a visita dos técnicos da Sihac, os programas buscam atender às necessidades das populações de acordo com suas próprias prioridades. Com o apoio da Secretaria de Assessoramento, da Defesa Nacional, coordenada pelo ministro Rubens Bayma Denys, essas ações contam com a cooperação das Forças Armadas brasileiras que prestam apoio logístico e de informações. E programas como esses demonstram que, segundo Bayma Denys, "o brasileiro compreende cada vez mais a estreita vinculação entre natureza e saúde, entre natureza e alimentação, entre natureza e desenvolvimento, entre natureza e sobrevivência".



Nelson Proença explica ao governador Amazonino Mendes e funcionamento de equipamentos do PAC

PA-Rural atende os agricultores

A Região Norte, com suas peculiaridades geográficas e climáticas, que acabam contribuindo para as dificuldades econômicas e sociais de seus estados, está recebendo atenção especial da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária — Sehac — que vem implantando no Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Amazonas e Pará uma série de programas destinados às camadas mais necessitadas da população.

PA-Rural — O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, em nível de assessorias rurais organizadas os benefícios de sua ação, objetivando reduzir os elevados índices de êxodo rural através da melhoria das condições de vida do homem do campo. Esse programa abrange as áreas de lazer, saúde, educação, saneamento, produção agropecuária, geração de energia, apoio ao transporte e comunicações e condições de habitação, por exemplo. Nessa região, o PA-Rural, como é conhecido, está presente nos estados do Acre, Roraima, Rondônia e Pará, através de projetos implantados no ano passado. Neste ano, os benefícios devem ser estendidos aos demais estados.

Em 1988, o Programa chegou a 14 municípios da região (três no Acre, cinco no Pará, quatro em Rondônia e dois em Roraima), onde a secretaria aplicou NCz\$ 150 mil, prestando atendimento a mais quatro mil pequenos produtores rurais.

PAC já chegou a 117 cidades

Com seus 15 subprogramas, o PAC — Programa de Ação Comunitária — está presente nos seis estados com um total de 1.712 convênios firmados, 1.100 entidades envolvidas e 1.328 projetos aprovados. O PAC chega, assim, a 117 municípios, gerando 6,5 milhões de benefícios diretos.

Os subprogramas do PAC atuam nas áreas de saúde, educação, cultura, alimentação, agropecuária e também em projetos de infraestrutura urbana. Segundo o secretário Nelson Proença, esse programa integra as metas sociais do governo José Sarney, que tem como prioridade o atendimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas carentes. "Esse tipo de trabalho aproxima a administração federal das comunidades e permite uma ligação mais rápida, direta e sem dispersão de recursos entre as instituições", assegura Proença.

Os convênios do PAC são firmados com as prefeituras, que são responsáveis pelo recebimento dos recursos e repasseamento destes às comunidades. No Acre, são 113 entidades comunitárias beneficiadas por 163 projetos.

Mutirão garante casa a 100 mil

A construção de casas através do sistema de mutirões já beneficia mais de 100 mil pessoas na região Norte. Com o Programa Nacional de Mutirão Habitacional, forma utilizada pela Sehac para proporcionar às populações carentes o direito à casa própria, o Governo Federal junto com os estados, municípios e entidades comunitárias organizadas no ano passado mais de 430 mil casas em todo o País. No Norte, os estados atingidos foram Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

Esses resultados fazem parte do processo de incorporação por parte da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária da parte habitacional do extinto Ministério da Habitação e Bem Estar Social. E precedem o lançamento de dois novos programas habitacionais para famílias que ganham até dois salários mínimos: o Programa Nacional de Lotes Urbanizados que distribuiu 400 mil lotes com uma unidade sanitária cada uma nas cidades com mais de 100 mil habitantes e o Programa Nacional do Mutirão Rural que vai construir mais 100 mil casas em povoados do interior do Brasil.

Nos quatro estados da Região Norte beneficiados pelo mutirão habitacional a Sehac tornou possível a construção de 15 mil 500 casas. Foram 2 mil no Acre com 12 mil pessoas beneficiadas, 4 mil no Amazonas ajudando 24 mil pessoas, 2 mil 800 casas no Pará beneficiando 6 mil 800 pessoas e 7 mil 625 casas em Rondônia com um número de 45 mil 700 beneficiados.

Para o ministro do Interior, João Alves, "a Sehac é o instrumento governamental também para a habitação popular". A opinião de Alves foi manifestada recentemente em Manaus durante um evento no Comando Militar da Amazônia. Para o secretário Nelson Proença, "a determinação do presidente Sarney e essa declaração do ministro, a quem a Sehac está vinculada, demonstram a opção social do Governo ultrapassando a simples retórica. Nossa experiência é construir casas", argumenta, enfatizando que essa será a contribuição da secretaria diante dos novos desafios.

"E a partir dessa nossa experiência bem-sucedida no caso do mutirão habitacional que vamos partir para buscar alternativas de solucionar o déficit habitacional existente no País atualmente que é de 10 milhões de moradias, sendo que 70 por cento desse total atinge as pessoas mais carentes". A frente da Proença desenvolveu 5 mil 448 convênios com a totalidade dos Estados e Territórios, alcançando a integral de municípios brasileiros.

Proença revelou que só o Programa do Mutirão Habitacional investiu, no ano passado, NCz\$ 17,3 milhões, que, a exemplo da verba total aplicada, refere-se a valores de dezembro passado. "Como se observa desse número", avança o secretário, "o mutirão habitacional representa a maior parcela de recursos administrados pela Sehac e distribuídos às comunidades".

Benefícios são para 69 milhões

Os programas desenvolvidos em todo o Brasil pela Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária beneficiam mais de 69 milhões de pessoas de baixa renda mediante a execução de 51.145 projetos. A afirmação é do secretário Nelson Proença frisando que as ações da SEHAC se inserem dentro da política social do governo do presidente José Sarney.

Ele ressaltou que, nas mudanças sociais fundamentadas na prioridade dos pobres, o governo Sarney está voltado para trabalhar com a comunidade, uma das mais importantes células formadoras da sociedade.

AMAZONIA

A Amazônia é uma das regiões mais assistidas pela SEHAC, seja nas grandes cidades, ou nas regiões de fronteira. "É necessário entender a importância daqueles brasileiros que vivem em cidades afastadas dentro da Amazônia onde só se chega de barco, por exemplo. Eles merecem a nossa atenção porque são parte integrante da sociedade", ressaltou Nelson Proença.

O Estado do Amazonas já recebeu da SEHAC, dentro do programa de Ação Comunitária (PAC), recursos totalizando NCz\$ 2.055.586,00 decorrentes da celebração de convênios beneficiando diversas cidades. O Mutirão Habitacional destinou NCz\$ 1.354.370,00 com 53 projetos. O Acre firmou 31 convênios com o PAC no valor total de NCz\$ 158.427,16 sendo contemplado pelo Mutirão com NCz\$ 327.210,00. O Amapá recebeu do Programa de Ação Comunitária NCz\$ 76.457,74 decorrentes de convênios visando a construção de pontes, teatros comunitários, reforma de escolas, campanha de roupas etc.

O Mutirão contemplou o Amapá com NCz\$ 66.875,00. O Estado de Mato Grosso recebeu do PAC — mediante 114 convênios — uma verba de NCz\$ 1.002.658,01 e do Mutirão Habitacional NCz\$ 285.118,00. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural beneficiou Mato Grosso com NCz\$ 52.100,00 contemplando sete cidades. O Pará firmou convênios com o PAC totalizando NCz\$ 97.459,08. O Mutirão destinou ao Pará NCz\$ 746.477,50 e o PA-Rural NCz\$ 45.950,00 para quatro cidades.

Rondônia celebrou convênios com o PAC da SEHAC no valor de NCz\$ 743.180,82. O Mutirão destinou aos rondonienses uma verba de NCz\$ 872.032,00 e o PA-Rural NCz\$ 32.400,00. Roraima recebeu da SEHAC NCz\$ 11.400,62 do PAC, NCz\$ 17.650,00 do Mutirão e NCz\$ 9.200,00 do PA-Rural. "Esses números mostram, de maneira incontestante, o que a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária vem fazendo pelos milhares de brasileiros que vivem na Amazônia e são beneficiados com casas, pontes, estradas, esgotos, rede de água, construção de escolas, hortas e pomares erguidos com recursos do Governo Federal", finaliza o Secretário Nelson Proença.

Programas atendem a carentes

Criada em 1985 por decisão do presidente José Sarney a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária — Sehac é desde então, o braço social do Governo Federal. Em quatro anos de atividades, a Sehac assinou 9.709 convênios com todas as prefeituras do País liberando, nesse período, NCz\$ 35,53 milhões para programas como o da distribuição do leite para crianças carentes, os mutirões habitacionais, urbanização de favelas além de muitos outros, beneficiando aproximadamente 69 milhões de pessoas em todo o Brasil.

Com uma atuação crescente a cada ano, a Sehac vem dobrando o número de convênios implantados, desde 1986. Naquele ano a Secretaria firmou 1.689 convênios, o que representou Cz\$ 513,8 milhões em valores da época. No ano seguinte, o número de convênios pulou para 2.535 e a verba aplicada chegou a Cz\$ 5,87 bilhões, também em valores de então.

No ano passado, com um dos seus mais significativos programas — o do leite para crianças carentes de zero a sete anos — a Sehac beneficiou 7,6 milhões de menores a quem distribuiu 1,05 bilhão de litros de leite, mobilizando 25.182 entidades, numa aplicação de NCz\$ 39,5 milhões. Esse programa responde, hoje, por 32 por cento do leite pasteurizado produzido no País.

PARTICIPAÇÃO

Mas além dos mutirões habitacionais e do leite, a Sehac desenvolve em todo o País o Programa de Ação Comunitária pelo qual foram implantados, até o ano passado, 45.493 projetos que beneficiaram 26 milhões de pessoas com a alocação de NCz\$ 7,7 milhões. Outro programa de fundamental importância é o Fala Favela que tem por objetivo proporcionar reparos de moradias nas favelas das grandes cidades através da troca de tiquetes distribuídos pela Sehac, por materiais de construção no comércio convencional.

Em 1988, o Fala Favela beneficiou 60 mil brasileiros de nove regiões metropolitanas, envolvendo 439 as-

sociaçãos comunitárias proporcionando ainda obras de melhoramento que beneficiaram mais de 3,14 milhões de favelados, ao lado da construção de 168 centros comunitários que abrigam hoje 840 serviços de cunho social como postos médicos, creches, cursos pré-profissionalizantes, entre outros.

Além desses a Sehac desenvolve outro programa para a área rural: o PA-Rural ou Programa Nacional de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Foram implantados 203 centros comunitários, beneficiando 60 mil pessoas com o desenvolvimento de 1.800 projetos através de 224 entidades em igual número de municípios num investimento de NCz\$ 1,6 milhões.

Para o secretário Nelson Proença, "durante os quase quatro anos de atuação da Sehac constatamos que não se pode desenvolver um país sem a participação popular. Todo o esforço para desenvolver o Brasil tem de ser participativo, democrático, humanista, solidário e fraterno, deixando de lado as soluções paternalistas comuns em administrações anteriores".

FISCALIZAÇÃO

Segundo Proença, a Sehac nasceu para efetivar a opção social definida como prioridade pelo governo José Sarney com a participação da comunidade, que aponta os caminhos para a solução de suas carências e participa da efetivação dos benefícios.

Além das comunidades, a Sehac ainda conta com o apoio das prefeituras e dos governos estaduais para o desenvolvimento de seus programas. A participação das prefeituras foi a melhor forma encontrada para a dinâmica da ação comunitária, porque eles são fisicamente os agentes governamentais mais próximos das comunidades e de seus problemas. Além disso podem repassar, sem gastos excessivos, os recursos ou materiais para a comunidade, fiscalizar a aplicação e prestar contas nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas da União.

Índios garantem NCz\$ 150 mil

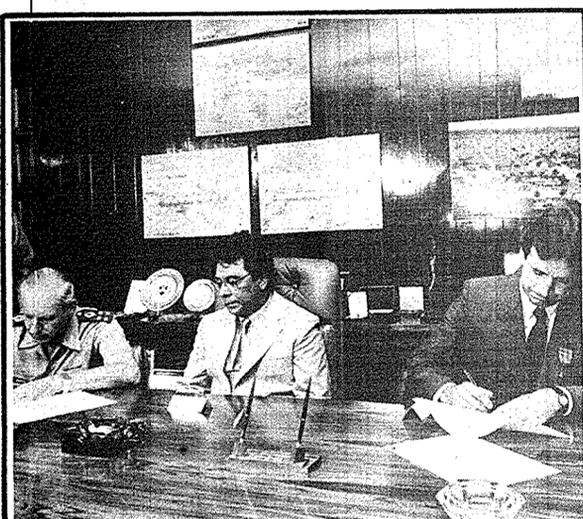
A Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária — Sehac e a comunidade indígena dos Txucarramãe, liderada pelo Cacique Raoni, assinaram nesta terça-feira, dia 18, às 15h na sede da Sehac (SEPS 702 - Ed. Lex - 2ª andar) um convênio transferindo a verba de NCz\$ 150 mil para que os índios Txucarramãe, sediados na aldeia Metutire, possam ser transferidos para a área Kapoto, a 50 quilômetros de distância do Parque Nacional do Xingu. O acordo para a liberação dos recursos foi assinado na semana passada pelo professor Antonio Maciel, representante da Sehac e pelo cacique Raoni Metutire.

Raoni explicou que, pelo acordo, será possível a construção de uma estrada ligando as duas áreas — Metutire junto ao Rio Xingu e a aldeia Kapoto a 45 quilômetros de distância. Também serão erguidas escu-

las, postos médicos, um serviço de rádio e a sede do posto, além de outras benfeitorias para a comunidade.

"Onde vivemos há muita malária e queremos nos transferir para o outro local onde a doença é pouca" explicou Raoni, para quem também será possível a construção de uma pista de pouso para aviões no novo lugar. "Estou contente porque o Governo e a Sehac atenderem os nossos pedidos", disse o cacique.

A solicitação partiu do general Bayma Denys, chefe do gabinete militar da Presidência da República e o professor Maciel disse que a liberação dos recursos corresponde à proposta da Sehac de trabalhar para melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira. "E o índio é parte importante dentro desse contexto", afirmou.



Proença (D) assina convênio com o general Abreu, do CMA

Projetos apoiam a população

Índios, brancos, caboclos e outros segmentos da sociedade são beneficiados por inúmeros projetos desenvolvidos pela Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária Sehac — na Amazônia englobando casas populares, saneamento básico, distribuição de leite, construção de redes de esgotos e água, reforma de escolas e abertura de estradas e postos médicos, entre outros melhoramentos.

"A linha de atuação da Sehac é direcionada para o atendimento de todos os núcleos carentes de Norte a Sul do País e, com o desenvolvimento de diversos projetos, estamos materializando o slogan 'Tudo pelo Social' criado pela assessoria do presidente José Sarney", explica o secretário Nelson Proença.

FRONTEIRA

Região de difícil acesso, a Amazônia faz fronteira com vários países latino-americanos. Na fronteira, há cidades que, nos períodos chuvosos, ficam ilhadas e isoladas. A ação da Sehac compreende, inclusive, a doação de lanças e barcos para facilitar o deslocamento dos que vivem na região. O assessor da Sehac, Antonio Maciel Pinheiro, revela que "se não fosse a participação da Sehac nas regiões de fronteira, dificilmente suas cidades apresentariam hoje um relativo progresso na área social".

Frisando a participação dos pelotões de fronteira nesse processo de desenvolvimento, Maciel Pinheiro explica que a Sehac levou à mão o homem da Amazônia dando-lhe lazer, postos médicos, saneamento básico, educação (através da construção de escolas) e postos policiais. "A Sehac ajudou a fixar o homem em sua verdadeira região. Anteriormente, na Amazônia, o divertimento de muitos era ver um rio passar. Depois que a Sehac instalou antenas parabólicas propiciando a captação de televisão, esse quadro mudou", destaca.

Em Estrilho do Equador, no Amazonas, a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária liberou verba para a construção de uma estrada. Em Cerejeiras, em Rondônia, várias escolas primárias foram reformadas com ajuda financeira do governo federal, através da Sehac que também ajudou na implantação de postos médicos, postos policiais e hortas e pomares comunitários. Pimenta Bueno, em Rondônia, ganhou centros esportivos e 64 casas do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais.

Porto Velho recebeu, com recursos da Sehac, bibliotecas comunitárias com considerável acervo e 50 casas do Mutirão. A cidade de Alto Alegre, em Roraima, foi beneficiada com saneamento básico, reforma de escolas e outras melhorias. Para Bonfim, a Secretaria liberou recursos visando a implantação de rede de esgotos e água numa faixa de dois quilômetros.

Quo citar esses números, Maciel Pinheiro salienta que o trabalho da Sehac — não só na Amazônia mas em todo o País — tem por finalidade dar assistência aos mais carentes. Men-

ciona, a seguir, que somente o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes beneficia diariamente sete milhões e meio de crianças em diversos Estados. E o Mutirão é responsável pela construção de mais de 438 mil casas populares.

CAMPO

A ação da Sehac não se limita às cidades de grande e médio porte. Abrange, inclusive, o campo. O município de Parai, em Roraima, por exemplo, recebeu verba para a compra de um trator que irá operar numa faixa de 60 hectares de terras. Em São Gabriel da Cachoeira, a comunidade indígena do Alto Rio Negro recebeu diversos benefícios da Sehac e, em Lábrea, foi possível a construção de 364 metros de vala para a instalação de sistema de água. Lábrea ganhou também posto médico construído, ainda, em Benjamin Constant. Uma creche foi erguida em Santa Isabel do Rio Negro para abrigar crianças de até seis anos de idade. Ipixuna foi contemplada com verba para uma ponte, 300 fossas e um posto médico.

A construção de dez postos policiais em Manaus foi possível graças aos entendimentos entre o governador Amazonino Mendes e o secretário Nelson Proença. Os postos contribuirão para um melhor atendimento às populações carentes por que instalados em bairros pobres. O assessor Maciel Pinheiro afirma ter sido das mais importantes a criação, pelo governo do Amazonas, da Secretaria de Fronteiras, beneficiada pela Sehac com NCz\$ 491 mil. Essa verba propiciou, por exemplo, a construção do centro administrativo da cidade de Tabatinga — região de fronteira — e nele funcionará o fórum, a sede da prefeitura e a Câmara de Vereadores.

A Sehac tem prestado, também, valiosa colaboração ao Comando Militar da Amazônia liberando verba para a instalação de antenas parabólicas para os pelotões sediados em regiões de fronteira onde também são erguidas quadras esportivas, explica Pinheiro.

SAÚDE

Através da Sehac, o governo federal vem desencadeando ações de saúde na Amazônia. Na cidade de Japurá, no Amazonas, está sendo erguido o Hospital Municipal com recursos da Sihac totalizando NCz\$ 106 mil. "A comunidade necessita desse hospital e o convênio celebrado concretizará esse projeto que, muito mais do que um sonho, é uma necessidade prioritária em qualquer recanto do País", ressaltou o secretário Nelson Proença.

Ele cita, ainda, que em Rondônia o governo estadual recebe recursos para aplicação em comunidade que têm projetos especiais para a compra de roçadeira hidráulica, dois tratores industriais, uma carreta agrícola, mais a aquisição de nove motores e de nove barcos de duraluminio. Essas comunidades estão à margem dos rios e, por isso, a ajuda para a compra de barcos é fator fundamental.

Amazônia: um debate que envolve o mundo

A Amazônia é hoje um tema mundial. Já existem movimentos organizados em vários países, cujo objetivo principal é um só: defender a última grande reserva de recursos naturais do planeta. As teses sobre como preservá-la são as mais diversas e vão desde a sua exploração racional até um zoneamento ecológico que possa identificar as suas inúmeras vocações. Está se discutindo uma área de 506 milhões de hectares, pois não é só a chamada Amazônia geográfica com seus 356 milhões de hectares, o equivalente a 42 por cento do Brasil, mas a chamada Amazônia Legal, integrada pelos estados do Acre, Amazonas, Pará, norte do Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e os territórios de Roraima e Amapá.

São nada menos de 4.990.520 quilômetros quadrados banhados por mais de 80 mil quilômetros de rios importantes, capazes de gerar mais de 100 milhões de quilowatts, metade de todo o potencial brasileiro instalado até agora, espalhados por uma bacia hidrográfica com 7,3 milhões de quilômetros quadrados, 20 mil quilômetros de vias navegáveis e abrigando 20 por cento dos estoques mundiais de água doce. Nesta imensa região vivem mais de 15 milhões de pessoas, que podem ser identificadas como "amazônidas".

Mas este contingente populacional poderá aumentar de forma significativa caso continue aumentando a migração, principalmente para estados como o de Rondônia, onde a população dobrou em menos de dois anos e de onde saem mais de 10 milhões de metros cúbicos de madeira por ano. Estas cifras astronômicas terminaram por mobilizar órgãos internacionais de pesquisa científica ou conservacionistas, que acompanham passo a passo a evolução, tanto das discussões para a exploração de seus recursos naturais, como sobre o futuro da selva amazônica, principalmente com o fim próximo das florestas tropicais asiáticas que suprem o mundo industrializado.

Isto porque a floresta esconde imensas jazidas de cassiterita, cobre, ouro, diamantes, alumínio, bauxita, cromo, zinco, estanho, salgema, urânio, calcário e carvão, além de outros recursos cuja existência já está comprovada por levantamentos de satélites. Com todos estes ingredientes, a Amazônia passou a fazer parte das teses e preocupações de ecologistas, políticos, cientistas e empresários. O grande temor é que a Amazônia passe a ser vista como uma espécie de novo Eldorado das lendas que está à espera dos domadores, que insensíveis aos seus aspectos mais peculiares, tentem devastá-la — como já vem acontecendo —, usando do fogo, da pata do boi e de um sonho na área da agricultura, onde qualquer cultura não resiste a mais

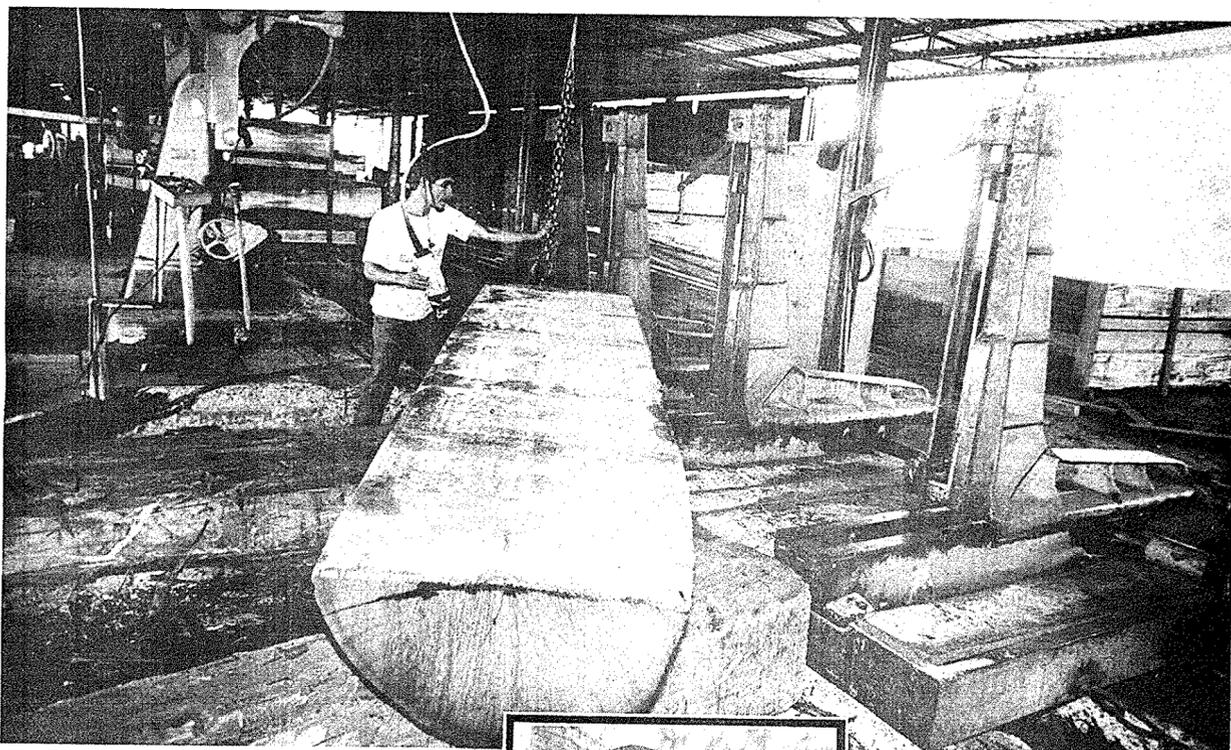
de três anos. Aliás, o tempo suficiente para o esgotamento das riquezas do solo frágil e transformá-lo num grande deserto.

Assim, dentro das discussões sobre a preservação da Amazônia, existem os que defendem a sua intocabilidade. Mas não se pode esquecer que existem, também, os que querem abolir qualquer restrição à livre iniciativa. São inúmeros os documentos que defendem a tese de que a região deveria ter uma legislação especial, possibilitando a segurança da entrada do capital estrangeiro na Amazônia, como forma de desenvolvê-la de forma rápida. O próprio presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Herbert Schuabert, acredita que não existe nada demais na entrada de capital estrangeiro. Só que atendendo a rigorosos métodos de aplicação, sem deixar de levar em conta a questão ambiental.

Os primeiros passos para a defesa da questão ambiental na Amazônia começaram a surgir em 1978 com o famoso Movimento de Defesa da Amazônia (MDA), que conseguiu montar representações nas principais cidades do País. A mobilização só começou depois que um relatório da FAO recomendava que o Brasil, para explorar bem a região deveria adotar o que ficou conhecido como os "contratos de risco". A ideia seria fazer acordos com empresas estrangeiras que ficariam com a responsabilidade da extração da madeira em áreas a serem indicadas pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF).

Após a comercialização da madeira, caberia ao Governo brasileiro 50 por cento do valor do produto exportado. A tese do documento da FAO era de que em dois anos, os contratos de risco renderiam ao País algo em torno de 50 bilhões de dólares. Apesar do grande interesse do Governo em conseguir tais divisas só não se tornou realidade em função da pressão de organismos que saíram em defesa da floresta e condenando o que foi classificada na época como um "grande genocídio", principalmente contra as comunidades indígenas indefesas ante a adoção de contratos de risco com empresas multinacionais.

Na época, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência chegou a classificar a Amazônia, como um "almoxarifado entrando em falência". Os cientistas explicavam que da região tudo se tirava, mas nada era reposto e que tal processo poderia levar a Amazônia a um colapso em função da extração de seus recursos naturais. O alerta foi em função de que o País vivia um período de conquista. Assim, a região iria se integrar à economia do Brasil como forma de proteção contra a chamada cobiça internacional.



Projetos não chegaram a lugar algum

Nos últimos anos, o Governo procurou de todas as formas encontrar um caminho que pudesse levá-lo a explorar a Amazônia e integrá-la de forma definitiva à economia do País. Mas não conseguiu êxito em nenhum deles. Pode-se enumerar três grandes projetos para a região que terminaram não chegando a lugar nenhum. O primeiro foi o grande sonho do milionário norte-americano Henry Ford, que criou, em 1928, a cidade de Fordlândia. Só que o chamado "sonho exótico" de Ford durou apenas 18 anos.

Logo depois surgiu o grande delírio da criação dos chamados "Grandes Lagos", do cientista norte-americano Herman Kahn, que pretendia promover a inundação dos vales amazônicos. Para o bem da região a ideia não saiu do papel e tudo não passou de uma tese excêntrica. O terceiro fracasso pode ser debitado à construção da rodovia Transamazônica, anunciada com grande pompa pelo Governo como a grande obra que iria integrar a região e reduzir o isolamento a que estava relegada a população. Só que a "estrada do milagre" brasileiro até hoje continua inviável. A própria intenção de que se poderia atrair 500 mil nordestinos para a região foi um fracasso, pois o número não passou de 30 mil.

A história desses projetos faraônicos de exploração da Amazônia já foi contada por vários estudiosos da região, entre eles o escritor e jornalista Edison Martins. A de Fordlândia começou a ser planejada em 1928, um ano antes da grande recessão norte-americana. Na época, o milionário Henry Ford queria

suprimir de forma definitiva a falta de borracha em suas indústrias, pois não suportava ter que viver na dependência dos preços do Ceuilão — hoje Sri Lanka — e dos exploradores holandeses de Java.

Desta forma, resolveu fixar-se na Amazônia. Além do mais teria a vantagem de ser um dos primeiros grandes exploradores. Depois de mantido um contato com o Governo, Ford conseguiu 2.470 quilômetros de terras, às margens do rio Tapajós. O passo seguinte foi convocar a força trabalhadora de três mil caçadores para enfrentar uma verdadeira guerra dentro da selva amazônica e recebendo razoáveis salários na época. Mas o excesso de benefícios ao milionário americano terminou por provocar o protesto dos seringueiros e grandes latifundiários. Tudo em vão, pois a persistência de Ford resultou no plantio de um milhão de pés de seringueiras.

E no coração da Amazônia começaram a surgir o hospital, os postos de saúde, as quadras de tênis, as mansões dos diretores, a cafeteria e o drugstore, no melhor estilo da Nova Inglaterra. Assumindo postura de generosa em zona conflagrada, o velho Ford comandava tudo pouco. As seringueiras começaram a definir. Eram mortas por excesso do sol e a falta de umidade, consequências da abertura de grandes clareiras. A floresta heterogênea continuava triunfando, apesar do tecnicismo e da disciplina do capitalista norte-americano.

Já em 1946, Henry Ford se despedia de forma melancólica da Amazônia. O sonho acabou, pois o primeiro ambicioso e grande projeto na região tinha sido encerrado pela falta de conhecimento da região. Mas duas décadas depois, o também milionário norte-americano, Daniel Keith Ludwig, tentaria refazer o sonho de Henry Ford com o famoso Projeto Jari, A



Da Amazônia, saem anualmente, mais de 10 milhões de metros cúbicos de madeiras nobres, usadas também no exterior

"mar" na maior bacia de água doce do mundo.

Os famosos cientistas do Hudson entendiam que o continente sul-americano tinha uma excelente vocação: a ligação dos seus principais rios, através de canais, possibilitando assim o tráfego direto e permanente. E com um detalhe importante: a ligação dos principais rios (a exemplo do Araguaia e o Xingu que são paralelos e correm em direção ao Amazonas) acabaria unindo o Oceano Atlântico ao Pacífico através da faixa norte do continente. Em resumo, o projeto resultaria na interligação de cinco grandes nações sul-americanas. Seria, em outras palavras, o que hoje se convencionou chamar de internacionalização da Amazônia. Mas estas ideias hoje fazem parte apenas de uma espécie de longa noite de pesadelo.

Já na década de 70, o sonho dos grandes lagos pertencia à história e foi substituída por algo novo: estradas com grande capacidade de integração e para o escoamento da produção de alimentos. E dentro desta perspectiva nasceu o grande projeto para a construção da rodovia Transamazônica. Seu objetivo seria ligar o ponto mais oriental da América do Sul — Cabo Branco, no Atlântico — à rede rodoviária peruana, atingindo o Pacífico após vencer a floresta. Na verdade, esse objetivo hoje está praticamente alcançado.

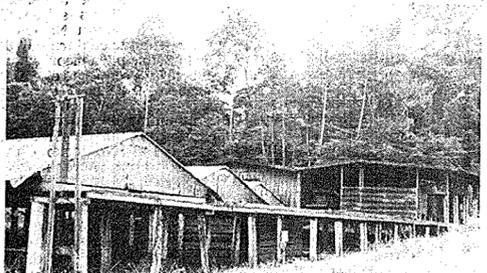
Em tudo isto, o que se pode observar é que se a Transamazônica internacionalizou a região, fracassou como um projeto de promover uma grande integração. E como disse certa vez, o jornalista estudioso da Amazônia, Edison Martins, "não se coloniza uma região com mão-de-obra miserável, sem poupança, sem tecnologia; também não se coloniza com migrantes abandonados e ludibriados pelo Governo, despreparados para lidar com a natureza e sobretudo famintos".

história se repetiu e Ludwig terminou vendendo o projeto para um conglomerado de empresas brasileiras para evitar mais prejuízos com a produção de celulose a partir do plantio de melina e pinus caribae. A experiência com o pinus não deu certo, mas a produção de arroz foi um sucesso, pois havia duas safras por ano, sendo que a plantação era feita em várzea.

A década de 60 registra uma nova tentativa de ocupar a Amazônia. Não tão aventureira, mas, sem dúvida, fantástica. A diferença é que Ford dos anos 60 não tinha o poder econômico do criador da Fordlândia. Ao invés de dinheiro, o seu poder tinha origem no seu QI (coeficiente de inteligência) muito alardeado por todos que o conheciam. Seu nome: Herman Kahn, 150 quilos, lento, extremamente feio, obeso, diretor do Hudson Institute dos Estados Unidos. Naquele tempo, o instituto reunia uma grande leva de cientistas de renome interna-

cional. Não só planejava projetos futuristas para a economia de diferentes países, como procurava prever até o desdobramento de guerras convencionais, a exemplo da do Vietnã. Só que apesar da fama de seus cientistas, o Hudson falhou.

O mar interior projetado para a Amazônia gerou grandes polémicas. Quando foi anunciado oficialmente em 1967, não faltaram pessoas que o defendessem como uma espécie de rendição para a região. Na verdade, o projeto para a criação dos grandes lagos havia sido lançado pela primeira vez em 1965 por Robert Panero, um discípulo de Herman Kahn. Ele defendia a construção de barragens baixas para formar os lagos. A equipe do futurologista Khan chegou a sobrevoar várias vezes a Amazônia colombiana, estudando locais para a execução do projeto. Edificadas ao longo dos rios, com elevação de 10 a 30 metros, as barragens formariam, segundo o projeto, um



O abandono marca as construções de projetos fracassados

Incoerência marca preservacionistas

DEMETRÍO BELTRÃO
Correspondente

Belém — A Amazônia mais parece a "casinha da mãe Joana", quem entra, vê o que tem, se serve à vontade e depois vai embora. São os "filhos da mãe Joana" que normalmente estão de braços cruzados, observam o que sobra e depois discutem sobre o assunto, procurando uma maneira de contornar a situação. E os vizinhos entram no jogo — de interesse, é claro. E a Grã-Bretanha que recentemente firmou um acordo com o governo brasileiro de cooperação técnica para a preservação da floresta amazônica, foi a mesma que recentemente levou o mógno da Amazônia para receber dois salões de recepção da sede do governo britânico, onde mora e trabalha a primeira-ministra Margaret Thatcher que é incluída entre os líderes mundiais que pregam fim da destruição das florestas tropicais.

Quem vive na Amazônia, bate palmas quando um "vizinho da mãe Joana" oferece ajuda ao governo brasileiro. Mas quando vê uma árvore ser tombada por motosserras ou até mesmo a machado, não se contém: reclama. E preservacionista parece ser, nos últimos tempos, a "profissão" mais lucrativa que tem. Afinal, viajar de um lado para outro, hospedar-se em bons hotéis, receber boa alimentação e depois discutir assuntos concernentes à Amazônia, em ambientes de ar refrigerado e em seguida gritar que defendeu a Amazônia, já é um bom negócio.

Mas enquanto não se chega à conclusão sobre o que fazer com a Amazônia, o governo cria ór-

gãos, departamentos, enfim, uma série de coisas distintas para, isoladamente, estudarem soluções para os problemas que afligem a maior área florestal do mundo. E a mais recente criação do governo federal: o Ibama — Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. E do governo do estado do Pará: Departamento de Meio Ambiente, da Secretaria de Estado de Saúde Pública. As duas recentes criações, entretanto, vivem com marido e mulher na época de desquite: cada qual por si e Deus por todos.

O diretor do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Saúde do Pará, engenheiro sanitário Paulo Altieri, entretanto, tem opinião própria: "entendemos que a exploração eco-

nômica da Amazônia é plenamente viável na medida que seja respeitada o pendur natural da região, ou seja: considerando do sobretudo as características do ecossistema e a sua ocupação histórica feita basicamente em consideração a sua rede hidrográfica. Ainda usando-se aparato tecnológico para fazer um prévio levantamento ecológico/econômico, com participação legítima da comunidade técnico-científica da região".

E garante que "a experiência que os amazônidas vêm vivenciando demonstra que a iniciativa privada não pode atuar livremente, haja vista que a política de incentivos fiscais vem fomentando a destruição sistemática do ecossistema, uma vez que não existe controle sério

dos órgãos responsáveis pela implantação e incentivo desse processo selvagem de ocupação, principalmente no aspecto agressivo-pastoril e garimpeiro".

Paulo Altieri garante ainda ser terminantemente contra a conversão da dívida externa em projetos de proteção ao meio ambiente. "Não que esses projetos não sejam viáveis. Mas devido a impossibilidade de se prever os problemas decorrentes dos acordos e contratos internacionais firmados em torno deles, gerados pelo modelo de desenvolvimento implantado no país devem ser administrados pelo governo brasileiro, não ficando, porém, descartada a possibilidade de apoio internacional".



É possível alcançar bons índices de produção agrícola na Amazônia sem agredir o ambiente

JURADA DE MORTE.



Onça Pintada

Ela é um dos últimos de sua espécie. E seu único crime é ter uma pele bonita, que vale alguns dólares no mercado internacional.

Felizmente, ainda se pode fazer alguma coisa para salvá-la. A ela e a todos os animais em vias de extinção. Mas tem que ser agora. Porque o Esquadrão da Morte já está atrás dela.

Nossa luta a favor da vida e da ecologia, nós estamos do seu lado. O Banco do Brasil também é amigo da onça. E do tamanduá-bandeira, do mico-leão, da capivara, do uirapuru...



BANCO DO BRASIL

Quem defende a natureza, merece todo o crédito

Um estudo para desenvolver a Amazônia

Manaus — O governador do Amazonas, Amazonino Mendes, está convencido de que é preciso explorar a Amazônia de forma ordenada, mas sem romantismo. "Preclamamos descobrir as reais vocações da região. A partir daí poderemos elaborar projetos para retirar a região do atraso e do subdesenvolvimento", explica. Tendo como base este raciocínio, o governador foi aos Estados Unidos em busca de recursos para um projeto audacioso: fazer um grande estudo para descobrir o que é possível se desenvolver na região sem causar danos ao seu ecossistema. Isto porque a Amazônia sempre foi vista como um grande repositório de matérias-primas para a manutenção de altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), gerando grandes divisas com as exportações.

Mas esta prática terminou resultando em uma política inadequada de ocupação, onde a questão ecológica nunca sequer foi tida como algo a ser respeitado. O resultado foi danoso para a região, pois provocou uma ocupação desordenada e irracional, em que as riquezas do solo e subsolo não foram reconhecidas em função da falta de tecnologia de exploração das reais potencialidades da Amazônia. Tentando mudar este estado de coisas, o governador Amazonino Mendes foi aos Estados Unidos sondar o Banco Mundial com um objetivo claro e definido. Ele quer que a instituição participe de um grande projeto de estudo para descobrir as reais vocações de desenvolvimento da região.

A idéia é desenvolver um projeto no Estado do Amazonas, cujo custo seria de 600 milhões de dólares, para se descobrir as reais vocações da região. Os encargos não ficariam somente com o Banco Mundial. O custo total seria dividido com o Governo Estadual que buscaria recursos, tanto junto ao Governo Federal como a participação de entidades de pesquisa. "Só desta forma, estudando o que se pode desenvolver na região, é que poderemos criar condições de um progresso sério e sem danos aos nossos recursos naturais", garante Mendes. O primeiro passo na preservação já foi dado, pois o Governo do Amazonas acaba de criar uma grande reserva ecológica — 30 mil quilômetros quadrados — na região do Município de Inhamundá, na margem esquerda do rio Amazonas.

Apesar das dificuldades de se fazer um estudo pormenorizado da Amazônia — o primeiro passo seria um projeto no Estado do Amazonas —, pois a região tem uma área de 506 milhões de hectares, o equivalente a 42 por cento do Brasil, Mendes explica que na sua administração aconteceu um fato curioso. Apesar de falta de recursos, conseguimos identificar nove sub-regiões, onde se poderia implementar programas distintos, atendendo as suas reais aptidões", garante. O interessante é que "se pode observar que estas regiões são distintas até sociologicamente. Isto porque a Amazônia foi ocupada de forma diferente: os rios da margem direita, que eram mais ricos em borracha, por exemplo, provocaram um fluxo em massa dos nordestinos que trouxeram a sua cultura para a região. Já a chamada margem do grande caudal — trecho de um rio caudaloso — nós temos um misto de português, índio e caboclo.

Isto em função de que ao longo desta região eram os índios aculturados que formavam os aglomerados urbanos. A região do baixo Amazonas vive uma população que tem hábitos e costumes totalmente diversos dos demais".

E diante desta realidade que Mendes sonha em conseguir recursos do Banco Mundial para tentar conseguir, a partir do resultado dos estudos, de uma nova política, não na região, mas dar o primeiro no Estado do Amazonas. Ele acredita que este possa ser o caminho para retirar a região do atraso e do subdesenvolvimento. "Não podemos deixar mais de 15 milhões de habitantes da Amazônia, condenados à miséria. E isto que não é levado em conta quando se trata de discutir e estudar projetos para o desenvolvimento à região", desabafa. Assim, Amazonino Mendes pretende contribuir para a promoção da implantação interno e externo, através do racional aproveitamento dos recursos regionais.

Mas para que isto aconteça de uma forma rápida e sem riscos, o governador defende a definição de uma política de ocupação da Amazônia e de uso dos recursos naturais, com disciplinamento das atividades econômicas através de um zoneamento territorial que compatibilize os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ecológicos. "A idéia que estamos querendo que o Banco Mundial nos ajude, visa tudo isto. E vai muito além, pois prevê a ampliação do conhecimento das potencialidades dos recursos naturais e a sua consequente utilização de forma coerente e sem danos ao meio ambiente da região", explica.

Através deste estudo seria possível, a partir dos resultados, se montar uma estratégia para viabilizar a implementação da política de desenvolvimento regional atendendo e se baseando nas definições de espaços prioritários, na seletividade de setores e produtos e na mobilização de todo o instrumental de apoio disponível — técnicas de planejamento, infra-estrutura básica, crédito, incentivos fiscais e financiamentos, programas de pesquisa e assistência técnica. Mas o governador alerta que no curso de um programa assim, seria imprescindível que as ações de planejamento tomassem como regra a maior racionalidade no uso dos recursos, além da internalização dos recursos provenientes do desenvolvimento.

Dentro destas linhas de raciocínio, Mendes defende a execução de uma política que possa levar em alto conceito a minimização dos riscos com o meio ambiente e a maximização dos aspectos de fortalecimento das conexões intersetoriais e a intensificação dos fluxos intra e inter-regionais, como forma de promover a integração do processo produtivo e a ampliação dos mercados, para se obter um maior volume de empregos na região. Colocando a questão mais para o nível regional — do Estado do Amazonas, o governador Amazonino Mendes explica que o seu estado padece de uma terrível doença: a falta de recursos para aplicar num imenso território de 1.564.445 quilômetros quadrados. E diz: "Apesar de termos a Zona Franca de Manaus, o maior pólo e eletrônico do País, cujo faturamento já supera a casa dos 6 bilhões de dólares, o resto do Estado vive na pré-história".

"Apesar da falta de recursos, conseguiremos desenvolver estudos na Amazônia e descobrir regiões, onde se pode implementar projetos sem danos à natureza".



Amazonino: desenvolver e integrar

A cruzada cívica do governador Amazonino Mendes em defesa de um desenvolvimento integrado da região começou no mês de março último, quando os movimentos ambientalistas provocaram um grande debate em torno da preservação da região em diferentes países. O primeiro passo adotado por Mendes foi levar para a cidade de Manaus, a discussão sobre o programa "Nossa Natureza", criado pelo Governo Federal para implementar uma nova política de preservação do meio ambiente. Reunidos no Instituto Superior de Estudos da Amazônia, ministros, cientistas e representantes de diferentes movimentos de preservação da natureza, debateram um dia inteiro a melhor forma de adotar medidas para a Amazônia. A decisão do governador em abrir o debate partiu de um raciocínio básico que ele explica da seguinte forma: "Temos a maior floresta do planeta e não podemos cometer os erros de outros países".

Mendes classifica o programa "Nossa Natureza" como muito abrangente e como um definidor de uma política de preservação. Ele acredita que em torno do debate sobre a Amazônia existe ainda muita "falácia" de quem sequer conhece a região. "Não podemos deixar que pessoas alheias a realidade amazônica comecem a dar

palpites que em nada podem contribuir para o bem-estar das amazoníadas", garante. Confiante em conseguir apoio externo para projetos preservacionistas, Amazonino Mendes está apostando, juntamente com os demais governadores da região, na união em torno de uma campanha nacional e internacional para conseguir recursos para a preservação da floresta amazônica. A recente viagem que fez aos Estados Unidos, onde sondou o Banco Mundial para o desenvolvimento de um projeto de estudo da região, é o primeiro passo sério e definido para se "conhecer com maior profundidade a realidade da região".

O governador não poupa crítica aos que não querem ajudar a região. E garante: "Seria um verdadeiro genocídio, deixarmos a população de caboclos — hoje existem 1,5 milhão vivendo na Amazônia — esquecidos e tolidos do desenvolvimento, além de uma vida melhor". Na opinião do governador, todas as pessoas que habitam a região têm que viver de forma harmoniosa, pois é "difícil não ter uma relação com a natureza para sobreviver. E baseado neste raciocínio que precisamos de planos e programas, para estabelecer esta relação de forma mais harmoniosa possível e de recursos para implantá-los num curto espaço de tempo". Mendes

garante que a grande questão, a devastação, ainda não atingiu os níveis defendidos por muitos. E diz: "O clamor internacional em defesa da Amazônia é exagerado. As áreas mais afetadas são o sul do Estado do Pará e Rondônia. Nos demais estados, a parte de floresta derrubada é reduzida e no Amazonas, por exemplo, se encontra quase intacta". Mas Mendes vê aspectos positivos na grande campanha internacional em defesa da Amazônia. "Esse clamor serviu para estimular o governo federal a atender às necessidades da Amazônia", explica. Também avalia que tudo poderá contribuir para um novo estímulo à comunidade ecológica internacional a se mobilizar em busca de recursos para a implantação do Programa Nossa Natureza.

O governador Amazonino Mendes advoga a tese de que a Amazônia deve ser preservada mas também deve buscar projetos para gerar empregos e condições de vida decente para os amazoníadas. Para isso é necessário o incentivo à economia e a implantação de projetos que a partir de agora devem ser analisados de forma a atingir seus objetivos finais e ainda conservar flora e a fauna da região. Confiante de que é possível construir sem destruir, o governador, contudo, deseja que toda esta atenção acabe

se tornando uma camisa-de-força para o homem amazônico. "O Centro-Sul vai ter que compreender que a preservação pura e simples da floresta amazônica significaria arcar com a remoção dos 15 milhões de amazoníadas que vivem na região. A lógica vai prevalecer", acredita.

Universidade — Dentro da ótica de que é preciso estudar a Amazônia, Amazonino Mendes defende a criação de uma Universidade do Trópico Úmido, que sonha começar a sua implantação antes de deixar o governo. A universidade servirá para preparar as gerações futuras nas relações do homem com a natureza. "Se houver o conhecimento técnico poderá se evitar o dano à natureza", explica. Lembra que no Peru já existe uma universidade semelhante, onde os problemas típicos da região são discutidos e analisados por pesquisadores. A Universidade do Trópico Úmido formará recursos humanos capazes de evitar os problemas amazônicos e tentará encontrar soluções para os já existentes.

Toda a atenção da universidade será voltada a várias áreas como a medicina tropical, recursos hídricos, trato com fauna, piscicultura e fitopatologia, reconhecendo que a Amazônia não é homogênea, mas, sim, formada por várias regiões de características próprias.

Programa abre caminho para conter a devastação

O programa Nossa Natureza, que o governador Amazonino Mendes defende como ponto de partida para a preservação da Amazônia, foi criado pelo Governo Federal em outubro de 1988 pelo presidente José Sarney. A intensão do programa é preservar a região, que abriga a maior floresta tropical do mundo e que vem chamando a atenção das comunidades nacionais e internacionais, preocupadas com o impacto ambiental que poderá resultar de sua exploração econômica. Mas o programa tem mecanismos suficientes para evitar uma exploração predatória, a exemplo do que já ocorreu no passado. Além do mais, a Amazônia é patrimônio soberano do Brasil. "O que temos que fazer é estudá-la e explorá-la de forma equilibrada", dispara o governador Amazonino Mendes.

E dentro do programa tem todos os mecanismos suficientes para um bom aproveitamento da região, sem provocar danos ao ecossistema. As propostas podem ser resumidas da seguinte forma:

— Uma revisão, ordenamento e agilização da legislação ambiental brasileira, inclusive quanto ao uso de substâncias químicas e processo de mineração. O Governo já começou a execução destas questões.

— Reestruturação do sistema governamental de controle e preservação do meio ambiente, através da criação de polícias especializadas, destinadas a fiscalizar o cumprimento da lei e a coibir as práticas predatórias; do emprego do sensoramento remoto — já está sendo feito; fortalecimento da estrutura internos e externos.

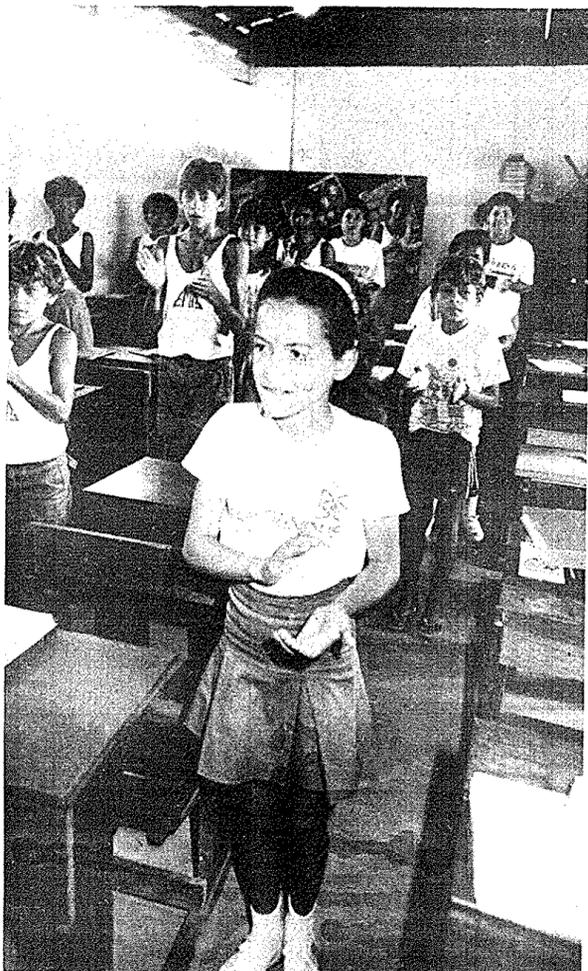
— Agilização da implantação do zoneamento ecológico, particularmente nas áreas amazônicas.

— A criação de novas reservas florestais e áreas indígenas.

— Criação a implantação de um programa de educação ambiental, a nível nacional.

— A revisão — já está sendo executado — e disciplinamento da aplicação dos incentivos fiscais, créditos oficiais e investimentos públicos na Amazônia.

Todo este instrumento variado tem por base o argumento do Governo de que o Brasil tem um grande patrimônio — a única floresta úmida tropical do mundo. Logo, não se pode cometer a insensatez de destruí-la. Na opinião do ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Bayma Denys, a Amazônia é nossa e o que poderá ser feito para preservá-la será executado num curto espaço de tempo.



Escolas técnicas para preparar as futuras gerações de amazoníadas

Devastação, perigo em uma região muito rica

A preocupação do governador Amazonino Mendes com a preservação da Amazônia está calcada nos últimos levantamentos feitos por satélite, onde se constata que o desmatamento até 1988 foi de 251 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 5,1 por cento da área da Amazônia Legal, que é de 4.906.784 quilômetros quadrados. E baseado em fatos e levantamentos que Mendes procurou o Banco Mundial para tentar implantar um grande projeto de estudos da região. O projeto é ambicioso e será possível até a criação de várias outras reservas ecológicas, a exemplo da que criou recentemente no município de Inhamundá. "Precisamos caminhar passo a passo na direção de um crescimento sério e respeitando a questão ambiental", garante.

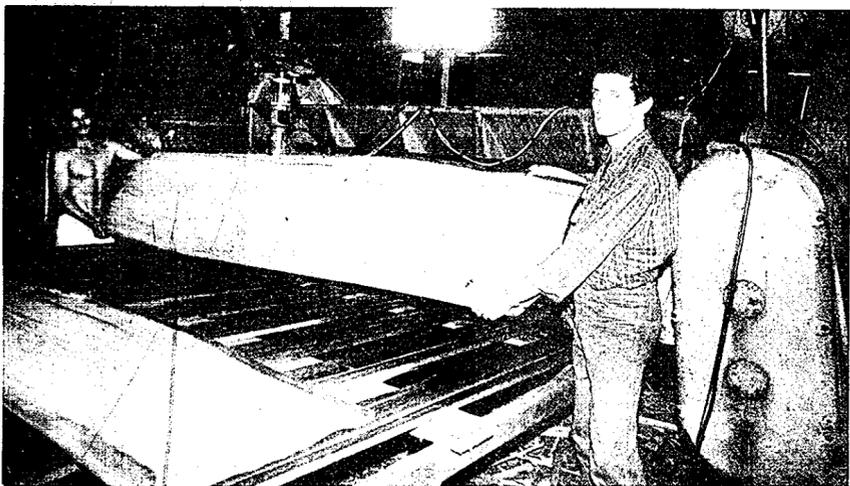
Só através de um estudo, realmente, será possível desenvolver o imenso território amazônico. Isto porque as riquezas contribuem para um verdadeiro incentivo à exploração predatória. Basta ver que a região possui uma vasta extensão de solos de alta e média fertilidade, aptos para a agropecuária, onde se destacam cerca de 20 milhões de hectares de áreas de várzea propícias ao desenvolvimento de produtos agrícolas de ciclo curto. As imensas disponibilidades de áreas de terra firme podem ser amplamente aproveitadas para culturas perenes, semiperenes ou de ciclo curto, desde que os problemas relativos à correção dos solos, ao uso de insumos modernos e às técnicas mais evoluídas sejam atendidos.

Já existem inúmeros estudos recentes, dando como certa uma grande disponibilidade de terras a baixo custo, com topografia e clima favoráveis, que oferecem amplas perspectivas para o desenvolvimento da pecuária, especialmente as áreas de campos naturais e mata de transição (cerrado, cerrado e mata fina),

para a bovinicultura, e as várzeas e as áreas de interflúvios para a bubalinocultura. Embora em sua maior parte sejam terras que exigem modernos sistemas de manejo, as amplas possibilidades de colocação nos mercados nacional e internacional, a preços altamente compensadores, representam um estímulo à expansão da pecuária em larga escala.

Só que tal progresso tem sido feito de forma desordenada, representando um perigo à floresta. Agora, com a proposta de um estudo sério sobre a região será possível, além de evitar a exploração predatória, a descoberta de uma rica fauna aquática, cujos estoques ainda não foram devidamente dimensionados. Na opinião de alguns estudiosos, este setor oferece uma extraordinária fonte de alimentos protéicos que tem permitido uma grande e continuada expansão da pesca artesanal e empresarial. Mas o perigo maior da devastação está na grande área florestal, com cerca de mais de 20 milhões de hectares, onde está guardada uma reserva madeireira superior a 50 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, dos quais, segundo os especialistas, cerca de 15 milhões de metros cúbicos são comercializáveis. É uma potencialidade que oferece múltiplas possibilidades de utilização em produtos fitoquímicos, em construção civil e naval, na movelaria e em outros ramos industriais de grande potencial econômico. Mas ainda não existem estudos sobre os danos que poderiam causar a natureza, caso fosse iniciado um processo de exploração de toda esta riqueza. E tendo todos estes dados à mão e vendo a região rica com um povo relegado ao abandono, que o governador Amazonino Mendes pretende saber como e de que forma será possível ter acesso a tudo, sem destruir, mas explorando a riqueza em benefício da Amazônia.

Amazonas ainda preserva os ecossistemas



A indústria de beneficiamento de madeira é uma das maiores atividades econômicas do Amazonas.

MANOEL LIMA
Correspondente

MANAUS — Sem possuir grandes projetos agropecuários e agroindustriais, até porque não existe uma tradição agrícola na região, já que são atividades praticadas em formas de quase subsistência, o Amazonas é um dos poucos estados da América Latina a não conviver com sérios problemas ecológicos ou ameaças à preservação de suas florestas. O problema ecológico de maior monta é a hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatuman, hoje um rio morto devido à acidez da água que é jogada no seu leito no lago artificial da hidrelétrica. Todo o lençol freático próximo à hidrelétrica está contaminado e as famílias de ribeirinhos têm enfrentado sérios problemas de saúde, com o surgimento de doenças da pele, vômitos e coceiras.

Os pesquisadores do Inpa acreditam que a péssima qualidade da água do Rio Uatuman é devido aos tipos de árvores que foram inundadas pelo lago artificial, espécies tóxicas, já que idêntico problema não ocorreu com as populações que vivem próximo à hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. A iniciativa privada que atua no Amazonas está voltada basicamente para a exploração da madeira retirada dos projetos hidrelétricos e na exploração mineral, esta por via mecanizada, o que de certa forma não provoca agressão ao ecossistema. Até mesmo a garimpeira é uma atividade reduzida no estado de longo do Rio Madeira, mas sem que isso se constitua em alvo de preocupações de cientistas e defensores da ecologia.

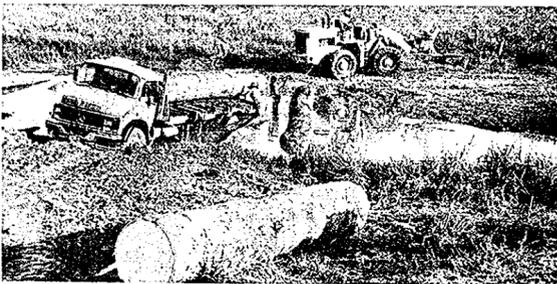
A discutida preservação da Amazônia vem merecendo preocupações, na verdade, de quem não conhece a realidade da região. Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) entendem que a região deve ser preservada mas sem que essa preservação impeça o seu desenvolvimento econômico. Como conciliar as duas coisas? O presidente do Inpa, Herbert Schubart defende a preservação da Amazônia mas com um manejo florestal racional, com o qual se buscará o próprio desenvolvimento regional. Para ele, a floresta amazônica não pode ficar estática, "porque acaba envelhecendo", e que a obrigação dos organismos de pesquisas deve girar na obtenção de fórmulas que permitam a exploração das riquezas naturais da região, "sem que isso provoque ameaças à ecologia". No caso da iniciativa privada, poucos são os projetos voltados no Amazonas, para a exploração dessas riquezas. A exploração madeireira se restringe, ainda, à extração das madeiras da floresta a ser inundada pela hidrelétrica de Samuel, em Rondônia, e em algumas áreas da

região dos Rios Purus e Juruá, que historicamente não possui tradição madeireira com potencial econômico. O pólo madeireiro Juruá/Solimões, inserido no programa Poliamazonia, mostrou na prática que a região desses dois importantes rios ou que menos possuía era madeira de lei propícia à exportação. As serrarias de Manaus se ressentem a cada ano de matéria-prima para trabalharem o produto final. Não é que esteja faltando madeira no Amazonas, mas a cada enchente dos rios da região os locais de extração de madeira ficam mais longe do mercado consumidor. Até porque também as serrarias não dispõem de meios e equipamentos sofisticados para a extração da madeira, processo que é feito ainda sob métodos empíricos, como a tração animal e humana. Não existem estradas de penetração para o escoamento dessa madeira, o que é feito quando os rios enchem, facilitando a movimentação das toras. O que preocupa os técnicos do Inpa, no caso das madeiras, é a recente permissão da Cacex para a exportação de madeiras em tora.

A permissão indica que serão exportadas madeiras em tora retiradas das áreas a serem inundadas por hidrelétricas. Acontece que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não dispõe de estrutura de pessoal suficiente para fiscalizar se essa permissão está sendo cumprida. Algumas madeiras chegam a contratar caboclos para cortar madeira ao longo dos rios. Essa madeira é então misturada às toras retiradas das áreas da hidrelétrica. Esse fato já foi motivo de uma rigorosa investigação pela Polícia Federal junto às madeiras instaladas em Itacoatiara, município amazonense no baixo Amazonas. A Polícia Federal constatou que a madeira estocada nos pátios das madeiras para exportação tinha sido retirada da hidrelétrica de Samuel. Como identificar essa madeira? Essa é a questão.

Com relação às mineradoras, poucas empresas atuam no Amazonas. A Paranapanema tem uma subsidiária, a Taboca, que explora cassiterita na região de Pitinga, próxima à Hidrelétrica de Balbina. Para movimentar suas pesadas máquinas que retiram o minério do fundo do rio, a mineradora foi obrigada a construir uma hidrelétrica particular ao custo de 18 milhões de dólares, o que demonstrar não só a força do grupo empresarial mas o excelente retorno do investimento.

O Conselho de Desenvolvimento Tecnológico do Amazonas (Codeama), agora substituído pelo Instituto do Meio Ambiente do Amazonas, tem fiscalizado a ação das mineradoras de forma tímida, principalmente na região de Pitinga, para evitar estragos ao ecossistema da região. Em 87, o rompimento de uma barreira de um dos muitos lagos formados para a retirada da cassiterita do fundo do rio, ameaçou provocar uma grande catástrofe ao meio ambiente. Levantados os prejuízos ecológicos, as autoridades constaram nada ter ocorrido de grave que ameaçasse o meio ambiente. A Gold Amazon, uma empresa nacional — em que pese o nome americano —, tem sua base na região de Iauarete, no norte do estado fronteiriza com a Colômbia. Sua atividade é a exploração de ouro, retirado das rochas. "A atividade mineradora empresarial não agride o meio ambiente, porque é um trabalho racional e organizado, com preocupações ecológicas", admite Elton Rhonelt, diretor da empresa. Na verdade, o que agride o meio ambiente é a atividade de garimpo, com o uso do mercúrio para a extração das impurezas contidas no ouro. No Amazonas são poucas as áreas de influência de garimpos, até porque o próprio governo do estado dificulta o acesso de garimpeiros às áreas supostamente produtoras de minérios. Contudo, o próprio projeto "Nosso Natureza" chega a privilegiar o garimpo, ao tratá-lo como uma atividade que deve ter o caráter social do governo. "Isso é um grande perigo quando se pensa que estamos trabalhando para encontrar fórmulas de preservação racional da Amazônia, reclama um pesquisador do Inpa.



É preciso ampliar a fiscalização da venda de madeira em toras

Desenvolvimento convive com ambiente

Do Correspondente

Manaus — A preservação da Amazônia pode perfeitamente conviver com o seu desenvolvimento e "sem muitas falácias", é assim que o pesquisador e conselheiro do Instituto Superior de Estudos da Amazônia (ISEA), Samuel Benchimol, vê o atual debate sobre a região. Autor do livro "Amazônia: Planarização e Moratória ecológica", ele propôs a criação de um "imposto internacional" sobre a poluição ambiental, a ser pago pelos países desenvolvidos, que com suas indústrias poluem a atmosfera, prejudicando a floresta amazônica. "Sem que isso lhes custe um centavo de dólar por essa agressão".

Benchimol acredita que o imposto internacional seria "um importante instrumento, não só para minimizar a grandeza do problema da poluição ambiental, como, também, para com esses recursos ajudar os países do terceiro mundo". Essa taxa internacional, na visão de Samuel Benchimol, seria uma forma razoável de encontrar uma saída para a impagável dívida de um trilhão de dólares, que os países subdesenvolvidos devem aos banqueiros internacionais, bancos e instituições financeiras

governamentais dos países do primeiro mundo.

O fato gerador desse tributo, no caso do efeito estufa provocado pela industrialização no primeiro mundo, seria a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera terrestre; a base do cálculo seria a tonelagem desse elemento químico gerado e produzido; os sujeitos passivos dessa imposição fiscal seriam os países poluidores emissores do dióxido de carbono; e a alíquota poderia ser fixada em torno de 100 dólares por tonelada anual de emissão de CO₂, responsável pelo efeito estufa. Benchimol tem dúvida quanto a definição do sujeito ativo de direito encarregado de impor a tributação, arrecadar o imposto e fazer a aplicação dos valores recebidos.

"Sem dúvida, ninguém melhor do que a ONU poderia desempenhar esse papel", pensa Samuel Benchimol, para quem os países desenvolvidos teriam que recolher, segundo seus cálculos, aos cofres do tesouro internacional da ONU o equivalente a 451 bilhões de dólares. "Como a dívida nominal do terceiro mundo é da ordem de um trilhão de dólares, cujo valor real no mercado internacional sofre um deságio de 70 por cento, essa dívida reduzida a 300 bilhões de dólares poderia ser imediatamente com-

prada pela ONU com base no seu orçamento ecológico de 451 bilhões de dólares, sobrando ainda 151 bilhões para investimento ecológico e ambiental nos países do terceiro mundo", acredita o pesquisador.

No caso brasileiro, a dívida externa ficaria reduzida a 36 bilhões de dólares, que poderia ser paga a ONU num período de cinco a 10 anos, sem estrangulamento econômico e o desenvolvimento econômico e ajudar a montar uma política ambiental de alto nível, que considere tanto os interesses soberanos do País, quanto os da necessária cooperação internacional e planetária. Segundo Benchimol, sua proposta de imposto internacional seria a solução adequada, não só para o pagamento dos débitos dos países empobrecidos pelo peso da inflação e da dívida externa como também uma forma de cooperação internacional para com os países tropicais, para a conservação e preservação de suas florestas. O pesquisador Samuel Benchimol conta no seu livro "Amazônia: Planarização e Moratória Ecológica", que o chamado efeito-estufa (green-house effect), que serviu para o desaquecimento de uma campanha internacional contra o governo brasileiro, constitui em um assunto muito polêmico e não comprovado.

NO COMBATE A MALÁRIA, UM GRANDE INVESTIMENTO

Saúde vai aplicar 198 milhões de dólares no controle da doença

Quando, em 1970, foram conhecidos 51.818 casos de malária no Brasil naquele ano, ninguém poderia prever - nem a população e nem as autoridades sanitárias - que o ano de 1988 "contemplaria" o povo brasileiro com 559.535 casos da doença, com maior incidência na região da Amazônia Legal. A Amazônia, até 1970, constituía-se numa área onde a incidência de malária ia pouco além de quatro casos por 1.000 habitantes. Isto representava absoluto controle das autoridades sanitárias sobre uma doença característica das regiões tropicais. A partir de 1970, com a abertura de estradas e a ocupação predatória e indiscriminada das áreas florestadas para fundação de garimpos e instalação de hidrelétricas ou projetos agropecuários, o índice subiu para 29,56 casos até 1987 e já em 1988 as cifras superaram os 31 casos por mil habitantes, o que corresponde a mais de 500 por cento de aumento, nesse espaço de tempo. Numa análise mais ampla, hoje a febre malárica na Amazônia como em nenhuma outra parte do mundo tropical já representa 90 por cento das incidências de malária em todo o País. Se em 1970 encontravam-se ali 51 mil 818 infectados, agora as estatísticas apontam para o assombroso número de quase um milhão de pessoas doentes em 1990. Mas quem está satisfeito com esta situação? Ninguém. A começar pelo Ministro da Saúde SEIGO TSUZUKI, que inicia agora um programa intensivo para o combate à malária na Bacia Amazônica. Com investimentos de 198 milhões de dólares, dos quais 99 milhões oriundos do empréstimo com o Banco Mundial, teremos a base indispensável de financiamento para esse empreendimento sanitário.

Manifestando-se sobre o novo programa, o Superintendente da SUCAM, José Carlos Bráncio, assinala: "O programa destina-se a aperfeiçoar o uso das medidas de controle através da maior qualificação do pessoal de campo, da adoção de procedimentos científicos diante dos problemas técnicos, da tomada de providências para contornar entraves administrativos, para alcançar-se uma logística operacional adequada às condições de trabalho no interior da Amazônia. Ele reforçará a atuação governamental na luta contra a malária cuja estratégia atual consiste na luta antivegetal, complementada pela redução dos portadores de parasitas através do tratamento dos casos.

O objetivo principal do programa é reduzir a transmissão da malária na Amazônia, invertendo a tendência ascendente manifestada a partir dos anos 70. Esta redução contribuirá para aumentar a fixação do homem na região, para assegurar a lucratividade nos empreendimentos econômicos pela diminuição dos adoecimentos e óbitos.

O Programa de Combate à

Malária na Bacia Amazônica envolve dois componentes, um de prevenção e controle da malária e outro de fortalecimento institucional.

Prevenção e Controle (Custo total: US\$ 150,0 milhões)

Este componente abrange, controle de vetores, epidemiologia, entomologia, saneamento ambiental e mobilização comunitária.

A atividade básica do controle de vetores é a borriafção domiciliar dirigida contra os mosquitos que transmitem a malária. A SUCAM vem realizando 1,8 milhão de borriafções ao ano na Amazônia Legal, porém são necessárias cerca de 2,8 milhões. Nesta atividade

está previsto o maior contingente de pessoal adicional a ser conseguido com ajuda das municipalidades.

As operações de epidemiologia são responsáveis pela delimitação da área endêmica e realizam a busca e tratamento dos casos de malária. Atualmente essas operações abrangem 100 mil localidades dos 458 municípios da Amazônia, com uma rede de 310 laboratórios, que fazem 1,7 milhão de exames parasitológicos ao ano.

As atividades entomológicas contribuem para avaliação dos efeitos das medidas de ataque e da evolução do programa. Através deste programa está prevista a reestruturação do sistema de entomologia com um laboratório regional, laboratórios nas diretorias regionais e em distritos de importância epidemiológica.

O saneamento ambiental está previsto, como medida de controle antilavário, para comunidades urbanas com transmissão onde seja comprovada sua factibilidade. Incluem-se, neste caso, a periferia de cidades como Porto Velho, Guajará Mirim, Ariquemes, Rio Branco, Macapá e Boa Vista.

Com relação à educação em saúde e mobilização comunitária, a presente proposta pretende reativar a educação em saúde na SUCAM, na Amazônia, cujo trabalho vem sendo realizado de maneira precária e difusa. Prevê-se a reformulação de suas funções e dos seus objetivos. Por outro lado deverá ser aprimorada a experiência de atividades sócio-educativas da SUCAM junto a comunidade com objetivo de organizar sua contribuição no controle da malária.

Fortalecimento Institucional (Custo total: US\$ 48,0 milhões)

Abregerá os seguintes subcomponentes: formação de recursos humanos, sistema de informação, instalações da SUCAM (obras civis), pesquisa operacional e articulação inter-institucional/assistência técnica.

Atualmente as necessidades de treinamento do programa de malária são consideráveis e requerem atenção especial. Estão previstas 19 categorias de cursos/treinamentos, envolvendo 1.410 servidores das nove unidades da Amazônia Legal.

O Plano Diretor de Informática (PDI) da SUCAM encontra-se em andamento no âmbito do projeto "controle de doenças endêmicas no Nordeste" mas deverá receber apoio financeiro deste programa.

Com relação às instalações, destacam-se obras civis que serão realizadas em oito unidades, abrangendo a construção de uma sede (Amapá), de distritos, galpões para armazenagem de insumos, subdistritos e minipostos, totalizando 15 mil m² e custo de US\$ 3,1 milhões.

As pesquisas operacionais a serem apoiadas pelo programa deverão destinar-se a solução de problemas técnicos que vêm dificultando a interrupção da transmissão e os que visam melhor conhecimento dos fatores epidemiológicos. Instituições locais e de outras regiões do país já desenvolvem projetos nesse campo, para o qual estão previstos recursos da ordem de US\$ 3,2 milhões.

Referente à articulação inter-institucional/assistência técnica aos Serviços de Saúde, através deste programa deverá ser colocada em marcha a participação de outras instituições no controle da malária na Amazônia Legal através do planejamento conjunto com os serviços locais de saúde.



Amazônia e Malária

A maior parte do território brasileiro apresenta condições propícias para a transmissão da malária, cuja incidência tem sido causa de muito sofrimento e óbitos em sucessivas gerações de brasileiros. Na década de 40 começaram a ser postas em prática atividades de controle de abrangência nacional e, nos decênios 50 e 60, a endemia declinou e perdeu sua importância epidemiológica.

Entretanto, a partir dos anos 70, o problema agravou-se com a intensificação das migrações internas para a Amazônia, facilitada pela abertura de grandes rodovias. Centenas de milhares de habitantes de outras regiões dirigiram-se à Amazônia, atraídos por projetos agrícolas, hidrelétricos, rodoviários e pelos garimpos. Embora seja verdadeiro atribuir à migração a maior responsabilidade pelo agravamento da malária, deve-se assinalar que a SUCAM e os serviços de saúde não estavam preparados para acompanhar a expansão demográfica dos anos 80, que duplicou a população de unidades (Rondônia, Roraima) e multiplicaram várias vezes as de regiões (sul do Pará, norte do Mato Grosso), na Amazônia. Em 1988 registraram-se cerca de 560 mil casos de malária no Brasil, com grande concentração na Amazônia. Esse número tende a aumentar nas condições atuais de ocupação da terra e da aplicação das medidas de controle. A doença acompanha o deslocamento da fronteira agrícola na região, assim como está presente em todos os garimpos. Em tais situações ressaltam-se características epidemiológicas internas para a Amazônia, facilitada pela abertura de grandes rodovias. Centenas de milhares de habitantes de outras regiões dirigiram-se à Amazônia, atraídos por projetos agrícolas, hidrelétricos, rodoviários e pelos garimpos. Embora seja verdadeiro atribuir à migração a maior responsabilidade pelo agravamento da malária, deve-se assinalar que a SUCAM e os serviços de saúde não estavam preparados para acompanhar a expansão demográfica dos anos

OS NÚMEROS DA MALÁRIA: 1970 - 1988			
ANO	NÚMERO DE CASOS	I.L.P.	I.P.A.
1970	51.818	6,90 %	1,30 %
1971	76.752	3,85	1,88
1972	82.421	3,64	2,00
1973	76.112	3,30	1,83
1974	64.320	2,86	1,52
1975	88.630	3,43	2,04
1976	86.437	3,37	1,94
1977	101.081	3,88	2,21
1978	117.267	4,21	2,50
1979	144.215	5,50	2,97
1980	169.871	6,08	3,40
1981	197.149	7,07	3,81
1982	221.939	8,30	4,15
1983	297.687	10,33	5,45
1984	378.257	11,55	6,68
1985	399.462	11,57	6,93
1986	443.627	13,19	7,47
1987	508.864	16,57	8,31
1988	559.535	16,06	8,35

I.L.P. - Índice de Linhas Positivas
I.P.A. - Índice Parasitário Anual

Fonte: MS - SUCAM

Jucá defende a permanência dos garimpos

Determinado a organizar o setor mineral em Roraima — de onde são extraídas mensalmente cerca de três toneladas de ouro sobre as quais não são cobrados impostos — o governador Romero Jucá Filho apresentou ao Ministério das Minas e Energia, esta semana, o Projeto Meridiano 62º, que normatiza a atuação da mineração por garimpo no estado.

Nesta entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, Jucá fala sobre a convivência dos índios com os garimpeiros em Roraima, aborda a urgente necessidade da organização e legalização dos garimpos no estado, avalia a economia — que hoje se embasa na extração aurífera — mantém firme sua disposição de não utilizar o aparelho policial para retirar garimpeiros, examina as perspectivas do estado, do ponto de vista econômico e explica porque, com tanta riqueza em seu subsolo, Roraima ainda não se desenvolveu completamente.

CB — A questão dos garimpos em áreas indígenas de Roraima vem gerando grande polémica. O sr. já se definiu em favor da continuidade dos garimpos. Mas, como compatibilizar a atuação garimpeira com as comunidades indígenas?

RJ — Eu me defino em favor da ordenação do setor mineral de Roraima, encaminhando a posição da população do estado. A mineração por garimpo é uma das vertentes do setor mineral em Roraima e não se pode avaliar a questão do garimpo sob um ponto de vista passional, como querem alguns. É preciso, antes de se exprimir qualquer ponto de vista, avaliar os fatos. Então, vamos a algumas constatações. Em primeiro lugar, há que se considerar que a economia do Estado de Roraima vive — direta e indiretamente — dos ganhos advindos do garimpo. Este é o estágio atual em nosso Estado. E é somente com os recursos provenientes da extração mineral que Roraima poderá investir em seu futuro. Em segundo lugar, hoje 50 mil brasileiros estão diretamente vinculados ao garimpo, trabalhando nas grotas, se arriscando no meio da selva, buscando essa riqueza que vai garantir a Roraima um futuro melhor. Estes homens, brasileiros, trabalhadores, não podem simplesmente ser tratados como marginais, arrancados por tropas militares do meio da mata e jogados em Boa Vista. Há que se respeitar, no mínimo, a coragem desses brasileiros. Há, ainda, a questão dos índios Yanomami. A grande maioria dos índios já está passando por uma fase de troca da economia de sobrevivência para a economia acumulativa. Isto é: eles já sabem o valor do ouro, já conhecem os bens e produtos de nossa civilização, sabem que o ouro pode comprá-los e estão querendo explorar as jazidas que, afinal de contas, pertencem a eles mesmos, os índios. E é dever do Estado fazer com que eles possam usufruir de suas riquezas e prepará-los para o convívio com a sociedade envolvente, tornando-se tornando-se entes produtivos — para que não acabem como certos grupos indígenas que por aí estão, mendigando as migalhas da nossa sociedade. Nós queremos regularizar e equilibrar este processo, hoje desordenado.

CB — E, diante deste quadro, como o Governo do Estado pretende compatibilizar garimpos e índios?

RJ — Como eu dizia, é importante neste processo que entidades como a Fundação Nacional do Índio participem de forma a garantir aos índios a manutenção de sua cultura e agregar a essas comunidades condições de interagir com a sociedade envolvente, assegurando aos índios uma proposta de desenvolvimento para além do garimpo. O fato é que as sociedades indígenas estão passando por um processo de transformação. Esse processo se inicia a partir do momento em que o índio encontra o homem branco pela primeira vez. O índio tenta — até porque precisa — queimar etapas de desenvolvimento para atingir o nosso estágio. E isso pode ser feito sem nenhum acompanhamento — o que leva à desagregação dos grupos indígenas — ou através de um trabalho bem fundamentado, onde a passagem da era paleolítica para o mundo dos satélites ocorra com o mínimo de ônus para as comunidades indígenas. Acima de tudo, porém, deve-se garantir condições de desenvolvimento e de sobrevivência dos grupos indígenas, de forma que, mantendo suas tradições e culturas milenares, possam eles conviver com a nossa sociedade e se tornarem ele mesmos produtivos, que garantam seu sustento. Desta maneira é possível se compatibilizar garimpos e índios. Até porque os índios mantêm uma boa relação com os garimpeiros.

CB — Mas é uma relação perniciosa...

RJ — É uma relação perniciosa porque é individual e descompromissada do lado do governo. Hoje o índio recebe pelo seu ouro, ou por qualquer outro bem extraído de suas reservas, um calção, uma televisão ou qualquer outro bem industrializado que não remunera o valor do metal extraído. A partir daí a relação de troca torna-se mávela porque o índio, dono da riqueza, é lesado em seu patrimônio. Não usufrui dele em sua plenitude e, como o ouro, por exemplo, é um tipo de recur so não renovável, em poucos anos se esgota, seus descendentes também não terão nada a aproveitar. E ficarão

mendigando pelas portas da Funai recursos para sua própria manutenção — embora estivesse sentados sobre uma das mais ricas jazidas minerais do mundo. Então isso é que está errado. E é exatamente por isso que é importante que se organize o processo de extração mineral e, mas que isso, que a Funai não se omita de suas responsabilidades neste momento. Uma entidade como a Funai — e eu falo isso até por ter sido, por dois anos e meio, presidente do órgão — tem o dever de participar desse processo, que é funda mental para a sobrevivência dos Yanomami. Porque o índio precisa ter seu futuro assegurado é com esse momento presente. Depois que as reservas auríferas se esvaírem, não vai adiantar nada ficar dando molinhas e chamando os índios de coltadinhos.

CB — A situação da economia de Roraima é, então, semelhante à dos índios Yanomami?

RJ — De certa forma sim. Veja: a economia do estado se encontra calcada sobre a atividade extrativista neste momento. Só que essa atividade se encerra dentro de mais algum tempo. Então, se nós não tomarmos medidas imediatas para regularizar e legalizar o garimpo e passarmos a cobrar os impostos devidos, garantindo recursos para investimentos de base, que assegurem a continuidade econômica de Roraima, dentro em pouco nós teremos um "estado-fantasma", como as antigas cidades do oeste americano, que eram abandonadas à medida que o ouro acabava nas minas. Isto seria irresponsabilidade do Governo do Estado. E é exatamente para evitar esse futuro sombrio que lutamos pela regularização da mineração no Estado. Precisamos parar com a evasão de divisas representada pelo ouro que é contrabandeado, pelo ouro não declarado. Esse ouro que sai do estado deveria ser investido no próprio estado, na construção do futuro de Roraima. Na minha avaliação os recursos naturais não-renováveis devem ser utilizados de forma equilibrada, e, acima de tudo, que garantam, ao tempo da exaustão das reservas, condições de uma mudança



O governador Romero Jucá (E) organizando o setor mineral em Roraima. Uma de suas principais preocupações é regularizar e legalizar os garimpos, que hoje mantêm cerca de 50 mil homens e respondem pela maior parte da economia estadual.

Governo de Roraima sobre a questão mineral, mais especificamente, sobre a questão garimpeira no estado. O Projeto Meridiano 62º é o instrumento necessário à regularização dos garimpos e da atividade garimpeira em nosso estado. O que se pretende é, através de cooperativas de garimpeiros, trabalhando dentro da Floresta Nacional de Roraima — onde a atividade extrativista é assegurada pela legislação — se tenha um processo organizado da atividade garimpeira, sem riscos de danos ao meio ambiente, com assistência aos garimpeiros e com a devida cobrança de impostos. Ou seja, o Projeto Meridiano 62º é uma proposta factível para solucionar uma questão real para a qual não se pode simplesmente fechar os olhos deixando correr solto. A atividade garimpeira pode ser desenvolvida dentro da lei, com respeito ao meio ambiente e às comunidades indígenas e é preciso que se diga que a nossa riqueza mineral não pode e não deve permanecer intocada, mas deve ser convenientemente explorada, dentro de modelos transparentes, economicamente viáveis e socialmente justos.

CB — Circulam notícias de que já há diversos pedidos para a retirada — à força se a Justiça assim o decidir e se necessário for — dos garimpeiros das áreas indígenas. Qual a posição do Governo do Estado?

RJ — Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o garimpeiro é, acima

de tudo, um trabalhador como tantos outros brasileiros. Na Amazônia legal existe hoje mais de 500 mil garimpeiros. E uma classe que merece o respeito de todos. Não é qualquer um que se arrisca, que tem a coragem pessoal de adentrar a floresta em busca de seu próprio sustento e que com sua atividade, gera riquezas para o país. Em segundo lugar, é muito comum o desvirtuamento desta classe. Pessoas mal-informadas — ou pior, pessoas até bem informadas, mas que preferem difundir a desinformação — taxam os garimpeiros de violentos, por exemplo. Nada mais falso. São homens fortes, alguns até rudes, acostumados que estão à vida na selva e nos garimpos. Mas que procuram respeitar a lei. Um terceiro ponto a ser observado diz respeito à convivência entre os garimpeiros e os índios. São raríssimos os incidentes envolvendo índios e garimpeiros. Há, na realidade, uma convivência pacífica entre eles. Os garimpeiros porque estão nas terras dos índios — e não terão vantagem nenhuma se brigarem com os índios. Em Roraima, os índios procuram os garimpeiros fora de suas áreas para trabalhar e conseguir sustento. E os índios porque são recompensados — ainda que indiretamente, é forçoso reconhecermos, devido à falta de organização que existe no setor — por permitirem a presença dos garimpeiros em suas terras. Há um fenô-

meno, poderíamos dizer, simbiótico — mesmo que numa escala onde o garimpeiro obtém os maiores lucros e os índios ainda não têm recompensa à altura...

CB — O sr., então, não pretende usar a força policial para retirar os garimpeiros...

RJ — Não pretendo até porque não tenho polícia para isso. O efetivo policial de Roraima — em seu total — não ultrapassa 800 homens. Como é que eu vou tirar 50 mil garimpeiros de uma área de um milhão de hectares de terras com 800 soldados? Isso não existe. Mas é preciso que fique claro aqui que eu não concordo com o emprego da força para retirar os garimpeiros. O Projeto Meridiano 62º atende perfeitamente à necessidade de uma resposta para a questão, sem que se penalize esses trabalhadores. Um modelo onde se privilegie o uso da força sobre a compatibilização de interesses é antidemocrático e não atende aos interesses do povo, dos garimpeiros, dos índios e do Estado de Roraima.

CB — Então o sr. acredita ser errado que se faça cumprir a lei?

RJ — Pelo contrário. Eu defendo a legalidade acima de tudo. Essa é minha formação e minha prática, quer seja do ponto de vista político, pessoal ou administrativo. Mas sou franco o bastante para deixar claros dois pontos básicos nesta questão: em primeiro lugar, o efetivo policial do estado de Roraima é pequeno, insuficiente para o patrulhamento das cidades do estado e eu não tenho condições de deslocá-lo para a selva pois sendo dele a cidade sem policiamento — o que também está errado. Em segundo lugar, eu não acredito no uso da força contra trabalhadores honestos que estão se empenhando em construir o seu futuro e o futuro do estado de Roraima. Acho que a lei deve ser cumprida por todos. Mas acho também que, se a lei não é boa para a maioria dos cidadãos — posto que estamos numa democracia e, numa democracia o que impera é a vontade da maioria — esta lei deve ser mudada em favor da melhoria das condições de vida de toda a população. O que falta neste país, mais do que leis, é a vontade de cumpri-las. Ou, o que é pior, quando se encontra alguém disposto a cumprir as leis é ver que essas mesmas leis não atendem às reais necessidades e desejos da população. E o resultado é que, nem se cumprem as leis, nem se as modificam para que atendam à vontade da maioria, e sejam factíveis.

CB — Diante deste quadro, quais as perspectivas que o sr. vê para o estado de Roraima?

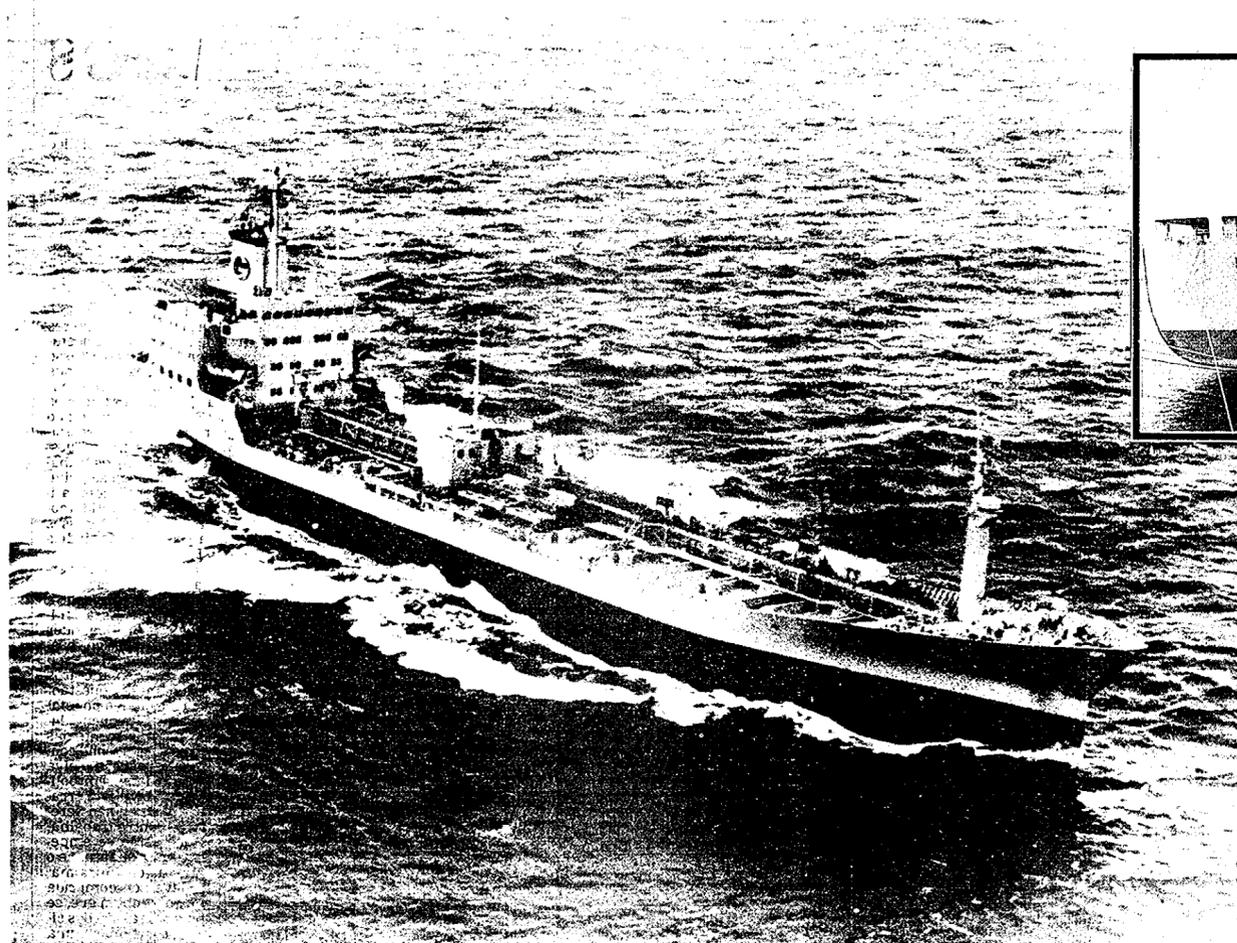
RJ — Eu vou me ater à avaliação do futuro econômico do estado. É preciso observar que Roraima encontra-se numa situação privilegiada do ponto de vista geoeconômico. Aparentemente é um contra-senso. No extremo norte do país, sem ligações terrestres, descentes com o restante do Brasil, onde estaria o privilégio? Exatamente nestas adversidades. Veja bem: não se pode pensar em Roraima como um estado que produza para a federação, mas sim como um estado exportador. Sua situação — que aparentemente o isola do restante do país — garante acesso rápido e seguro à Venezuela e à Guiana e, daí, ao Caribe e aos Estados Unidos. A Venezuela, principalmente, já tem asfaltado a estrada que liga a fronteira do Brasil com seu principal porto. Na medida em que pudermos asfaltar o trecho da BR-174 que liga Boa Vista ao marco BV-05 na fronteira com a Venezuela, poderemos ter acesso ao mar e garantir nossas exportações. Exportações de grãos, de carne, de alguns produtos industrializados. A rota Manaus-Boa Vista-Caracas — quando o trecho que liga Boa Vista a Manaus da BR-174 estiver pronto — também será muito econômica, o que garantirá um preço mais competitivo aos produtos amazônicos. Há outro dado a ser observado: cerca de 35 por cento do solo roraimense é constituído por cerrados como os existentes no Planalto Central — mas com uma grande vantagem: a quantidade de calcário necessário à correção do solo é muito menor que a utilizada no Centro-Oeste. Isso permite uma grande variedade na cultura de grãos ou a criação extensiva de gado sem que se precise desmatar um único hectare da floresta amazônica.

CB — Com tudo isso, além do ouro, porque Roraima não se desenvolveu mais até agora?

RJ — Porque o ouro começou a ser extraído há cerca de três anos — imagine o quanto de impostos não se perdeu nesse período, estimando-se que saem mensalmente dos garimpeiros existentes no estado, aproximadamente três toneladas de ouro. Além disso, por ser território, Roraima sofreu as vicissitudes das constantes mudanças a nível federal. A solução de continuidade administrativa era a tônica no governo. Não se pode pensar em desenvolvimento sem que haja um plano diretor bem definido, um programa de governo detalhado, sobre o qual se norteie a economia e o processo de desenvolvimento. Ainda por ser território, todo o imposto arrecadado em Roraima era revertido aos cofres da União e pouco voltava para se aplicado no local onde o imposto era gerado e arrecadado. O que acontece então? Quando cheguei em Roraima — há cerca de um ano — tratei de criar a estrutura necessária à implantação do Estado de Roraima. Nós estamos trabalhando sobre isso. E temos um prazo. Mas temos pressa também. Roraima precisa resgatar décadas de desídia administrativa por parte do governo federal em muito pouco tempo. Precisa ganhar tempo rapidamente, desenvolver-se, progredir, para conquistar o espaço a que tem direito no seio da Federação. E nós estamos trabalhando para isso. Apoiando os migrantes que para lá se dirigem em número cada dia maior — e que precisam encontrar um estado pronto para recebê-los, porque o povo já os recebe de braços abertos. Os que estão se dirigindo a Roraima vão em busca de trabalho, de melhoria das suas condições de vida e para auxiliar na construção de um Estado que, tenho certeza, será um dos orgulhos deste país.

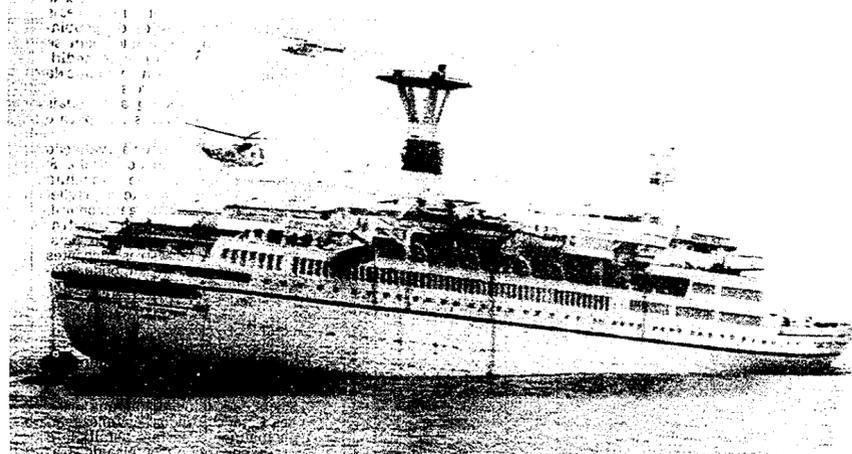


Os garimpeiros de Roraima retiram, a cada mês, três toneladas de ouro sobre os quais não incidem impostos.



Os grandes navios transportam cargas, potencialmente e perigosas ao ambiente, como resíduos químicos (foto maior). Ancorados nas costas brasileiras (acima) preocupam o presidente da Portobrás, Carlos Teóphilo de Souza e Mello (ao lado), para quem deve-se conduzir a ação empresarial conjuntamente com a defesa do meio ambiente.

Portobrás associa a empresa ao ambiente



Os navios de passageiros também podem ser vítimas de acidentes com danos para o ambiente

De uns tempos para cá, falar de meio ambiente tornou-se uma constante nas mesas de discussões de empresas e do próprio Governo. É possível que até então, o homem através de seu processo de aprendizado cultural, tenha deixado de lado a preservação de seu meio ambiente, para que dele pudesse tirar proveito. Ele próprio modifica o meio natural, procurando adaptá-lo para si. E o que determina a convivência pacífica são, homem/cultura, que num processo dinâmico, onde todos os elementos se interligam e se modificam, tornam-se os maiores responsáveis pelo meio ambiente.

A relação empresa/meio ambiente pode parecer, à primeira vista, assunto exclusivamente comercial, à busca de recursos, de apoio de entidades para financiamento de projetos, enfim, uma gama de outros temas. Mas não é verdade. Não há uma empresa que exista de forma isolada. Ela vai conviver sempre com todo o seu sistema produtivo, com o capital e com o trabalho. Isto significa dizer que a atividade da empresa vai gerar sempre uma relação social, a mais direta com seus trabalhadores, e com a sociedade como um todo.

Mesmo colocada a nível de formulação genérica, a empresa não pode ser dissociada do meio ambiente. Num exemplo prático, dado pela Fijac, que organizou o seminário a *Gestão Empresarial e o Meio Ambiente*, junto com a Portobrás, coloca as coisas em termos práticos. Exemplifica assim: Um curtume e um ateliê de costura são empresas, mas se diferenciam não só em seu produto, mas na forma com que se

instalam no ambiente, nos fluxos que geram, no suporte que necessitam, enfim, no próprio impacto que trazem.

Um pequeno curtume tem um tipo de convivência com o ambiente, um grande curtume tem outro. Quem traz mais impacto no meio ambiente, é difícil responder, mas é certo que cada um provoca um tipo de reação diferente, já que ambos vivem situações opostas, ligadas às proporções de cada empresa.

A Portobrás associou empresa/meio ambiente também porque precisava ligar o evento às atividades portuárias e suas áreas de influência. Para falar de portos, uma atividade eminentemente urbana, justifica-se que o porto só é porto porque está em terra firme, e ainda porque trata-se de um elemento fixo de um sistema de transporte, no caso de cargas, de articulações da produção do interior e sua exteriorização. O porto é, enfim, o local da troca. A ligação porto/cidade foi da maior importância na consolidação dos aspectos culturais e econômicos do Ocidente. Seu significado e possibilidade de influência sempre estiveram ligados ao regime econômico e às estruturas de poder.

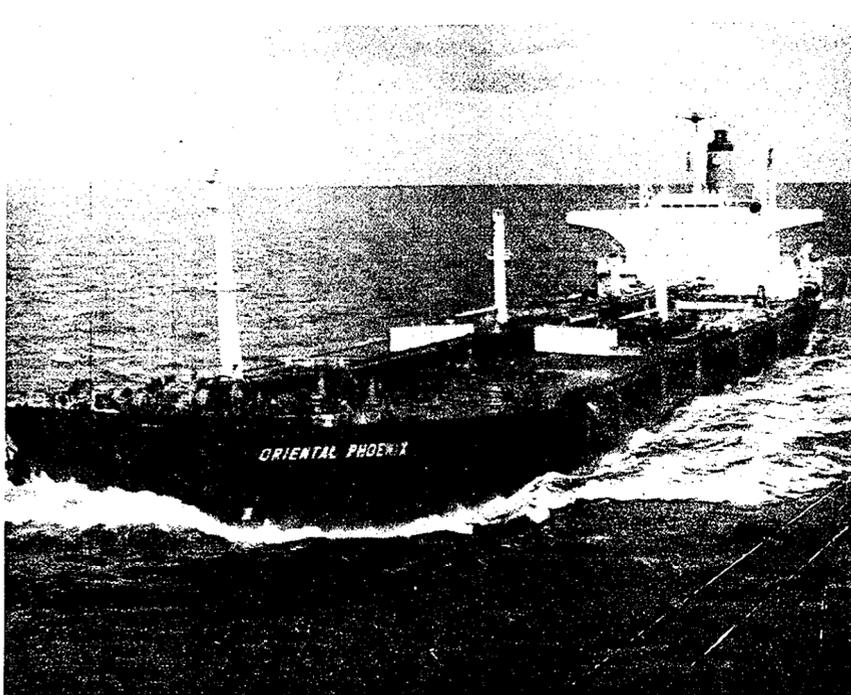
No Ocidente, quando o poder se colocava na cidade, e aí incluí-se o papel importante do porto como canal de trocas não só de mercadorias, mas também de idéias, a sociedade apresentava características mais abertas, mais democráticas. Não é por acaso que se tem notícia, desde as primeiras letras na escola, do decreto de D. João VI, abrindo os portos às nações amigas, que sem maiores análises do ponto de vista políti-

co, acabou por colocar o Brasil no contexto do Ocidente, como grande Nação.

Constituição de conquista em conquista no tema atividades portuárias, chega-se à nova Constituição, que apresentou avanço importante na defesa do meio ambiente. O artigo 178 do título VII — da Ordem Econômica e Financeira, garante a preponderância de brasileiros nas embarcações nacionais. Os portos nacionais estão passando por reformulações, caso do Rio de Janeiro, na Praça Mauá, que se confunde com a própria vida da cidade, e é parte importante da vida do País.

Em Santos, o impacto da atividade portuária, coincidente com o processo de urbanização brasileiro e modelo econômico exportador, resulta na Baixada Santista, que é hoje, na prática, embora ainda não formalmente, uma região metropolitana. Em Salvador, Recife, os portos tradicionais continuam mantendo o seu papel em seus espaços urbanos. O porto de Recife, por exemplo, chega a reunir a intelectualidade num bar.

Hoje os portos brasileiros mudaram muito. E para melhor. A política da Portobrás acompanhou as mudanças no modelo econômico e em suas relações comerciais, que se refletem nos novos portos. Hoje existem os especializados, que exportam, por exemplo, somente um tipo de mercadoria, como minérios e grãos. Estes portos, acabam influenciando no contexto urbano. E como toda atividade econômica especializada, concentrada territorialmente, a relação com o espaço urbano tende a ser empobrecedora, caso não se admi-nistre bem a atividade.



Petroleiros transportam o óleo cru, uma das mais perigosas cargas do ponto de vista dos ecossistemas

Debate conscientiza portuários

A empresa e o meio ambiente deram origem a um seminário realizado e organizado pela Portobrás semana passada, com o objetivo de conscientizar os profissionais diretamente envolvidos no planejamento e tomada de decisão para a prevenção da poluição dos portos, zonas portuárias e vias navegáveis interiores. Além disso, durante a realização do evento, foi enfatizada a necessidade de se proteger as vias navegáveis da ação de poluentes.

Participaram profissionais ligados ao tema e técnicos da área de segurança industrial e higiene. O seminário foi coordenado pela Portobrás e pela Fijac (Projetos, Planejamento e Meio Ambiente) e, segundo o diretor da Empresa de Portos do Brasil S/A (Portobrás), Fernando Miranda não se trata apenas de associar empresa e meio ambiente, pura e simplesmente.

"A modernidade exige maior atenção para o meio ambiente até por problemas estratégicos. Além disso — explicou Fernando Miranda — hoje em dia poucos organismos internacionais repassam qualquer espécie de recursos, sem antes demonstrarmos que existe, afora a preocupação, um programa de preservação da saúde do meio ambiente. E isto, claro, deve ser parte de um programa de governo! — salientou Miranda. E hoje, o grande problema de poluição das nossas vias navegáveis, deve-se ao fato de os grandes navios despejarem detritos no mar, há poucas milhas da costa. Em geral, lava-se os porões quando se chega ao porto e aí sim, reside o grande perigo. "O Brasil é signatário de um documento assinado em Londres, ano passado, denominado MARPOL, que determina, entre outras coisas, o aparelhamento dos portos para recebimento desses resíduos".



Fernando Miranda

da preservação do meio ambiente, que acaba por transformar-se num vetor do crescimento econômico.

A Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986, que ainda rege os processos de licenciamento das atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, estabelece assim, uma série de procedimentos para que um empreendimento novo ou a ampliação de um já existente possa ser considerado apto a ser desenvolvido.

A Empresa de Portos do Brasil S/A (Portobrás), através da orientação de seu presidente Carlos Teóphilo de Souza, e de seu diretor em Brasília Fernando Miranda, têm demonstrado firmeza em fazer cumprir a lei, já que a entidade é responsável pela administração das hidrovias brasileiras.

"Precisamos de recursos externos para desenvolver bem o nosso trabalho, e deles só poderemos fazer uso caso nosso programa satisfaça às diversas entidades", enfatizou Miranda.

uma resolução da Portobrás, existem desde 1970, quando o então presidente Nixon, dos Estados Unidos, criou a *US National Environmental Policy Act*, ou Lei Nacional de Meio Ambiente. Isto demonstra que além da preocupação com os poluentes das vias navegáveis, tornou-se compulsória a realização dos EIA's, sempre que uma decisão de implementar ou licenciar projetos de grande porte fosse tomada.

Mas apenas a elaboração de relatórios de impactos ambientais com enfoques sistemáticos e multidisciplinares, de modo a usar, de forma integrada, as ciências naturais, ambientais e sociais no processo de planejamento, não são suficientes. É verdade que a experiência pioneira dos norte-americanos, para nortear esses estudos dentro de alguns princípios comuns, foi importante, mas não verdadeiramente definitiva.

No Brasil, a lei federal nº 6.938, de janeiro de 1981, reconheceu a utilidade da Avaliação de Impacto Ambiental, ao explicitá-la no seu artigo 9º. O artigo anterior da mesma lei, explica que entre as competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA — está justamente a de determinar a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos.

Assim, tanto no Brasil como nos Estados Unidos e nas grandes potências, esses estudos se caracterizam por estarem ligados a projetos ou programas públicos ou privados, que necessitem de licença ou financiamento de determinadas agências, sempre no momento de decidir a licença ou mesmo o financiamento. Melhor explicando: os Estudos de Impacto Ambiental, Avaliação de Impacto Ambiental, ou Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (este último é síntese dos dois primeiros), são uma exigência legal em um momento específico para que um projeto novo, ou a ampliação de um já existente, esteja apto a ser licenciado ou financiado.

Cumpridas as formalidades explicadas e aprovado o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), cessam-se as "obrigações ambientais" da empresa, que só será convocada ambientalmente quando da ocorrência de um acidente ecológico, do qual se lhe impõem sanções, que aumentam até a responsabilidade criminal, quando há perdas fatais.

IMPACTO — Os Estudos de Impacto Ambiental-EIA — tema de

Acre: no centro dos debates ecológicos

DILMA TAVARES
Correspondente

Rio Branco — O Acre é hoje um dos Estados da Amazônia mais visados pelos brasileiros e pelo mundo, principalmente quando o assunto relativo a ele for ecologia e meio ambiente. A morte do sindicalista Chico Mendes e a luta dos movimentos de seringueiros fez com que o mundo voltasse sua atenção para cá, um estado que nem mesmo ainda é ligado por asfalto com o resto do País.

O Acre também vive, um pouco mais intensamente, o problema do questionamento sobre a ocupação da Amazônia. Os empresários locais asseguram que a exploração é possível sem deixar de lado a questão ambiental. O Governo procura saídas, alternativas e os movimentos dos povos da floresta acham que a solução está na preservação das matas.

A preservação total da Amazônia é inviável e injusta — diz Jorge Vanderlau Tomás, presidente da Federação dos Industriais do Acre (Fieac). Ele porém ressalta que isso não se deve fazer a qualquer custo. Devemos preservar mas sem deixar de explorar, sustenta ele, acrescentando que a região não deve ser violentada. A Amazônia deve ser preservada, pois há condições da floresta ficar em pé e produzindo, assegura Raimundo Barros, vereador do PT de Xapuri, seringueiro, um dos dirigentes do Conselho Nacional de Seringueiros e primo de Chico Mendes.

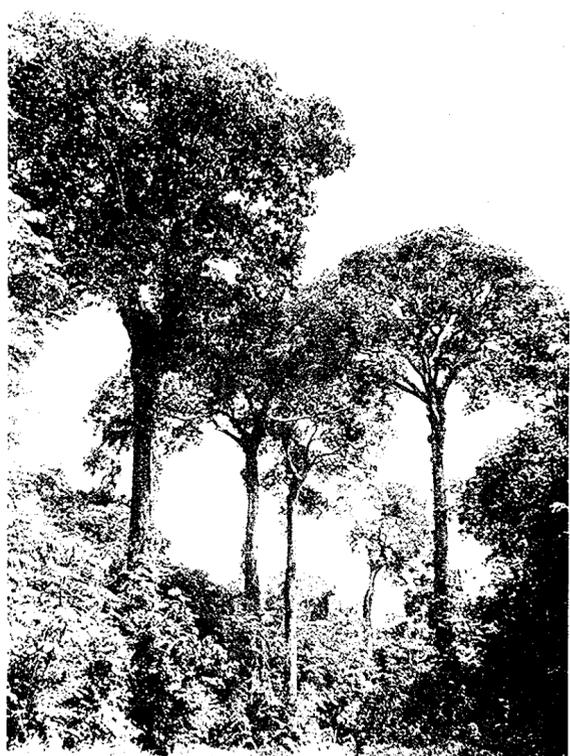
Nosso movimento é de opinião que a Amazônia deve ser preservada, mas que não sirva apenas de beleza. Ela tem que ser preservada e produzindo, pois para isso basta que haja o interesse e respeito à opinião dos povos que nela vivem. Hoje temos condições de produzir diversos produtos essenciais como castanha, borraça, óleos, criação de caprinos e pecuária em pequena escala. Basta que tenhamos assistência técnica e financeira para isso — avalia.

Para definir uma vocação para o Estado, o Governo está realizando o zoneamento agroecológico, dentro do Projeto Acre que irá também realizar estudos de viabilidade econômica da BR-364, ligando Rio Branco a Cruzeiro do Sul e depois para o Peru, alcançando os portos do Oceano Pacífico, um de seus maiores anseios. Esta medida segundo o governador Flaviano Melo, é uma das iniciativas adotadas pelo Estado para solucionar o problema de conciliação entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento é também com esta finalidade que está em atividade a Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), que cria alternativas viáveis para este desenvolvimento.

— Temos que nos conscientizar que a natureza tem que ter um tratamento todo especial. O empresário tem que ver que o investimento na Amazônia é a longo prazo, com retorno demorado. Por isso estamos criando novas alternativas viáveis — diz o governador, adiantando que este trabalho também é voltado para o homem da floresta.

Jorge Tomás afirma que a iniciativa privada já está sofrendo as pressões de setores ecológicos. Contudo, a classe está fazendo de tudo para esclarecer que eles não pretendem causar danos ao meio ambiente. "O empresário deve ser o guardião das nossas riquezas", sustenta ele, explicando que é necessário que se desenvolvam novas tecnologias para o empresariado. Ele acredita também que é viável a conciliação entre a preservação e a ocupação.

Para o presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imat), Marco Antônio Mendes, a participação da iniciativa privada é de extrema importância para ajudar a preservar a natureza. Ele cita como exemplo a necessidade de se utilizar racionalmente a área destinada à



Sem estradas asfaltadas, o Acre quer se desenvolver e proteger a mata

preservação de cada região. Já que cada dono de terra tem direito de derrubar apenas a metade de sua área. Hoje isso no Acre equivale a 4 milhões de hectares.

Para a classe empresarial, conforme seu presidente, a conversão da dívida externa em projetos de proteção ao meio ambiente pode ser viável, desde que sejam criadas leis que protejam a soberania do País. "Não podemos pagar uma dívida que não contraiamos", protesta Raimundo Barros, acrescentando que "Os recursos do qual o Brasil é devedor, não foram sequer, talvez 10 por cento, aplicados em benefício de nosso povo".

O programa "Nossa Natureza", também não é bem aceito entre o movimento dos povos da floresta. "Ele ainda não nos beneficiou em nada até agora", adianta Raimundo, ressaltando que ele ainda não foi discutido com o movimento. Esta também é uma das reclamações dos empresários, segundo Jorge Tomás. "Já que ele foi feito dentro de gabinetes e tem que se discutir com a sociedade civil", Jorge também acha que nas fronteiras não estão sendo adotadas medidas militaristas. Já o seringueiro Raimundo Barros acha que a preocupação com as fronteiras não tem sentido.

O movimento ecológico, cada vez mais forte nesta região é visto por vários prismas pelos empresários. O presidente da Fieac analisa que existem três deles: o bem-intencionado, o mal-intencionado e o mal-informado. O primeiro procura preservar e defender a natureza com racionalidade. Estes têm até apoio de segmentos de empresários.

Os de má intenção servem apenas de escudo para seus interesses econômicos e o terceiro quer a preservação a todo custo. Para o Governo, o movimento ecológico, principalmente de seringueiros é importante para se conscientizar sobre a importância do meio ambiente.

Foi a partir do movimento de seringueiros que surgiram as reservas extrativistas — diz Marco Antônio Mendes, presidente do Imac, que hoje tem um orçamento de apenas NC\$ 150 mil e não recebe nenhuma ajuda externa e pouca verba do Governo Federal. "Os custos de conservação da natureza são elevados", admite o governador Flaviano Melo, assegurando, porém, que uma das formas que ele pode ser obtido é através das entidades ambientalistas, que podem ajudar os governos Estaduais que querem o desenvolvimento com a preservação. "E preciso arregimentar forças para este fim", conclama ele.

Os incentivos fiscais da Amazônia devem ser mantidos na opinião dos empresários, apesar de eles terem que ser redirecionados e disciplinados, inclusive podem também ser voltados para a defesa do meio ambiente. Para Raimundo Barros, eles devem apoiar os povos da floresta, já que sempre foram voltados para outras atividades. A presença dos órgãos federais na Amazônia também é defendida pela classe empresarial e não deve ser alvo de enguementamento da máquina estatal.

— Há gorduras em outros lugares — diz Jorge Tomás, adiantando que de certa forma alguns órgãos, como o Basa e Sudam, já cumpriram suas funções.

Zoneamento garantirá preservação

ROBERTO DE AZEVEDO
Correspondente

Porto Velho — A preservação da Amazônia só vai acontecer de fato quando for colocado em prática um programa de zoneamento que terá por objetivos definir áreas específicas para a agricultura, conservação, seringueiras e indígenas, compatibilizando assim o desenvolvimento econômico com o meio ambiente.

A declaração foi feita pelo diretor de Desenvolvimento Florestal do Instituto Estadual de Florestas (IEF) Eraldo Matricardi, que vê na iniciativa privada, os grandes latifundiários, os responsáveis diretos pela devastação da Amazônia, afirmando que o meio ambiente não é prioridade no País. Matricardi "gostaria" de ver os países que se dizem beneficiados com "o pulmão do mundo" pagar por esta utilização em forma de perdão da dívida externa, mas sem a perda da soberania, "pois entregar mais do que está, não dá". O programa Nossa Natureza, foi duramente criticado por ter sido preparado na última hora e sem observar peculiaridades da região.

Deolindo de Carvalho Neto, chefe da Residência do Departamento Nacional da Produção Mineral de Rondônia (DNPM), diz que o órgão fiscaliza com rigor as empresas de mineração

com os seus técnicos fazendo vistoria de rotina através dos alvarás de pesquisa e decretos e portarias de lavra e, os garimpeiros são "controlados" através do Projeto Ouro Gemas, que acompanha suas atividades diariamente.

Para a liberação das concessões às mineradoras, o DNPM exige que as empresas possuam "assentimento" do órgão estadual do meio ambiente, em Rondônia a Semaro. Deolindo diz ainda que, para maior controle, as empresas têm que apresentar um plano de aproveitamento econômico das jazidas, e que deverá ser cumprido à risca, onde serão discriminadas todas as medidas de proteção ao meio ambiente.

O delegado Luiz Alberto Lima Catanhede, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), lamenta que o plano de emergência de combate às queimadas, devido à greve que vem se arrastando há mais de trinta dias e ao excesso de demora na aprovação extraordinária da verba para a prevenção e combate às queimadas, no valor de oito milhões de cruzados novos, está inviabilizando o plano.

Os custos de programas de conservação da natureza e do meio ambiente são elevados e para que o órgão se torne auto-sustentável, a União deve urgentemente viabilizar sua estrutura. Apesar da burocracia emperrar os trabalhos, Catanhede pretende controlar a produção das madeiras através do manejo, garantir a intocabilidade das reservas e tornar o setor pesqueiro viável.

O gerente de pesquisas das Empresas Brumadinho, do Gru-

po Oriente Novo, geólogo Luiz Gilberto Dall'Igna diz que todas as atividades visam lucro e que as mineradoras não são exceção. A propósito a empresa emprega cerca de 700 funcionários, sendo 500 nas minas e 200 na capital. Lembra ainda o gerente que todos saem ganhando, União, Estado e Município, com o recolhimento do ICMS.

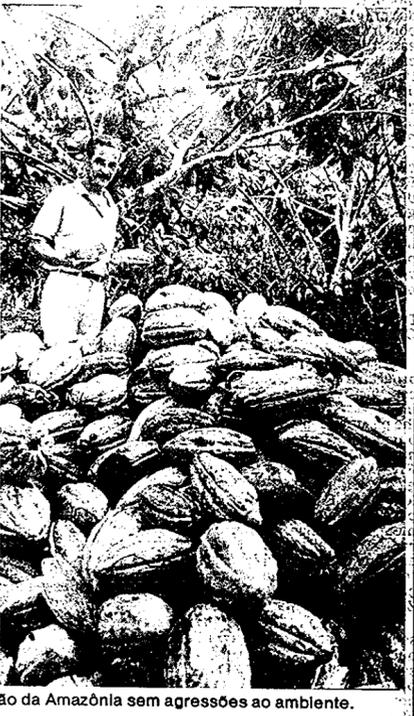
Dall'Igna diz categoricamente que os garimpeiros agride mais que as empresas o meio ambiente. A justificativa prende-se ao fato das mineradoras apresentarem projetos ao Governo Federal que em contrapartida fiscaliza com rigor suas atividades.

O presidente do Sindicato dos Garimpeiros (Singro), Antônio Martins concorda com a afirmação de Dall'Igna e lembra ainda que "a saúde de nossos filhos depende de movimentos ecológicos organizados e o governo deveria pegar os impostos que pagamos e investir na classe garimpeira, conscientizando-os da importância de seu papel na não agressão ao meio ambiente".

O presidente do sindicato denuncia o diretor do DNPM, Elmo Serejo "que não conhece a região e está brincando de dar direito de lavra para qualquer pessoa, criando tensão nos garimpos, como o que está ocorrendo em Periquitos, a 90 quilômetros do município de Guajará Mirim, na fronteira com a Bolívia, onde mais de mil dragas e cinco mil garimpeiros estão sendo expulsos da região, onde trabalham há cerca de sete anos, por um grupo de pessoas que "ganhou" o direito de lavra do Sr. Elmo Serejo", alerta o líder sindicalista.



O zoneamento agroecológico garantirá a ocupação da Amazônia sem agressões ao ambiente.



A situação das áreas indígenas

Os vinte e três milhões de hectares de Roraima, nove milhões e setecentos mil (42%), pertencem à Funai e três milhões e trezentos mil (14%), são reivindicados para reservas ecológicas, totalizando em treze milhões de hectares, as áreas com impedimentos legais. Restam dez milhões de hectares, dos quais dois milhões inabitáveis no baixo Rio Branco; um milhão e duzentos mil isolados entre reservas; e quatrocentos mil de montanhas e picos rochosos, o que reduz a área livre disponível, para seis milhões e quatrocentos mil hectares, ou 28% de Roraima.

Esta é a situação do estado, pois entre as áreas livres existem algumas inaproveitáveis como as montanhas e outras de aproveitamento questionável, como o baixo Rio Branco, conforme volume 8, pág. 178 do Projeto Radam, onde se lê: "... Uma experiência à abertura da BR-174 demonstrou que as condições de piso são frágeis, obrigando sucessivas mudanças de localização, para evitar essas áreas pantanosas. A locação dessa mesma estrada mostrou que as condições de falta de sustentação do piso não ocorrem apenas na vegetação pioneira; mesmo sob floresta densa essas áreas continuam a apresentar as mesmas características de pantanosas inundáveis". Em princípio, essas áreas não se prestam a nenhuma atividade produtiva, sendo mais sensato transformá-las em Parque Nacional, pela margem direita do Rio Branco.

Por outro lado, a parte isolada pelas reservas, embora livre no futuro

poderá ser demarcada pela Funai, sob a alegação de que o isolamento não permite a ocupação plena desta, sendo mais sensato transformá-la em reservas, até por "questões de segurança dos índios", como aconteceu recentemente com a extensão do Parque Yanomami, englobando o garimpo Santa Rosa a partir da descoberta do ouro naquela região.

O quadro continua crítico, comparando-se o potencial madeireiro e a qualidade do solo, entre as reservas indígenas e os 58% restantes conforme mapa Projeto Radam 1975.

Nos recursos florestais, a região de médio a alto potencial madeireiro, com três milhões de hectares, constituídos por florestas densas e florestas abertas, possui 80 por cento em terrenos da Funai; o grupo de pouca significação econômica (baixo e médio potencial), formado por formações pioneiras e florestas estacionais, ao longo de dois milhões e oitocentos mil hectares, tem trezentos mil hectares em território indígena; no grupo de baixo a médio potencial madeireiro mas de aproveitamento questionável, onde uma exploração embora racional pode alterar as condições ecológicas atuais (refúgios e tensões ecológicas), somente 10 por cento pertence à Funai, de um total de quatro milhões e cem mil hectares; e a região de savanas e de savanas estépicas, com cinco milhões e cem mil hectares, a maioria aproveitável para a atividade agropastoril extensiva, contém 33 por cento de reservas indígenas.

Quando à distribuição dos solos, os de elevada aptidão agrícola (terra roxa estruturada e latossolo roxo), ocorrem restritamente num total equivalente a quinhentos mil hectares dos quais 60 por cento são da Funai; os terrenos considerados de média aptidão (latossolos vermelhos e amarelos), ocupam em torno de dezesseis milhões de hectares, com sete milhões e setecentos mil hectares dentro de reservas indígenas; os solos litólicos e aluvionais, com aptidão agrícola localizada e/ou restrita,

ao longo de quatro milhões e quinhentos mil hectares, contém um milhão em área da Funai; e os solos menos importantes, com baixa ou nenhuma aptidão agrícola, tais como lateritas, rochas e areias, aparecem em setecentos mil hectares em territórios indígenas, de um total de dois milhões de hectares.

Na distribuição dos recursos minerais a situação também é desanimadora, pois fora o garimpo do Tepequem, o restante das ocorrências minerais conhecidas situam-se a Norte do paralelo 4º e a Oeste do meridiano 62º, todas dentro de reservas indígenas.

A Norte do paralelo 4º, ocorrem ouro e diamante, em região tradicional de garimpagem, atualmente dentro da reserva Raposa/Serra do Sol, onde religiosos ligados à Igreja Católica fomentam conflitos entre brancos e índios, o que não acontece até o final da década de 70, quando a convivência entre os grupos era pacífica.

A Oeste do meridiano 62º, existem cassiterita desde o Catrimani até as cabeceiras do rio Auaris; e diamante a partir da margem esquerda do rio Uraricoera, até a fronteira com a Venezuela, além do ouro que ocorre em quase toda a região, a exemplo do garimpo Santa Rosa, tudo dentro do Parque Yanomami, segundo mapa da Funai, de agosto de 1984. Há mais de 35 anos, religiosos ligados à Missão Evangélica da Amazônia (Meva), aí atuam não permitindo a entrada de brasileiros, a pretexto de "contaminação" dos grupos indígenas ali existentes.

O restante do estado, é constituído de unidades geológicas de pouca significação econômica, como os campos gerais e o baixo Rio Branco, a partir da cidade de Caracará, não incentivando nenhum investimento no setor mineral, daí a ausência de mineração mecanizada.

A intenção ao que parece, é inviabilizar o desenvolvimento de Roraima, onde dos 94 km de fronteira com a Venezuela, quase 90 km estão dentro de reservas o mesmo

acontecendo com a parte fronteira do Estado do Amazonas, visando à transformação da região em "Território Indígena". A mesma situação é também observada em outros países da Bacia Amazônica, principalmente a Venezuela, conforme documento confidencial do governo daquele país, publicado no jornal "El Universal", de 8 agosto de 1984. Segundo o documento, setores da esquerda pretendem internacionalizar a Amazônia, transformando-a em "Patri-mônio Comum da Humanidade", contando com o apoio de entidades dos EUA, França, Inglaterra, Suíça e Dinamarca. O plano — Uma política elaborada naqueles países — mobiliza a opinião pública nacional e internacional, através de denúncias falsas sobre violação dos direitos humanos, contando com o apoio de venezuelanos inconscientes, de círculos acadêmicos e científicos, normalmente li-

gados aos "Direitos Humanos do Índio".

O documento venezuelano — Uma denúncia grave de ameaça da soberania dos países da Bacia Amazônica — cita como exemplo de pressões internacionais, as recomendações e resoluções de uma reunião realizada em Puyá (Equador), em julho de 1981, comprindo recomendações nº 14 do VIII Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México, também em 1981. Dentre outras outras coisas a reunião em Puyá recomenda a autodeterminação dos povos indígenas; O direito exclusivo das terras com base na ocupação histórica; enfim uma política independente, sem a influência dos "governos Brancos" numa pretensa nação Yanomami, que só na Venezuela ocupa uma área de aproximadamente 23.000.000 de hectares, o

equivalente a mais de 25% daquele país.

A ingerência alienígena denunciada pelo governo venezuelano, também existe no Brasil, bastando ler o vasto material escrito e divulgado pelo CIMI e Comissão de Criação do Parque Yanomami (CCPY) — entidade de mantida por recursos desconhecidos e presidida pela fotógrafa suíça Cláudia Andujar, assessorada por americanos, italianos, e "intelectuais de gabinete". A CCPY mobiliza a opinião pública, interfere na administração da Funai e apresenta projetos de ocupação de vastas áreas, sempre usando dados falsos sobre os Yanomamis, tais como constantes invasões de suas reservas, "Plano de Extermínio de Índios" por parte do governo brasileiro, estatísticas irreais com aldeias inexistentes e população bem maior que a existente.

Denúncias não têm fundamento

Os dados divulgados são considerados pelas autoridades federais, que desconhecem a realidade amazônica, daí o fortalecimento dos grupos que visam a internacionalização da região; desprezando-se, por outro lado, as constantes denúncias feitas por quem aqui vive. Como exemplo de desconhecimento, a coluna de Dalmo Dallari, publicada na Folha de S. Paulo de 14 de setembro de 1984. Dentre outras afirmações diz o jurista: "Em troca, a Alemanha receberá urânio, que se encontra em Roraima, na serra Surucucus, área notoriamente ocupada pelos índios Yanomami... A abertura da estrada Manaus Boa Vista, que passa por essa região e não tem objetivo definido... apresentados pelos deputados, especialmente Mozarildo Cavalcante (PFL/Rondônia)... Como se observa, fica mais do que patente o

desconhecimento da realidade amazônica, pois Mozarildo é deputado por Roraima; não existe urânio comercial na área Yanomami, pelo menos do conhecimento de técnicos brasileiros, talvez saibam disso "missionários" ligados à Meva; o ponto mais próximo da BR-174 (Manaus-Boa Vista) com Surucucus, fica a mais de 300 km de distância, além do que essa estrada é de mais alta importância, pois liga Boa Vista à malha rodoviária Federal e o norte do Brasil aos países da bacia Amazônica, constituindo-se trecho brasileiro da Transamérica.

Ao contrário dos dados divulgados pelo CIMI, CCPY, que dizem existir 31.000 em toda a região, Roraima não possui mais que 16.000 índios, sendo 12.000 caboclos, com residência fixa, inclusive em Boa Vista; 3.500 Yanomami e no máximo 500 wai-wai, waimiri e atroairi, o que equivale a uma "densidade demográfica índia" de 0,16 hab/km2, vazão mais acentuada na área Yanomami, com 0,06 hab/km2, condi-

ções que facilitarão a futura ocupação dessas áreas por grupos internacionais. Roraima possui 1550 km de fronteiras com a Guiana e a Venezuela, inteiramente despopovadas, tornando-se alvo diuturno da cobiça estranha, principalmente a porção que constitui a reserva Yanomami, que está a exigir do governo brasileiro permanente vigilância e condições necessárias à sua exploração, compatibilizando-se os interesses do índio com os interesses do Território e por extensão do país.

Há que ser ressaltada que não existem razões suficientes que possam justificar a não-exploração de recursos naturais em Roraima, fundamentais à Segurança Nacional e ao processo de desenvolvimento do país, apenas por estarem localizados em vastas reservas indígenas. O que cabe é conciliar os interesses envolvidos desde que todos sejam movidos pela vontade de solucionar o problema, porque trata-se de um desafio que deve ser enfrentado com determinação e seriedade, visando benefícios mútuos.

FUCAPI dá suporte ao desenvolvimento

O desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia, como suporte ao crescimento econômico regional, está estreitamente ligado à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi). Através da transferência, absorção e geração de tecnologias, treinamento de recursos humanos e assistência organizacional às empresas, a fundação confere amplo apoio e cooperação técnica à iniciativa privada. Da mesma forma, assessora entidades públicas envolvidas com o desenvolvimento tecnológico, estendendo suas atividades até as áreas de informática e automação.



O diretor-executivo Aluizio Barbosa acompanha a evolução da instituição



A atuação da FUCAPI estende-se a várias atividades e contribui para o progresso científico e tecnológico da região

A FUCAPI foi criada em 1983, com a denominação de Fundação Centro de Análise de Produção Industrial. Sua principal finalidade era analisar as técnicas e processos de produção industrial da Zona Franca de Manaus, indicando as alternativas tecnológicas que deveriam ser praticadas para consolidar a implantação dos programas de nacionalização do pólo industrial local. "Mas executou essas atividades com tamanha eficiência e comprometeu-se de forma irreversível com a problemática do desenvolvimento regional integrado, que superou os seus objetivos iniciais, transformando-se, há pouco menos de dois anos, em Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica", afirma Aluizio Barbosa, engenheiro químico, 44, diretor-executivo da Fundação. Segundo Barbosa, a FUCAPI desempenha, em conjunto com as demais instituições regionais de pesquisa, o papel de órgão fomentador do desenvolvimento científico e tecnológico na Amazônia Ocidental.

Na área de desenvolvimento tecnológico, desenvolve projetos de pesquisa em engenharia de produto e de processo, abrangendo os setores de eletrônica e microeletrônica, telecomunicações, química, mecânica e desenho industrial. E já se incorporou à rotina de trabalho da FUCAPI a realização de exames de similaridade de componentes, partes e peças agregados à produção industrial da Zona Franca. E nos laboratórios da FUCAPI que se faz a "explosão" (desmonte) de um produto, para dimensionar os seus índices de nacionalização e regionalização. Os maiores demandantes desse tipo de serviço são a SUFRAMA e a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Amazonas, que estão coordenando os programas de nacionalização e regionalização do parque industrial local. Se um componente já está sendo fabricado em Manaus e tem as características de qualidade desejáveis, está apto a substituir um similar importado.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Pesquisas feitas pela Fundação revelam que as indústrias do setor eletro-eletrônico de Manaus estão usando circuitos integrados em escala cada vez maior. A matéria vem sendo objeto de importante pesquisa realizada pela FUCAPI, considerada inovadora para o desenvolvimento tecnológico do setor. Trata-se do projeto de um circuito integrado de oito bits — o primeiro projeto de pesquisa, no gênero, realizado na Amazônia. O "chip" desenvolvido na FUCAPI é a seção digital de um conversor digital analógico de oito bits, de alta velocidade, com aplicação nas áreas de instrumentação e controle de processos, que poderá substituir sete chips comerciais.

DISTRITO DE ALTA TECNOLOGIA

A FUCAPI mantém um intenso programa de cooperação técnica com instituições ensino e pesquisa, inclusive a nível internacional, que lhe permite contribuir para ampliar o padrão de eficiência dos recursos humanos da região. A pedido da SUFRAMA, elaborou o Plano Estratégico de Educação, Ciência e Tecnologia — PEECT, que traça diretrizes para desenvolver o talento do homem amazônico, preparando-o para estruturar uma nova ordem econômico-social naquela região, e tem como estratégia básica a criação do Distrito de Alta Tecnologia da Zona Franca de Manaus DIALTEC.

O DIALTEC é um modelo de desenvolvimento industrial integrado que se apóia na transferência, absorção e geração de tecnologia, a partir de duas vertentes catalisadas pelo conhecimento científico e tecnológico: a verticalização do setor industrial instalado na ZFM, estimulando a presença da grande empresa na estrutura da economia local, e o fortalecimento do setor tradicional da região, incentivando o contínuo ingresso e a crescente participação, no processo produtivo, das pequenas e microempresas que utilizam matéria-prima regional.

PRODUTOS E SERVIÇOS

A FUCAPI presta serviços para as empresas da Zona Franca de Manaus, que vão desde o assessoramento para implantação de novos projetos até pesquisas de novos produtos e processos de produção industrial. Para isso, mantém uma estrutura laboratorial própria, nas áreas de desenvolvimento industrial e tecnológico, um centro de informática e automação que permite a implantação dos mais avançados modelos de escritório existentes no país, e um centro de treinamento equipado com modernos recursos instrucionais.

projeto faz parte de um programa mais abrangente de capacitação na área de microeletrônica, visando projetar "chips" sob encomenda para as empresas do Distrito Industrial de Manaus. Ele chamou atenção para o caráter inovador dessa pesquisa da FUCAPI na região.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Os acordos de cooperação técnica estão incentivando o desenvolvimento de uma série de projetos de inovação tecnológica. E o caso de um cardiobatemetro (medidor eletrônico de frequência de batimentos cardíacos), executado por estudantes da Universidade do Amazonas, com o apoio técnico da Fundação. E de projetos desenvolvidos em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, com o objetivo de incentivar o crescimento da indústria tradicional, representada pelas pequenas e microempresas que utilizam matéria-prima regional. Entre esses projetos destaca-se o de embarcações padronizadas, adequadas às condições de navegação da região, e a construção de uma balança específica para medir a perda de umidade da madeira, com capacidade para oito toneladas, que está sendo usada na estufa do INPA.

ATENDIMENTO À DEMANDA

As linhas de projetos em execução permitem o desenvolvimento de ati-

vidades especificamente voltadas para atender à demanda das empresas da região. Nos laboratórios da FUCAPI se faz a manutenção dos equipamentos da rede hospitalar local e se desenvolve um elenco de atividades diversificadas, envolvendo a criação de marcas para empresas e produtos, assessoria para o registro de marcas e patentes, orientação sobre o movimento de processos de importação e exportação, realização de ensaios e análises químicas para tratamento de água industrial e de ensaios físicos e mecânicos para identificação das propriedades de amostras de materiais utilizados na produção industrial.

Os laboratórios da FUCAPI são os únicos, na região, credenciados pelo Inmetro para realizar ensaios parâmetros em amplificadores de áudio e receptores de amplitude modulada, para determinar características técnicas como faixa de sintonia, resposta de frequência, relação sinal-ruído, potência, distorção harmônica e, ainda, medir o valor nominal, dimensão e tolerância de componentes como resistores, capacitores e indutores.

Na área de telecomunicações de dados e imagens, estão sendo executados projetos de engenharia de sistema O & M para comunicação em VHF e em RS-232. Além disso, a FUCAPI oferece suporte operacional

para redes de telefonia. Está instalado um sistema ótico de transmissão de dados, ligando a FUCAPI à SUFRAMA. Por este sistema, a SUFRAMA pode ter acesso, em terminais de computadores, às informações do banco de dados da FUCAPI.

Dia a dia aumenta o número de empresas que procuram racionalizar e automatizar os seus processos de produção e administração, utilizando os serviços do Centro de Informática e Automação da FUCAPI, que está equipado com links óticos e impressoras a laser, e dispõe de uma linha de computadores de geração e de um sistema de microcomputadores com terminais distribuídos entre a clientela. Os engenheiros da FUCAPI estão trabalhando hoje num manual de procedimentos técnicos de controle e movimentos de produção, levantamentos sobre administração de materiais e custos industriais.

Ressalvados os dados confidenciais específicos de cada cliente, o banco de dados da FUCAPI passa informações às empresas sobre novas nacionalizações, mercados, índices de regionalização e regionalização e indicadores relativos à disponibilidade de matéria-prima regional e absorção de mão-de-obra pelas empresas localizadas na Zona Franca de

Manaus. Entre os clientes da FUCAPI incluem-se o Serviço Nacional de Empregos, que recebe informações sobre a situação da mão-de-obra no Distrito Industrial, a Federação das Indústrias do Amazonas, o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, a Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica — ABINEE e a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, que recebem informações sobre a produção das empresas da Zona Franca de Manaus.

Uma das atividades mais importantes da FUCAPI é o treinamento de pessoal. O Centro de Treinamento ocupa um pavilhão de 1000m² de área construída, com auditório, salas de aula e os mais modernos recursos instrucionais como microcomputadores, equipamentos de áudio e vídeo, além de uma equipe de instrutores de grande capacitação. Ainda na área de recursos humanos, a FUCAPI mantém acordos de cooperação técnica com centros de pesquisa, ensino e extensão; promove cursos de pós-graduação e tem uma programação regular de cursos de curta duração, para atender à demanda do mercado de trabalho da Zona Franca de Manaus. E está preparando mão-de-obra para o futuro. Mantém cursos de informática para crianças e adolescentes, na faixa de 8 a 14 anos.

Serviços oferecidos pela Fundação

Desenvolvimento Tecnológico

Elaboração de projetos de pesquisa tecnológica voltados para o aproveitamento de matéria-prima regional;
Realização de projetos/atividades de pesquisa, visando ao desenvolvimento de tecnologia de processo e de produto;
Articulação com órgãos públicos e empresas, para induzir a criação de programas de desenvolvimento de tecnologia regional;
Implantação de sistemas de controle de qualidade;
Elaboração, implantação e acompanhamento de normas técnicas;
Identificação, análise e divulgação de informações tecnológicas;
Prestação de serviços e informações relativas a marcas, patentes e transferências de tecnologias;

Desenvolvimento em Informática e Automação

Desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas para

mação de bancos de dados referentes a entrada e saída de mercadorias, investimentos, mão-de-obra e outros indicadores industriais;
Diagnósticos e recomendações sobre a implantação de sistemas de informática nas empresas;
Elaboração de planos diretores de informática;
Desenvolvimento e manutenção de sistemas para mainframes e microcomputadores, contemplando cadastramento e controle de pessoal; folhas de pagamento; orçamento, plano de contas, contas a pagar e a receber, controle de estoque de materiais e de patrimônio; acompanhamento fisiofinanceiro de projetos industriais; controle de processos produtivos; cadastro de clientes e de fornecedores.

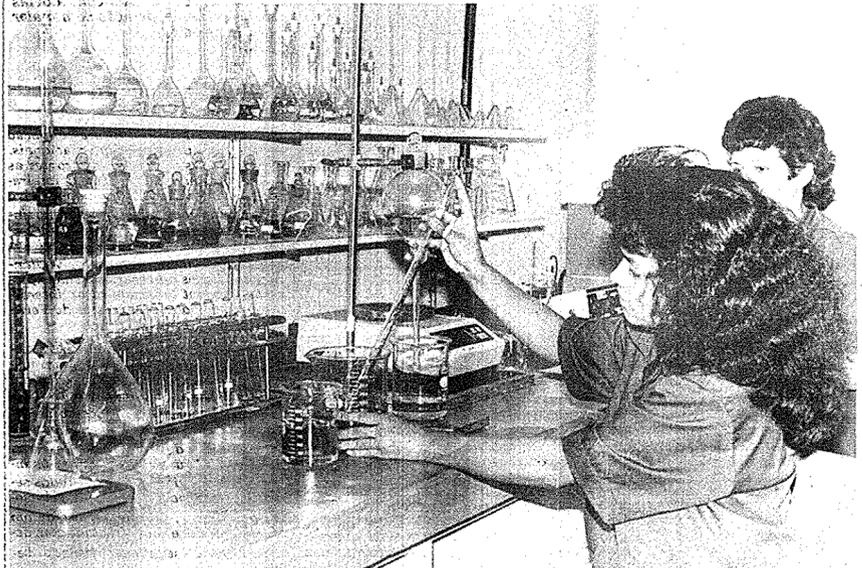
Desenvolvimento de Recursos Humanos

Elaboração e execução de programas de treinamento de recursos humanos;
Realização de congressos, semi-

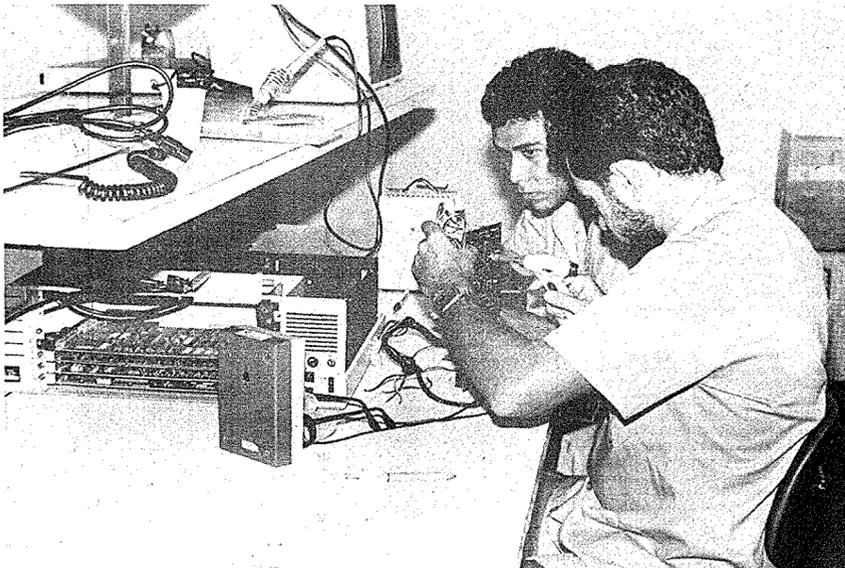
nários, simpósios, feiras e palestras, visando à difusão de tecnologia;
Levantamento de informações sobre oferta e demanda de educação, ciência e tecnologia.

Desenvolvimento Organizacional

Elaboração de projetos referentes a criação, desdobramento, fusão e extinção de unidades administrativas, objetivando maior eficácia da organização;
Estudos sobre padrões de desempenho organizacional, buscando a eficiência da empresa;
Avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos humanos necessários ao bom desempenho da organização;
Racionalização e simplificação das rotinas de trabalho;
Criação e aprimoramento de layout, para facilitar o fluxo de comunicações e melhorar as condições de trabalho;
Elaboração e manutenção de manuais de procedimentos.



Em laboratórios próprios são realizados testes de materiais e insumos



Equipamentos e componentes eletrônicos são provados pela Fundação

Internacionalização deve ser enfrentada

MIGUEL CRUZ E SILVA

Antes de tudo, devo definir o lema "Amazônia é Brasil", que me foi, de público e por escrito, autorizado a usar pelo seu autor, o amazonólogo, jurista e imenso espírito humanista, que foi Aldebaro Klautau. Durante as décadas de 40 e 50, ele foi um dos ideólogos da Amazônia conquistada, liderando em Belém do Pará a intelectualidade que defendia a posse total da Amazônia. Todas as suas brilhantes conferências e discursos terminavam sempre com um brado varonil — Amazônia é Brasil.

Demonstrava Klautau que a Amazônia ainda se encontrava como um corpo estranho na consciência nacional. E dizia haver uma distinção entre dois brasis, que nos levava à ingente exortação pedrista, às orlas do Ipiranga, apartando em diretrizes opostas "independência para uns e morte para outros. Foi por isso que nas décadas de 60 e 70 nos juntamos ao amazonólogo Arthur Cezar Ferreira Reis, canalizando todas as vozes da intelectualidade da Amazônia na afirmação uníssona: a Amazônia é Brasil".

Para enfrentar a orquestração internacional sobre a soberania da Amazônia, que se manifesta, tanto hoje como se manifestava ontem, em sistemáticas investidas de planos maquiavélicos contra o fabuloso território, há que se ter uma proposta que atenda aos altos interesses do desenvolvimento do País, e da humanidade, sem a predação selvagem de suas riquezas, porém sem estagná-la no atraso e no retrocesso.

A Amazônia é uma imensa planície, indivizível e intocável; uma continuidade geo-sócio-econômica. Tanto o melo como o homem se pertencem. O homem não vive fora da Amazônia, que é o seu habitat privilegiado, e o melo deve abrigá-lo atendendo às suas totais necessidades.

Assim considerando a Amazônia é também internacional e os países amazônicos são o Brasil, a Venezuela, Colômbia, o Equador, o Peru, Bolívia, o Suriname e as Guianas. Todos a compõem em proporções diferentes de tamanho, de riquezas e de todas as suas potencialidades. Aí está um território quase continental, importante e sui generis, dentro do continente americano. Daí porque exigir-se a unidade de pensamento e ação desses países é pensar uma consciência de autodefesa de todo o continente da América Latina, pois os demais países latino-americanos sofrem também as influências e interdependências dos seus problemas econômicos e sociais.

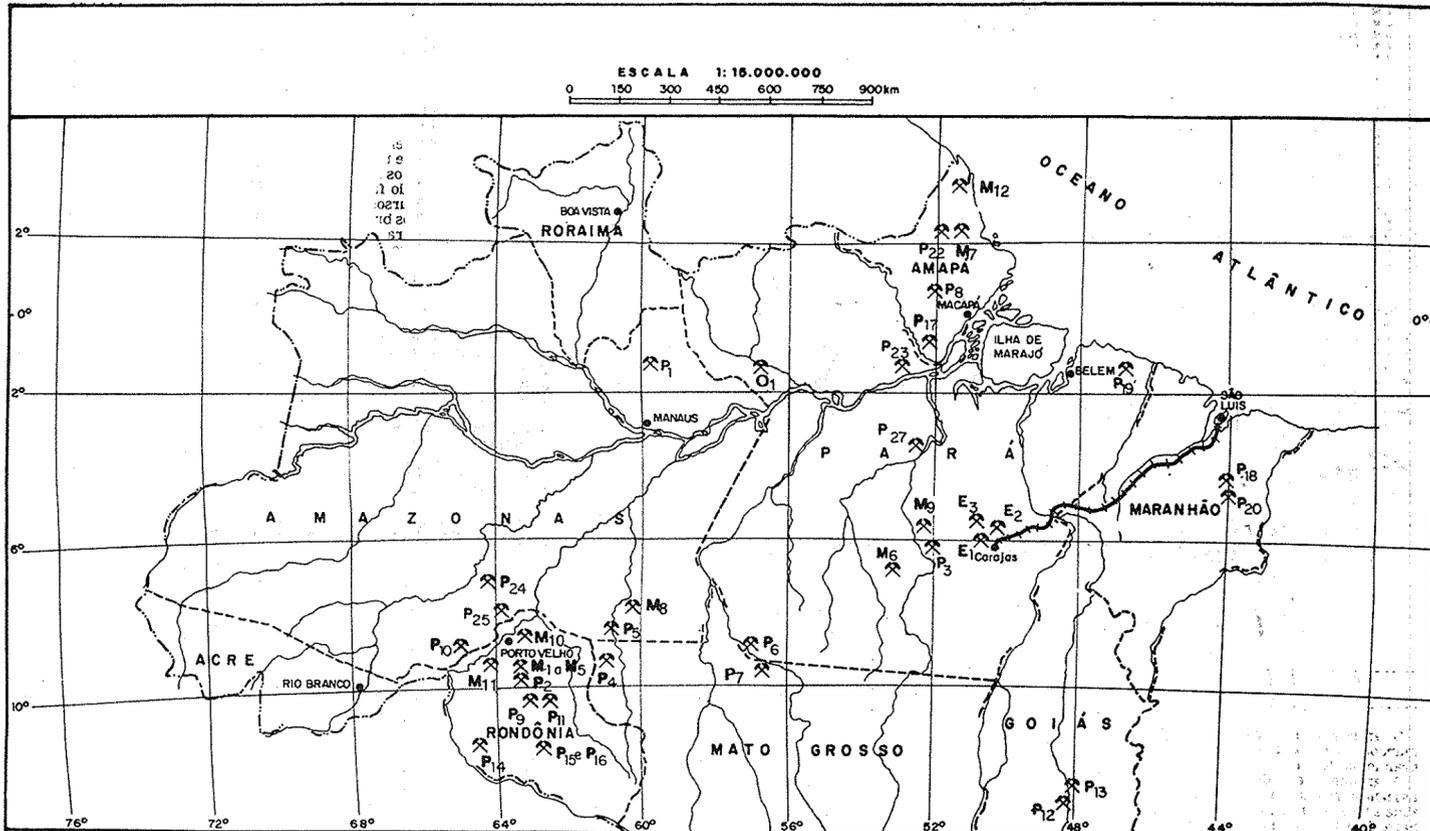
A Amazônia brasileira, para efeito de desenvolvimento e estudo, foi denominada Amazônia Legal, e assim constituída: Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima, Pará, Amapá e parte dos Estados de Mato Grosso e Goiás, atual Estado de Tocantins. Resulta isso 59,39% do território brasileiro.

Nessa imensa região está o maior potencial de riquezas do mundo, ela totaliza a maior bacia hidrográfica, com 6,5 milhões de quilômetros quadrados, o que lhe assegura superioridade sobre as bacias hidrográficas do Congo, do Nilo, do Mississipi, do Misouri e Paraná (Paraguay), equivalentes a 5/6 da Europa. Só no seu rio principal, o Amazonas, a navegabilidade soma quase 5.000 quilômetros que reunidos aos dos seus outros rios, integrantes da bacia, elevam esse número para 50.000 quilômetros, quase o total da malha rodoviária brasileira, que é hoje de 70.000 quilômetros. Um mar gigantesco de água doce circula nesse organismo, vitalizando-o, nutrido-o e fertilizando-o. Na sua paisagem física, a Amazônia oferece a exuberância de sua floresta tropical, que constitui a maior extensão contínua de todo o planeta Terra. Isso representa uma unidade maciça de riqueza vegetal, que, só no Brasil, representa 40% da área florestal do País. Já se deu à Amazônia uma população de 300.000 espécies diversas de vegetais. A fauna amazônica, rica também, está ainda por ser conhecida em sua totalidade, mas deve guardar as mesmas proporções de sua flora. Os peixes, os pássaros e os animais de pequeno porte asseguram as peculiaridades exóticas que o grau de riqueza da Amazônia encerra.

No tocante aos seus recursos minerais, repousa uma grande indagação, pois é ainda mistério o conhecimento global da extensão de toda a sua riqueza. Durante muito tempo, as riquezas do subsolo amazônico foram mantidas em total segredo, afirmando-se mesmo que a região era pobre em reservas de minérios. Hoje, o avanço tecnológico fez abortar as suas entranhas e delas surgiram — já não se pode esconder — as imensas reservas de petróleo, bauxita, manganês, ferro, ouro, diamantes, calcários e até urânio. A despeito de tudo, a economia da Amazônia se realiza ainda sobre práticas primárias, marcadas pela extração predatória e clandestina dos interesses subterrâneos.

As imensas jazidas de depósito de ferro, manganês, alumínio, cobre, níquel, ouro, estanho, tungstênio, calcário, caulim, petróleo e prata são patrimônio brasileiro negociável, no entanto, há este a mercê de grupos internacionais que detêm concessões leoninas de exploração contra o interesse nacional. Tudo fruto de negociações de maus governos, homens que venderam a soberania nacional, afrontando a nação, acobertados pela impunidade.

Os preços aviltados de nossas matérias-primas engordam mercados estrangeiros e enriquecem países que nos sugam e nos exploram. Segundo relatório do CNPq, elaborado por equipes técnicas do Ministério da Ciência e Tecnologia e pesquisas do Laboratório Nacional de Computação Científica, já em outubro de 1986, "encontravam-se registrados 60.720 lotes distintos do subsolo brasileiro, correspondendo a 1.624.555 K2, representando 19 por cento do território brasileiro ou ainda o equivalente aos territórios da Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Espanha e Portugal reunidos.



PRINCIPAIS LAVRAS EM ATIVIDADE NA AMAZÔNIA LEGAL

E - Controle Estatal
P - Controle Privado Nacional
M - Controle Estrangeiro

Região tem as áreas bloqueadas

Na região Norte e na Região Centro-Oeste concentra-se a maior parte da área bloqueada do País, 65% do total, com respectivamente 976.553 km2 e 337.021 km2, representando uma superfície equivalente aos territórios dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Paraná reunidos. Os lotes do subsolo pertencem (ou estão requeridos) por pessoas físicas brasileiras ou empresas. As pessoas físicas brasileiras detêm 8% da área total em km2 e 29% do número total das áreas bloqueadas.

As empresas controlam 92% da área total do subsolo em km2 e 71% do número total de lotes bloqueados do subsolo. Nos lotes controlados por empresas, destacam-se os grupos econômicos, que detêm 65% do total da área em km2 e 52% do número total, enquanto empresas isoladas, geralmente firmas individuais e limitadas, cujos sócios são diretamente pessoas físicas, detêm 22% da área em km2 e 15% do total de lotes. Pela origem de capital dos grupos econômicos, definidos no trabalho, com um conjunto de empresas com o comando de um mesmo e único capital, constata-se que os grupos estrangeiros controlam sozinho os 401.757 km2 ou 38,1% do total controlado por grupos econômicos, equivalentes aos territórios dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná reunidos. Quanto aos grupos nacionais, os estatais detêm 283.076 km2 ou 26,9% do total em km2 e os privados nacionais 35,0% ou seja 386.569 km2H.

Segundo esse mesmo estudo, os 20 maiores grupos de capital de origem estrangeira controlam 85% da participação estrangeira em km2. Os 5 maiores grupos detêm 77% de participação estrangeira e os 10 maiores grupos controlam 89% da participação estrangeira. As participações importantes do capital estrangeiro em km2 localizam-se: — Na Região Norte, em Rondônia (54%), Amapá (43%) e Amazonas (31%); — na Região Centro-Oeste, em Mato Grosso (70%) e Goiás (55%).

Além disso, esses grupos participam ainda na Região Nordeste, no

Ceará (73%) e Bahia (38%); na Região Sudeste, em Minas Gerais (58%) e Espírito Santo (44%).

Esse o quadro de presença preponderante do capital estrangeiro na ocupação do subsolo brasileiro.

A orquestração internacional sobre a Amazônia, hoje, volta impetuosa e vigorada com o argumento da defesa do meio ambiente, que é preocupação comum, nos dias atuais, de toda a humanidade. No caso específico da Amazônia, como se pode perceber, essa orquestração disfarça os apetites dos interesses econômicos. Os grupos estrangeiros, que abocanham parcela significativa desse patrimônio nacional, são, por ordem de importância, os seguintes:

BP — British Petroleum/Brascan/Associados, 1º maior grupo estrangeiro, detendo 192.958 km2 de lotes do subsolo, correspondendo a 48% do total de km2 detidos pelos grupos estrangeiros. E de se salientar, segundo dados do CNPq, que só dispõe de 17 áreas com decreto de lavra para 1.774 pedidos de pesquisa e 2.854 alvarás de pesquisa.

Em segundo lugar, o grupo Anglo-American ocupa 12,7% do total, correspondendo a 51.067 km2 e 1.527 lotes. Segue-se, em ordem de importância, Arbed-Broken Hill, Samuel Hill/Treasury Valley/Dunsmuir Inv.

BRGM (SEREM), Rhone Poulenc S.A., INCO, Royal Dutch/Shell (Billiton), South American Placers, Western Mining Corp., Reynolds,

Rio Tinto Zinc, Fluor Corp. (St. Joe Min), Union Oil/Moreira Salles, Gencor-Gen. Mining Union Corp., Molexa + Petroleum Resources, Deltec Internacional, Bunge Y Born, Fordyce York & Littlefield, Holderbank Financiere Glaris.

No seu diagnóstico sobre "Quem é quem" desses grupos estrangeiros, o trabalho técnico, acima referido, no livro "Recursos Minerais — Estudos e Documentos — volume 1, no

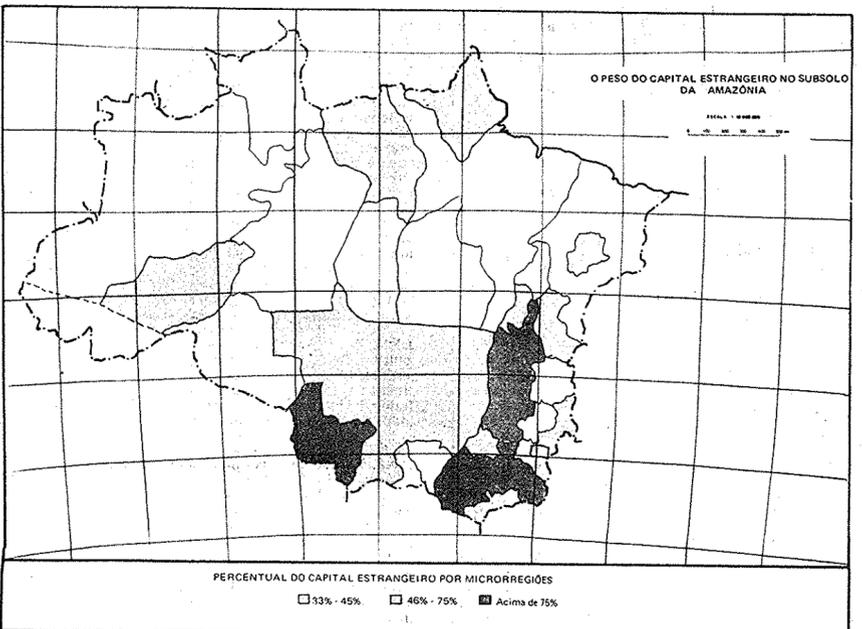
capítulo Subsolo Brasileiro, às páginas 37, 2ª Edição, diz o seguinte:

"Em termos de sociedades organizadas no País a BP-Brascan/Associados detêm 112 empresas quase todas de "papel", mas com 4 ramificações externas distintas:

- a) BP sozinha (a 100%). Para a falta de fronteira detêm seis empresas em associação com pessoas físicas e jurídicas brasileiras, de forma a satisfazer formalmente a limitação de no máximo 49% do capital estrangeiro exigida na lei.
- b) BP Internacional através da norte-americana SOHIO-STANDARD OIL OF OHIO e suas subsidiárias KENNE COTT/CARBORUNDUM com 4 empresas.
- c) BP associada (50% cada) com o grupo canadense Brascan na Holding Brascan Recursos Naturais, na sua quase totalidade com empresas de "papel".
- d) Brascan sozinha através da Noranda Mines, em associação com grupos brasileiros.

Percebem os leitores onde se situa a origem da imensa orquestração? No âmbito da mineração, o subsolo passou em parte substancial ao controle externo, sobretudo em mãos de mineradoras que mantêm exploração em outras partes do mundo e que se empenham em impedir que o Brasil passe de importador a exportador. Isto explica porque, não obstante nosso riquíssimo subsolo, compramos fora mais de dois terços dos minérios que consumimos. Além disso, o minério extraído aqui é exportado a preços vergonhosamente baixos. Não paga sequer o transporte.

Não obstante preços tão aviltados, a British Petroleum, a Sohio-Standard Oil, a Brascan Ltda; a Anglo-American (minas de ouro da África do Sul), associada a Bozzano Simonsen e outras, afluem e ocupam área mineral de 401.757 km2, maior que os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo somados (de acordo com Quem é Quem no Subsolo Brasileiro, de Francisco R. Chaves Fernandes e outros, CNPq, 1987).



PERCENTUAL DO CAPITAL ESTRANGEIRO POR MICROREGIÕES

Desenvolvimento precisa preservar meio ambiente

O desenvolvimento da Amazônia, legítimo e necessário, tem que ser ecológico e não predatório. Mas esse desenvolvimento deve ser obediente a um projeto genuinamente nacional. Temos já maioridade técnica suficiente para solução dos nossos problemas. A soberania nacional sobre a Amazônia é intocável. No futuro, no apogeu histórico de nossa grandeza, atenderemos à necessidade da humanidade e estaremos aptos a saciar as populações famintas de todo o globo.

Não admitimos ser apenas o pulmão do mundo, queremos ser o cérebro do mundo. Ufanismo? Não, pulmão é apenas uma víscera passiva, o cérebro, este sim, é a vida. A cobra internacional é um fato indimentável. Ciclicamente, surgem planos mirabolantes de ideias de internacionalização da Amazônia, ou até de descabida ingerência nos seus destinos. Ninguém se esqueça da célebre Hilela Amazônica, que, muito bem adocada, apenas tirava a Amazônia do controle brasileiro. Todos se lembram do banido futurólogo Herman Khan que, tendo suas células aturdadas n'água, pretendia também, com seu fantástico lago Hudson, submergir as nossas riquezas. Ninguém jamais se esqueça da esperançosa promessa da experiência da Fordelândia, fracassada, mas se vitoriosa levar-no-ia à dependência estrangeira. Esses, na época, foram fatos públicos, que geraram a orquestração naquele momento.

O deputado Bernardo Cabral, em recente pronunciamento na Câmara Federal sobre a Amazônia, lembrou que já em 1968 levava aos anais do Congresso uma denúncia sobre o lago Hudson, extraída de uma coincidência histórica vivida pelo deputado Adolpho de Oliveira. O parlamentar Adolpho de Oliveira corria o ano de 1968 — viajava a bordo de um navio e ali encontrou um estrangeiro partici-

pante do seminário do Hudson Institute e que trazia consigo o dossiê do cientista Herman Khan sobre a formação do Lago Amazônico. Imediatamente, o parlamentar desceu aos porões do navio e sem que o estrangeiro suspeitasse tirou cópias xerox de todo o documento, passando-o, na época, às mãos do deputado Bernardo Cabral, que ao fazer a denúncia, a despeito do país viver os anos negros da ditadura, teve apoio de alguns militares e impediu a ignominiosa operação. Em parte ao recente pronunciamento de Cabral, o deputado Alcides Lima acrescentou: denúncia mais grave e mais atual: referiu-se ao parlamentar de Roraima ao Parque Yanomami, cuja área prevista de 4 milhões de hectares; ampliou-se para uma extensão de 10 milhões de hectares, depois que o projeto Radam-Brasil detectou na região riquezas até então desconhecidas. E foi mais fundo o deputado Alcides Lima: "os defensores desse Parque insistem no princípio da autodeterminação dos povos, atribuindo aos Yanomami o uso exclusivo sobre as terras, pelo princípio da ocupação histórica. A área inicialmente prevista para a criação de um parque seria depois transformada na Nação Yanomami e governada de fora pela ONU ou então pelo clero internacional".

O interesse hoje do cantor inglês Sting não estaria ocultando os mesmos e sovados intentos de transformar toda essa região, de imensas riquezas, em território intocável?

No caso específico do projeto Yanomami, o deputado Alcides Lima faz questão de frisar que assina essa proposição o senador Severo Gomes, mas a proposta original é do CPPY — Comissão Pró-Criação do Parque Yanomami.

Tanto o cantor Sting quanto o senador podem estar ingenuamente defendendo ideias que escondem escusos interesses.

Estrangeiros usam os índios

O projeto atual de internacionalização da Amazônia, além do endividamento proposital do País, da defesa da ecologia, dos direitos humanos e da dívida externa, envolve principalmente a comunidade indígena. Será que nesse particular maquiavelicamente querem fazer do índio a "quinta coluna", ou seja, o inimigo do nosso território?

Exemplo mais flagrante da orquestração internacional sobre a preservação da Amazônia foi dado no final de fevereiro em Altamira, a 740 km de Belém, no coração da floresta amazônica, durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que se transformou numa assembleia de representantes de exótica e estranha fauna, pois ali estavam desde militantes da UDR a defensores dos direitos humanos e da ecologia, misturados a um batalhão de 500 jornalistas do Brasil e do exterior, num festival surrealista no qual não faltou sequer a agressão da índia caipó Tuira ao diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes. A pretexto de discutir a conveniência de construir a usina hidrelétrica de Carará, que inundará 1.225 km2 de selva, a reunião transformou-se numa "festa" de lances os mais dramáticos, entremeados de gritos de guerra e ameaças de todas as proporções. O

encontro, de altíssima repercussão internacional, deixou até agora o único e evidente resultado prático: a questão Amazônica é hoje o assunto mais empolgante e polêmico, que se liga à soberania brasileira, à questão da dívida externa e às preocupações ecológicas atuais.

AGRESSÃO

Oportuna foi a intervenção do deputado Rubens Branquinho na Câmara Federal sobre o tema "A Amazônia e a cobra internacional". Lembrou o parlamentar acreano que as pressões que o Brasil vem sofrendo dos governos, das autoridades e organizações e personalidades estrangeiras têm como pretexto a preocupação ecológica, mas no fundo o que inquieta esses grupos é a exploração de nossas riquezas. Ele cita as duas maiores organizações de defesa do meio ambiente dos Estados Unidos, o National Wildlife Federation e o Environmental Defense Foundation, como proponentes oficiais da troca entre o Brasil pelo compromisso de preservar a Amazônia. O presidente do BIRD — acusa o deputado Branquinho — já advertia que passará decididamente a vincular a liberação de empréstimo à proteção do meio ambiente.

Ocupação da Amazônia deve ser racional

O grande desafio da Amazônia, segundo o ministro da Agricultura, Iris Rezende, é, em primeiro lugar, conhecê-la e depois racionalizar sua ocupação, apoiando principalmente a população de mais de 12 milhões de brasileiros que lá vivem a conquistar a mesma qualidade de vida que temos em outras regiões.

"Uma região tão vasta, com uma população tão pulverizada em locais de acesso restrito, e sobre a qual se conhece tão pouco, como bem mostram os dados contróvertidos publicados pela imprensa, sem dúvida alguma oferece ao Ministério da Agricultura uma dose extra de desafios para lá colocar serviços como a tecnologia agrícola, a assistência técnica, os preços mínimos, o abastecimento, a armazenagem e assim por diante", observa Iris Rezende.

Quando se trata de Amazônia o ministro recomenda que todos sejam sensatos. Ele adverte que, a propósito da região, o que se sabe ao certo é que a Amazônia reúne uma diversidade enorme de ecossistemas (a floresta, os cerrados, a terra firme, as várzeas, etc.), uma população considerável que convive com problemas de infra-estrutura, como os de saúde, transporte e educação. Assim a Amazônia chega a importar seus alimentos do Exterior ou do Centro-Sul, a um custo de transporte caríssimo.

Por isso a ação do Ministério na região tem duas vertentes principais. A primeira busca tornar a região menos dependente da importação de alimentos básicos como arroz, feijão, hortaliças, leite, ovos e carne, procurando estabelecer uma agricultura moderna, principalmen-

te nos cinturões verdes das grandes cidades.

A segunda vertente busca viabilizar formas harmônicas de convivência entre a floresta, a agricultura, o pastoreio, o extrativismo, e outras setores, criando sistemas de exploração agrosilvopastoril integrada, pesquisando e difundindo técnicas de regeneração das áreas degradadas e assim por diante.

"Essas diretrizes estão presentes nos trabalhos da Embrapa e da Embrater, que são as vinculadas do Ministério na linha de frente deste trabalho exatamente por serem os mecanismos de política agrícola que exercem um intervenção direta no meio ambiente, e têm a capacidade técnica para transformar estes objetivos em realidade", afirma o ministro.

Segundo ainda o ministro, conhecer a Amazônia e aprender a lidar com seus ecossistemas tem, exigido boa dose de esforço de sua pasta: só a Embrapa, com suas oito unidades de pesquisa na região, investe anualmente cerca de 30 milhões de dólares em projetos de levantamento de seus recursos naturais e de geração de tecnologias de aproveitamento destes recursos.

Ele admite que tais investimentos teriam que ser bem maiores para atender às necessidades da região, mas ressalva que ainda assim alguns resultados expressivos já foram alcançados: "Dentro de alguns dias a Embrapa deverá lançar o primeiro mapa macro-agro-ecológico do Brasil, feito numa escala de grande abstração (1:5000.000), mas que tem o dom de nos orientar num macroplanejamento. O primeiro resul-

tado disto é que a própria Embrapa junto com a Funtac, do Acre, já começou a mapear em escala de planejamento regional (1:250.000), mais precisa, parte da BR-364, de interesse estratégico para o País e para a região".

O ministro lembra ainda que os pesquisadores e os extensionistas já reuniram um grande volume de informações sobre a região, o que tem permitido às unidades de pesquisa desenvolver uma série de técnicas em favor das comunidades extrativistas de seringueira e castanha, do desenvolvimento da bubalinocultura, leite e de carne, e que favorecem a recuperação das áreas de pastagens degradadas.

Foram desenvolvidas também novas variedades e manejos para as culturas de arroz, feijão, milho e algumas hortaliças: a criação de peixes, bem como manejos de convivência de cultivos comerciais como pimenta, guaraná, frutas nativas e dendê com a floresta, de forma a conservar sua biodiversidade. A própria exploração de madeiras nobres pode ser racionalizada e feita de forma auto-sustentada, em razão do conhecimento que já se tem sobre a região, garante Iris Rezende.

"Portanto, quanto mais conhecermos a Amazônia, melhor usaremos seus recursos, melhor planejaremos os nossos serviços para a região, e de maneira mais eficiente estaremos ajudando sua população a ser valer da floresta preservando-a. Mesmo porque quem vai preservá-la não somos nós cá do Centro-Sul, mas a sua gente, os amazônicos", finaliza Iris Rezende.



Planta nativa, o guaraná oferece grandes opções de exploração racional para os mercados interno e externo

Seringal pode produzir mais com a enxertia

Cerca de 75.000 ha de seringueiras do Amazonas, praticamente improdutivas em razão do "mal-das-folhas", poderão ser recuperadas. A informação é do pesquisador Erci de Moraes, chefe da EMBRAPA em Manaus, que recomenda o uso da "enxertia de copa", como forma fazer as seringueiras voltarem a vender o látex. A enxertia de copa consiste na decaptação da árvore que está com as folhas doentes, e a enxertia de uma outra copa resistente à doença.

Para viabilizar esta técnica a EMBRAPA desenvolveu e está fornecendo aos produtores clones totalmente resistentes às principais doenças foliares e com uma alta taxa de pagamento (acima de 80%). Utilizando estes clones, e sob a orientação da EMBRAPA, a MONTIBOR AGRÍCOLA LTDA, de propriedade de um grupo empresarial do Estado do Amazonas, recuperou os 2.400 ha de seringueiras que foram dizimados pela doença. Essa nova tecnologia pode também ser utilizada por qualquer produtor individual ou comunidade extrativista.

A Empresa desenvolveu ainda outras técnicas para aumentar a produção de seringueira do País, hoje estimada em apenas 33 t/ha. Essa baixa produtividade obriga o país a importar mais de 50% das necessidades brasileiras de borracha natural. Entre estas novas tecnologias destacam-se a indução de raízes que, associada à técnica de parafiteagem, reduz as perdas do material plantado no campo e confere vigor às seringueiras em formação. Outro avanço é a tecnologia de sangria precoce por punçura. Esta prática permite aos heveicultores reduzir de um a dois anos o início da produção do látex, sem causar prejuízos ao desenvolvimento e à produtividade da planta, diminuindo os custos de implantação do seringal.

Em Belém, o CPATU desenvolveu pesquisa em sistema de produção onde a seringueira é consorciada com culturas de elevada expressão econômica como por exemplo a pimenta-do-reino. Durante o período de imaturidade da seringueira pode ser obtidos 2.330 quilos de pimenta-do-reino por hectare ao ano, o equivalente ao rendimento médio em cultivo solteiro. Além disso, a seringueira apresenta significativa precocidade, como resultado do aproveitamento do resíduo da adubação da pimenta.

A utilização do tucupi na conservação do látex da seringueira é outro exemplo do que a Empresa tem feito em termos de conhecer e bem utilizar os recursos naturais da região. O tucupi, um produto natural de baixo custo e fácil obtenção dentro da flora amazônica, substitui o ácido acético, de uso limitado em várias áreas da Amazônia pela dificuldade de sua aquisição.



Há 75 mil hectares de seringais pouco produtivos no Amazonas

Técnica protege as castanheiras

O cultivo racional das castanheiras, uma das árvores nobres da Amazônia, ameaçada pela derrubada da floresta, passou a ser uma realidade a partir de uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico-Umido-CPATU, da Embrapa, em Belém (PA).

O trabalho é baseado principalmente na adoção de uma técnica especial de enxertia. A escolha do tipo de haste fornecedora de borbulhões e do método de enxertia adequado permitiram reduzir o período inicial de produção de castanha-do-pará, estimado em dez anos em castanheiras de "pé-franco", para três anos e meio, com produtividade aumen-

tando a partir do sexto ano de cultivo.

Enquanto num castanhal nativo, com três a quatro plantas por hectare a produção é de 0,36 hectolitros por hectare, no cultivo com a castanheira precoce a produção é estimada em 50 hectolitros com 100 plantas por hectare. Além disso, maior quantidade de plantas por hectare também já é possível, graças a redução do porte da castanheira, através do método de enxertia.

A técnica de obtenção da castanheira precoce passou a ser um importante recurso contra a ameaça de devastação dos castanhais nativos da região, contribuindo para a fixação das extrativistas na região.

Mapa apresenta as aptidões de cada região

O trabalho (mapa e relatório técnico) de Delimitação Macro-agroecológica do Brasil, organizado pelo Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos - SNLCS, divide o país em zonas destinadas à preservação (33%), e com vocação para o extrativismo (25%), a pecuária (12%) e a lavoura (30%). A importância deste trabalho, dada sua abrangência em escala macro, reside em constituir um guia de prioridades para outros levantamentos mais detalhados, em escala própria ao planejamento regional, considerando-se, por exemplo, fatores ecológicos ou agrícolas.

O mapa mostra, por exemplo, as áreas de preservação da Amazônia: o alto do Rio Negro, a bacia do Solimões e as cabeceiras dos rios Madeira e Tapajós. São áreas onde o ecossistema é frágil e a exploração econômica provocaria danos irreversíveis. Mas indica, também, dentro destas áreas, algumas faixas que comportam algum tipo de exploração econômica com restrições, o que exigira sua delimitação. No médio Amazonas, o mapa registra a vocação para o extrativismo, que pode ser associado à pecuária e a determinadas lavouras, com restrições. Ainda segundo este estudo, as áreas com vocação para a pecuária e a lavoura são bastante restritas, localizando-se em pequenas faixas ao longo da costa do Amapá e toda a ilha de Marajó (para a pecuária) e quase a totalidade dos estados de Roraima e do Acre para a lavoura.

Em todo o Brasil, o mapa identifica 55 zonas diferenciadas por fatores de solos, clima, vegetação e drenagem, e contabiliza as possibilidades de aumento da produção agropecuária, a curto prazo, em decorrência das tecnologias já disponíveis. Além disso, localiza pólos agroeconômicos, ou seja, áreas próximas a cidades com atividades importantes ao desenvolvimento da agricultura.

Há, também, indicações de áreas que tiveram florestas, perderam-nas para a agricultura ou pecuária e que, em benefício da ecologia, devem ser reflorestadas com suas espécies vegetais originais, ou ainda, áreas de cerrado, igualmente degradadas pelo uso agrícola, para as quais indica-se o plantio de espécies diferentes da vegetação original.

A partir do mapa nacional, mapas em escala mais precisas deverão ser elaborados para o planejamento regional e a nível de projetos (local). Entre eles, está o mapeamento do traçado da rodovia BR-364, no Acre, numa escala de 1:250.000, que abrangerá uma faixa de 50 quilômetros de cada lado da estrada, por todo o percurso de Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Assim, o Estado poderá planejar a ocupação das faixas laterais da estrada, prevenindo agressões desnecessárias ao ecossistema local.



Pasto e floresta podem ter uma boa convivência

A utilização de sistemas alternativos de pastagens, mais estáveis e ajustados ao ecossistema regional, diminuindo a pressão de desmatamento da floresta é o principal objetivo de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 1984 pela Embrapa, em Paragominas, município do Pará.

Na fazenda "Poderosa", os técnicos procuram pôr em prática a ideia de que os sistemas agrícolas com maiores chances de ser bem sucedidos em áreas de mata na Amazônia são aqueles que se aproximam ou procuram imitar, o máximo possível, a estrutura da floresta.

Três espécies florestais-eucalipto, paricá e tatajuba — e três gramíneas forrageiras — marandu, quicuí e colônia — estão sendo testadas em Paragominas em nove diferentes combinações silvopastoris (rvores com pastos) como alternativa tecnológica na recuperação de pastagens degradadas.

Nestes sistemas, as espécies florestais foram plantadas em faixas constituídas de três linhas de plantio, e as entrefaixas são destinadas às gramíneas forrageiras, formando as pastagens. Com isso, 33,3% da área fica ocupada pela essência florestal e 66,7% pela pastagem.

O pesquisador da Embrapa, Jonas Veiga, reconhece que uma das principais limitações para adoção desse modelo são os elevados custos de implantação com atividades como preparo do terreno, produção de mudas, adubação, plantio e limpeza. Mas o cultivo do milho, por até três anos, nas áreas

livres deixadas pelas essências florestais, antes do plantio das forrageiras, pode ser uma solução.

Nos sistemas testados pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico-Umido (CPATU), as produções médias de milho foram de 1.976 quilos por hectare, 745 kg/ha e 371 kg/ha. O decréscimo da produção, conforme ressalta Jonas Veiga, é natural em função da diminuição paulatina da área disponível para plantio.

Quanto as essências florestais, a avaliação realizada com 36 meses de idade mostrou a superioridade para produção de madeira em sistema silvopastoril obtido com o paricá, com 11,0 metros de altura, 10,3 centímetros de diâmetro à altura do seito (DAP) e 99,2% de taxa de sobrevivência.

No trabalho desenvolvido na fazenda "Poderosa", os animais foram definitivamente introduzidos nos sistemas que incluem as pastagens de marandu e colônia e até agora, o melhor desempenho em termos de disponibilidade de forragem e capacidade de suporte tem sido do capim marandu.

A combinação final obtida de árvore com pastagem pode, de acordo ainda com Jonas Veiga, apresentar algumas vantagens em relação à pastagem isolada: melhores condições de preservação do solo em face da redução do processo de lixiviação de nutrientes, erosão e compactação, tornando o sistema mais auto-sustentável e diversificação da renda do proprietário com a venda da madeira, além dos produtos animais.

Importação de alimentos já é menor

Alimentar os 14 milhões de habitantes da Amazônia, principalmente aqueles instalados nas capitais, com produtos como o arroz, o feijão, o milho, a mandioca e as hortaliças, sem necessariamente ter que importá-los de outras regiões não tem sido uma tarefa fácil.

Segundo Daniel Gianluppi, Chefe da Unidade de Pesquisa da Embrapa em Boa Vista (Roraima), os ataques de pragas e ocorrência de doenças ocasionadas pelo clima quente e úmido da região são alguns dos fatores que têm limitado o desenvolvimento da agricultura regional, hoje voltada quase que essencialmente para cultivos de subsistência.

Em Boa Vista, a exemplo do que acontece nas outras capitais da Amazônia, a oferta de produtos olerícolas para o abastecimento do mercado local depende basicamente de importações. Para alguns produtos, a importação é total, como é o caso da cenoura, do alface, da batata e da beterraba.

Nesse campo, os trabalhos da Embrapa avançaram consideravelmente nos últimos quatro anos em toda a re-



Consórcios como o de citros e arroz garantem mais alimentos

gião. Hoje, praticamente as hortaliças de maior consumo (com exceção da batata-inglesa) já dispõem de tecnologias para cultivo nas condições amazônicas. São exemplos as variedades de tomate Caraiiba e Belém 70 tolerantes à murcha bacteriana (o principal problema da cultura na região) e que já estão sendo plantadas pela maioria dos produtores.

Outros cultivos como o pimentão, o repolho, a cebola, o alho e a cenoura, vêm também sendo introduzidos pe-

los técnicos na região. Em Roraima, por exemplo, o primeiro plantio de batata do Estado foi realizado pela Embrapa em campo experimental onde se colheu, já no primeiro ano, 12,4 t/ha — uma tonelada a mais que a média nacional.

A Amazônica ainda continua importando produtos como o arroz, o feijão e o milho para abastecer o mercado regional, mas os técnicos observam que o volume importado tem diminuído à medida que novas técni-

cas vão sendo incorporadas pelos produtores.

Em Manaus e Macapá, por exemplo, algumas variedades de arroz, recomendadas pela Embrapa para o plantio em várzea apresentam boas posturas de produção: a variedade Ajuricaba tem rendido em média 3.475 kg/ha, superando em 75% a variedade dos 2.000 kg/ha, comum aos dois Estados.

Em Roraima, onde o cultivo irrigado responde por 61% da produção total de arroz, a variedade BR-IRGA 414, com rendimento em torno de 4.657 kg/ha, pode fazer do Estado um pólo exportador desse produto. Com duas safras de arroz no ano agrícola (irrigado e sequeiro) Roraima dobrará sua produção atual, abastecendo o mercado local e exportando o excedente para os demais estados da região.

A bubalinocultura é apontada pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Umido (CPATU) como excelente alternativa à pecuária tradicional. Os progressos da pesquisa nos campos da alimentação, manejo, melhoramento genético, sanidade, instalações, industrialização e equipamentos, têm permitido a obtenção de ótimos resultados em produção de carne, leite, laticínios e tração animal. Segundo os técnicos, com a utilização das tecnologias disponíveis, o peso de abate de um búfalo de 1,5 ano de idade alcança 450 kg e as búfalas produzem, em média, 2.000 kg de leite por ano.



A bubalinocultura é uma boa opção para os produtores nortistas

AMAZÔNIA

Epopéia de bravos heróis desconhecidos

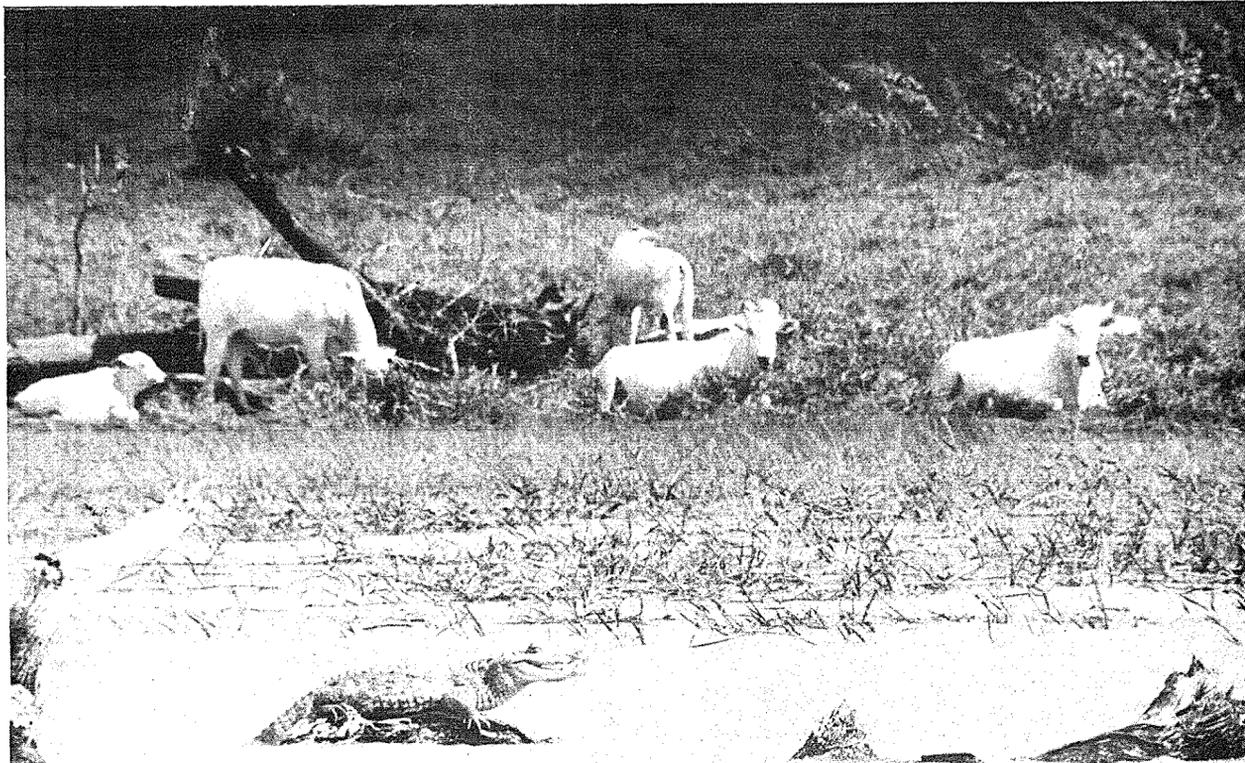


O slogan oficial de alerta era "integrar para não entregar". A campanha foi lançada em meados da década de 60, resultado da conscientização de uma facção do Governo a propósito do sempre renovado interesse de grupos estrangeiros pela Amazônia, o que havia sido denunciado poucos anos antes no livro do Prof. Artur César de Ferreira Reis: *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Tornava-se, portanto, necessário ocupar o imenso vazio de cinco milhões de quilômetros quadrados.

Historicamente, o primeiro passo dessa marcha cívica já havia sido dado por Juscelino Kubitschek ao construir e inaugurar Brasília, a 21 de abril de 1960 trampolim que impulsionaria as primeiras corridas através da rodovia então recém-aberta que passou a ligar a nova capital brasileira a Belém do Pará. Outras duas frentes de penetração iam ser mais a oeste, seguindo pelo traçado da Cuiabá-Porto Velho e Cuiabá-Santarém, no rastro das quais se instalariam os primeiros projetos agropecuários como postos avançados de uma nova fronteira agrícola conquistada por brasileiros obstinados versão de um novo bandeirantismo.

No começo foi muito duro. A gente chegava primeiro por baixo, abrindo estradas no braço até chegar aos pontos assinalados no mapa. Depois abria uma clareira pra fazer o campo de pouso. E não foram poucos os companheiros que ficaram enterrados para sempre no mato.

Quem relembra essa odisséia é o mineiro Getúlio Vilela, de 52 anos de idade e 29 de Amazônia, um dos membros desse rol de malucos que largou tudo em sua terra para "arriscar o futuro" no chamado "inferno verde" transformado por alguns de seu grupo em verdadeiro "jardim do Eden", como no caso da Fazenda Primavera, no sul do



A ocupação econômica da região não impede que jacarés e o gado nelore convivam em harmonia e sem choques significativos

Pará. Agora Getúlio viaja ao nosso lado na cabina de um teco-teco, proporcionando-nos uma autêntica aula sobre um tema que ele conhece como ninguém:

— Esses quadrados que o senhor está vendo lá embaixo são de soja. Aqueles mais escuros são de café. Os mais avermelhados são de urucum. Tudo isso está sendo exportado, rendendo milhões de dólares de divisas. E tudo isso aqui era pura mata virgem.

De repente, suas palavras saem recheadas de pura magia:

— Mesmo produzindo alimentos, estamos sendo chamados hoje de vândalos incendiários da floresta amazônica, com essa invenção de que estamos destruindo o pulmão do mundo, mesmo eles sabendo que o oxigênio que a floresta gera é consumido pela própria floresta num ciclo contínuo de 24 horas.

E nos faz uma pergunta, como se fôssemos testemunha de defesa de um indiciado por "crime" ecológico:

— O senhor que está viajando por aí todos esses dias, responda com sinceridade: já viu alguns pedaços do deserto de que estão falando?

A esta altura tendo percorrido pouco mais da metade de nosso roteiro previsto para 35 dias que incluía o sul do Pará, o leste e o norte de Mato Grosso, alguns municípios do Amazonas e o pólo cacauero de Ariquemes, em Rondônia — só teríamos essa resposta completa 20 dias mais tarde. Mas até aquele momento não tínhamos visto nenhum deserto no meio da floresta, muito menos vimos a selva pegando fogo como "viram" em março deste ano os satélites espaciais norte-americanos Landsat e Noaa — o que é realmente de estranhar porque faz quatro meses que chove grosso em toda a Amazônia, ducha equatorial suficiente para apagar qualquer fogaréu, além do que as queimadas na região ocorrem no mês de julho, em pleno verão amazônico.

Na verdade, o que vimos em nossa trajetória final foi o desmentido "in loco" de tantas afirmações simplistas de caráter negativista sobre uma região estigmatizada como de "terra ruim sem vocação para a agricultura ou a pecuária" — assim como se os cinco milhões de quilômetros quadrados da Amazônia (cabe dentro dela uma Europa inteira e ainda sobra espaço) se resumissem a uma ilha fluvial.

Vimos, também, fazendas bem cuidadas no Pará exportando boi gordo (o ano inteiro), castanha, cacau, urucum e soja.

Vimos o desespero de pequenos agricultores matogrossenses próximos à ilha do Bananal sem condições de estocar suas colheitas de milho e arroz, alguns armazenando os cereais dentro de suas próprias casas — isso enquanto já se anuncia para breve a falta desse pro-

duto no mercado nacional. Vimos ricas manchas de terra roxa, no norte de Mato Grosso e Rondônia, produzindo café e cacau em maior quantidade por hectare do que São Paulo, Paraná e Bahia.

Vimos a perplexidade dos plantadores de seringa de Itacoatiara e Rio Preto da Eva, no Amazonas, e dos plantadores de cacau de Ariquemes, Rondônia, diante da ausência total de uma política agrícola da parte do Governo, com a maioria dos agricultores rondonienses "pendurados" nos bancos com suas futuras safras.

Vimos, em compensação, fartura e felicidade no norte de Mato Grosso, onde novas cidades estão nascendo sob a mística de um progresso de renda bem distribuída, onde não há desemprego, analfabetos e nem mendigos perambulando pelas ruas.

Vimos a realidade de uma autêntica

reforma agrária na recém-fundada cidade matogrossense de São José do Rio Claro, caracterizada pelos minifúndios e na qual os seringais plantados pelos colonos sulistas vão transformá-la em breve na "capital da borracha".

Sobretudo ouvimos mensagens de esperança nas bocas de homens sem medo, entre os quais dois pioneiros paulistas fundadores de cidades no coração da selva: Ariosto da Riva, de 74 anos, e José Aparecido Ribeiro, de 70, ambos dotados de uma juventude impressionante. Ariosto equacionando a curto prazo o pagamento dessa "dividinha" de 112 bilhões de dólares, insignificante diante de nosso potencial de riquezas". E José Aparecido mandando um recado a quem possa interessar:

— A Amazônia é nossa e não vamos entregá-la!



Fernando Pinto



Eugênio Novaes

Fernando (Augusto) Pinto, 54 anos de idade, dos quais 33 anos "bem vividos e sofridos" como repórter. Participou da primeira equipe de Repórteres Especiais do Jornal do Brasil, na gestão de Alberto Diniz. Chefiou a reportagem do *Correio da Manhã*, e das revistas *O Cruzeiro* e *Fatos & Fotos*, e trabalhou como redator da revista *Manchete* e *Folha de S. Paulo*. Em missão profissional, percorreu a Ásia, África, Europa e Estados Unidos. Mas faz questão de se assumir como um jornalista "estudioso da Amazônia", onde já fez inúmeras incursões, numa delas ficando perdido 40 dias dentro da mata nas proximidades da fronteira com o Peru: "a gente queria provar que tinha petróleo". Subiu o rio Tapajós de barco no "bamburro" de ouro, em 1961, e lá voltou mais duas vezes, a última em junho do ano passado pelo *CORREIO BRAZILIENSE* "para denunciar à Nação o genocídio de 400 mil brasileiros abandonados na maior área aurífera do mundo, dois mil quilômetros quadrados". Também se lambuzou com o esguicho de petróleo que jorrou de Olinda, no rio Madeira, e visitou as promissoras reservas de petróleo do Alto Juruá, no Amazonas, e do Estreito de Breves, no Pará: engraçado é que um geólogo norte-americano, que ficou mais conhecido como *Mister Link*, visitou essas mesmas regiões, na década de 50, e declarou ao mundo, através das agências internacionais, que a Amazônia não tinha uma gota de petróleo". Afirma que essa encenação se constituiu na primeira da série de mentiras na sequência da atual campanha "ecológica" bastante afinada com os interesses lá de fora.

"Sou um louco e a favor do desmatamento. Mas esse de que estão trombeteando sobre a Amazônia, não passa de desmatamento com dose de exagero muito bem orquestrado".

Apartir do mês de abril, como Repórter Especial do *CORREIO BRAZILIENSE*, em companhia do fotógrafo Eugênio Novaes, percorreu vários pontos da Amazônia numa viagem de 35 dias, cobrindo milhares de quilômetros. E conta o que viu e ouviu na narrativa que se segue.



Pioneiros da ocupação se encarregam de evitar ações predatórias



Balsas complementam estradas enquanto os rios sustentam o transporte

Programas buscam racionalizar ocupação

Ocupar de forma racional e ordenada a Amazônia, para obter os benefícios de suas riquezas sem prejuízos maiores à natureza. Este o propósito do Governo Federal com a criação do programa "Nossa Natureza" e do Projeto de Zoneamento Agroecológico da Amazônia Brasileira.

O primeiro, lançado no início de abril pelo presidente José Sarney, no dizer do ministro João Alves, do Interior, "tem a finalidade básica de estabelecer meios, com todo o arcabouço legal", para que o meio ambiente amazônico não se deteriore. Mas, acrescenta, "que se concilie com o desenvolvimento econômico, que é um problema essencial para o povo brasileiro".

O Projeto de Zoneamento Agroecológico, de sua parte, constitui uma iniciativa do próprio Ministério do Interior, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) — em convênio com a FAO (Food and Agriculture Organization) das Nações Unidas, que se dispôs a prestar ampla assistência técnica e financeira.

Os dois projetos são, de certa forma, uma resposta à preocupação mundial em relação ao desenvolvi-

mento da Amazônia. As autoridades brasileiras partem do princípio de que mesmo que os desmatamentos na região representem percentagem mínima em relação à área total da Amazônia (cerca de 5 por cento), a ocupação doravante deverá se fazer de forma equilibrada, sem prejudicar o ambiente.

Especialistas do Ministério do Interior lembram que os projetos de ordenamento territorial da Amazônia brasileira situam-se dentro dos princípios definidos na Declaração de Belém, assinada em outubro de 1980, durante a Primeira Reunião de Chanceleres dos Países Signatários de Cooperação Amazônica, realizada na capital paraense. O encontro contou com a participação do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela.

Na ocasião, recordam os técnicos do Ministério, o representante da Venezuela, Justo Osvaldo Pez-Pumar, resumiu de forma clara e precisa as perspectivas reservadas à Amazônia. Disse ele que o século 21 será o tempo amazônico. E, para que isso se tornasse possível, torna-se indispensável o estabelecimento de bases sólidas "para um desenvolvimento forte e socialmente justo".

Um compromisso com o futuro

O programa "Nossa Natureza" se propõe a conter qualquer ação predatória no território brasileiro, além de estruturar e sistematizar as iniciativas destinadas a promover a proteção ambiental. Da mesma forma, inclui-se entre seus objetivos conscientizar a população sobre a importância da preservação, disciplinar a ocupação e exploração econômicas, além de recuperar áreas já prejudicadas e oferecer proteção às comunidades indígenas.

O ministro João Alves, do Interior, entende que ao Brasil interessa prioritariamente tratar a questão ecológica com a responsabilidade "que temos ante o julgamento que nos farão os nossos filhos e, num futuro além, aqueles que serão seus filhos, netos e bisnetos". Para isso, continua o modelo desenvolvimentista brasileiro deve "primar pela conciliação da economia com a ecologia".

LOBBIES

O ministro aponta as acusações que o Brasil vem recebendo de entidades ambientalistas, de ecologistas e de influentes agentes financeiros do exterior, como interesses de grupos defensores de "lobbies" — "que no fundo se posicionam contra o próprio desenvolvimento econômico do nosso País", o que colocaria alguns de seus autores sob suspeição.

"Eles procuram esquecer ou ocultar que os principais problemas ecológicos do mundo moderno, tais como o efeito estufa, o furto na camada de ozônio e as chuvas ácidas são geradas em sua esmagadora maioria pelos países desenvolvidos. E ilustrador saber, por exemplo, que a nossa selva amazônica contribui com apenas 5% do chamado efeito estufa de cujo dano nos acusam e que aproximadamente 97 por cento de nossa floresta densa estão inteiramente preservados", informou João Alves.



Para preservar a floresta, a colonização exige cuidados

Zoneamento fixa uso da terra

O Projeto de Zoneamento Agroecológico da Amazônia Brasileira define, dentro da região, as áreas específicas para uso agrícola, extrativismo, pecuária, reflorestamento, preservação florestal, assentamentos populacionais, reservas indígenas e permitir a ocupação e exploração racional da região, garantindo a conservação de seus ecossistemas.

Esta é a resposta brasileira às acusações de devastação da região amazônica feitas pela imprensa internacional, e atesta a preocupação do Governo Federal com o problema de preservação do meio ambiente. Na elaboração do projeto trabalham cerca de 20 técnicos, sete dos quais especialistas da FAO em solos, manejo e conservação florestal, agricultura, meio tropical, sensoriamento remoto, assuntos indígenas e sistemas de informação geográfica em hidrologia, climatologia e ecologia.

A redação final do documento ficou a cargo do consultor internacional e chefe da Missão da FAO junto ao governo brasileiro, Wim Sombroek, um especialista holandês em avaliação e uso de recursos da terra e profundo conhecedor da Amazônia brasileira, onde realizou pesquisas no período de 1955 a 1963. A época, ele integrava uma equipe da FAO junto à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — SPVEA, extinta com a criação da atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — Sudam, que realiza levantamentos florestais, localizando as áreas de maior concentração de madeiras de lei e de espécies valiosas.

O zoneamento agroecológico da Amazônia abrangerá os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Tocantins, Maranhão, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso

MEDIDAS CONCRETAS

Para o ministro João Alves, os esforços do presidente José Sarney em sanar ou reduzir os efeitos desse problema estão traduzidos em ações e providências concretas, destacando a atuação disciplinadora do Estado estabelecendo a obrigatoriedade da elaboração do relatório de impacto ambiental — RIMA, para todas as intervenções econômicas, públicas ou privadas, no meio ambiente e de que uma ou outra forma possam resultar em sua alteração.

No âmbito do Ministério do Interior, destacou ainda João Alves a proibição do uso do mercúrio nas atividades de extração do ouro, o qual está condicionado à aprovação do órgão regional responsável pelo meio ambiente, e o zoneamento agroecológico que permitirá a utilização racional e adequada dos nossos recursos naturais.

Outra medida destacada pelo ministro é a implantação de florestas nacionais, de áreas de reservas e parques ecológicos, como em nenhum outro período governamental. A proibição de exportação de madeiras em toras, sem contar a demarcação, nos últimos quatro anos, de uma área indígena correspondente a três vezes toda a área demarcada na história da República brasileira, complementam as providências oficiais.

Para João Alves, o "Programa Nossa Natureza" não é perfeito, nem vai resolver, de imediato, todos os problemas do meio ambiente brasileiro. Trata-se de um esforço de sistematização e racionalização em cima de um processo permanente, sujeito a contínuo aperfeiçoamento, que se encaminhará para a busca da reversão do atual quadro ecológico, e virá proporcionar as indispensáveis condições para harmonizar o desenvolvimento nacional com novos métodos e técnicas de preservação do meio ambiente. "O Nossa Natureza é um compromisso com o futuro", assegura.



O ministro João Alves defende a conquista dos recursos econômicos da Amazônia, mas com ocupação racional

Área maior que Europa guarda potencialidades

Tudo na Amazônia é gigantesco, principalmente a imensidão de terras e os problemas que dela advêm. A Amazônia legal cobre toda a região Norte do país e parte do Centro-Oeste, com área superior a 5 milhões de quilômetros quadrados, e se constitui em extensão territorial só superada, no mundo, por cinco países: Austrália, Canadá, China, Estados Unidos e União Soviética.

Tão grande como a Amazônia, parece ser, no entanto, o desconhecimento que o homem brasileiro, mesmo situado nas faixas mais esclarecidas da população, revela sobre a região, que ocupa 58,8 por cento do território nacional.

Na Amazônia concentra-se um quinto das reservas de água doce existentes no planeta. Os rios navegáveis, considerados apenas os já estudados, oferecem mais de 19 mil quilômetros de hidrovias. Ali se con-

centra também metade do potencial hidrelétrico do país. Tudo isso em poder de uma população que representa menos de 10 por cento do povo brasileiro e que gera apenas 7 por cento da renda nacional.

Jazidas minerais — Geologicamente descrita, a Amazônia é uma planície sedimentar constituída de terrenos de formação recente, delimitada por dois planaltos cristalinos: o das Guianas e o Planalto Central Brasileiro.

As faixas de terras altas que se estendem pelos lados do rio Amazonas apresentam estrutura favorável à ocorrência de minerais preciosos, inclusive o ouro. Alternadamente surgem faixas de rochas vulcânicas, em longas extensões, permitindo em certos trechos a formação de solos férteis que, embora se constituam em pequena percentagem com relação à extensão global da Amazônia, significam vastas áreas se comparadas com as terras férteis existentes nas demais regiões do país.

Em toda a região existem fortes indícios de jazidas minerais, tais como de carvão, petróleo, manganês, além das imensas reservas de minérios de ferro existentes na Serra dos Carajás. Parte considerável das terras altas e a planície são cobertas

pela floresta, a Hiléia Amazônica, com 280 milhões de hectares, equivalentes aproximadamente a 30 por cento do território nacional e à metade de todo o território amazônico.

De acordo com a naturalista paraense Clara Pandolfo, a floresta amazônica se apresenta em duas grandes formações tipológicas: floresta de várzea marginal aos rios e periodicamente inundadas nas enchentes e que ocupa área calculada em torno de 15 milhões de hectares; e floresta de terra firme, localizada nos terrenos altos não-inundáveis.

A floresta de terra firme, por sua vez, se subdivide em floresta densa e floresta aberta. A primeira é descrita como pujante formação vegetal própria de clima quente e úmido com elevada precipitação pluviométrica. E a floresta típica da Hiléia. Nela as árvores apresentam porte elevado, com alturas quase sempre superiores a 40 metros, cujas copas, tocando-se entre si, formam vasto tapete verde contínuo.

A floresta aberta é marcada por grandes espaçamentos entre as maiores árvores, entremeadas de palmeiras, cipós e trepadeiras. A diferença de característica é explicada pelas modificações de clima, com

a passagem para faix semi-úmida com menor densidade pluviométrica.

As formações semi-úmida são encontradas com frequência nas bordas da floresta densa do norte e principalmente em extensa faixa na pré-Amazônia maranhense e no sul do Pará, estendendo-se ao sudoeste do Amazonas, Rondônia e Acre.

Esclarece ainda a naturalista paraense que a floresta amazônica não forma, como se poderia supor, um todo contínuo. Em vários pontos, ela é interrompida por machados mais ou menos extensas de campos naturais no Amapá, Pará, Roraima e sul do Amazonas. Assim como sofre interrupções também por manchas de cerrado frequentes no Amapá e sul do Pará, além de outras formações vegetais de menor importância.

Estudo no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) revelou existirem em toda a região aproximadamente 4 mil espécies de árvores. Somente no INPA estão catalogadas 1.674. Todavia, apenas 24 espécies apresentam maior importância comercial: ucuúba andiroba, mogno e cedro. Diante dessa heterogeneidade, número muito grande de espécies tem suas propriedades desconhecidas.

Ministro aponta causas de pressões

"A cobice pela Amazônia, o propósito de estancar o desenvolvimento econômico e os olhos grandes pelo maior potencial hidrelétrico do mundo, localizado na nossa floresta além do grande boom agrícola que surge atualmente na região centro-oeste da Amazônia Legal, e o que está por trás da campanha sistemática que os países do Primeiro Mundo promovem contra a Amazônia", afirma o ministro do Interior, João Alves.

Segundo ele, "há de fato uma corrente preocupada com a ecologia e com os propósitos que também são nossos, de se preservar a maior floresta contínua do mundo, mas não se pode abrir mão da soberania brasileira e do que é de nosso povo. Primeiro temos de nos preocupar com a miséria de nossa gente, com os desníveis econômicos do País e com a fome. Para isso o Brasil tem de produzir e desenvolver, porque anualmente temos de gerar 2 milhões e 500 mil empregos para atender aos jovens que chegam anualmente ao mercado de trabalho".

SERIEDADE

Para João Alves, o Brasil não tem de provar aos outros países o que está fazendo na região, mas tem de demonstrar aos brasileiros a seriedade com que vem enfrentando esses problemas. "Realmente nós temos dado passos bem avançados. Acho que nunca houve tanta preocupação neste País com o meio ambiente".

Ele explica que para melhor atender à região foi criado o RIMA (Relatório de Impacto do Meio Ambiente), fundamental para qualquer empreendimento de vulto, como hidrelétricas, ferrovias, rodovias e outros, e foi feita a fusão de quatro órgãos, que se uniram para formar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para empreender uma política mais consentânea, mais racionalizada.

"Temos ainda o programa Nossa Natureza, que tem a finalidade básica de estabelecer meios, com todo o arcabouço legal, de uma atuação efetiva para manter ações que não venham perturbar o meio ambiente, mas que também concilie com o desenvolvimento econômico, que é um problema essencial para o povo brasileiro", afirma João Alves.

COBIÇA

Recentemente o presidente dos EUA, George Bush, a conselho de assessores, advertiu o Governo japonês que não deveria realizar o empréstimo para o asfaltamento da estrada, que ligaria o Brasil ao Pacífi-

co, o que significa a redução de 1 mil 400 quilômetros de soja produzida em Rondônia e Mato Grosso até um porto.

E é aí que o ministro João Alves identifica a cobice dos produtores de grãos. "Já constatamos que o boom na agricultura brasileira fez que sua produção passasse de 50 milhões de toneladas para 72 milhões, em 4 anos, um recorde sem similar no mundo. Ora, se colocamos essa produção em porto do Pacífico, barateando e facilitando seu transporte, somos uma ameaça para nossos concorrentes produtores de grãos. E o lobby contra o nosso progresso já se fez sentir".

DESENVOLVIMENTO

O ministro do Interior não admite que um País como o nosso, em desenvolvimento, e ainda com muita pobreza, que para ele é a pior das poluições, seja intimidado, por pressões externas, a parar o seu desenvolvimento.

Segundo, ele, a fronteira agrícola deve se expandir, já que o povo precisa de alimentos. "Temos de produzir alimentos para 140 milhões de brasileiros e esse alimento tem de sair da terra, de maneira racional, dirigida, sem depredar o meio ambiente, com ordenação, e isso é inexorável, pois não podemos parar o progresso e o desenvolvimento".

VOCACÃO

João Alves esclarece que essa ocupação ordenada da Amazônia passa pelo perfeito conhecimento da região, pela identificação das fronteiras agrícola, pecuária, reflorestamento, manejo florestal e áreas indígenas a serem preservadas. Ele explica que ainda se conhece pouco sobre a Amazônia, seus recursos reais, suas terras.

Para que pudesse ser feito um zoneamento racional da Amazônia, o ministro do Interior, em 1987, procurou a FAO, que desde 1959 realiza um trabalho na região. Acertou com seu presidente um tratado de cooperação técnica para esse zoneamento. Hoje trabalham na Amazônia sete especialistas da organização, especialistas em clima, solo, engenharia genética, irrigação e outros, que com técnicos brasileiros concluem o levantamento necessário para a utilização racional dos solos.

"O mundo conhece muito pouco sobre a floresta amazônica. Quem tem mantido essa região por quatro séculos, com grande esforço e luta são os brasileiros, os amazonenses, um milhão de caboclos vivendo harmoniosamente com a floresta e

preservando-a. A Amazônia é dos brasileiros, e os problemas nós e que temos de resolver".

AJUDA

Para João Alves o Brasil está pronto para receber qualquer tipo de ajuda, científica, técnica e até financeira, "desde que seja feita através de entidades nacionais, sob o comando e controle dos brasileiros. Não admitimos abrir mão da soberania absoluta sobre a Amazônia. Não aceitamos discutir ou falar em empresas transnacionais para gerir o destino da da região. Seria o mesmo que falar da internacionalização da Bahia, de São Paulo etc. O amazonense é tão brasileiro quanto qualquer outro. Há muita fantasia em torno de ajuda financeira do exterior. A única proposta concreta que conheço, em dois anos de Ministério, é a do Banco Mundial, que é de dinheiro a custo de mercado, com necessidade de contrapartida. O resto não passou de intenções".

João Alves recorda que somos uma Nação onde ainda existe a fome, a miséria e toda uma população alijada do desenvolvimento econômico. "Nós temos de nos valer de nossas riquezas e as maiores reservas minerais estão na Amazônia, e lá está também a maior reserva potencial hidrelétrica do mundo", ressalta ele.

"É muito fácil para os países já desenvolvidos, como os Estados Unidos, que já esgotaram seu potencial e inundaram as áreas que dispunham e que agora não têm mais opções de energia barata, menos poluentes, criticar o Brasil. Eles têm de recorrer à energia nuclear. Nós temos de usar prioritariamente energia hidrelétrica, que é barata e não poluente, para criar empregos, criar riquezas. Nós temos na Amazônia 3/4 do potencial hidrelétrico do Brasil e não podemos de maneira alguma abrir mão disso", afirma o ministro.

João Alves recorre à memória para lembrar que há poucos anos, um cientista, Hermann Khan, do Hudson Institute, apresentou o plano de se criar o lago amazônico, que inundaria vastas regiões, sepultando imensas riquezas naturais. Segundo ele a reação contra a ideia do cientista e futurologo norte-americano teve a imediata reação do Governo brasileiro, e a comunidade internacional não se manifestou. Ele lembra que agora a simples construção de uma hidrelétrica causa uma tremenda polêmica nessa mesma comunidade.

CARARÁO

A polêmica em torno da usina de Cararáo, com sua mobilização emocional, não precede, segundo o ministro, "Cararáo vai produzir 11 mil Mw, ao preço de 1/4 da energia nuclear. A construção da hidrelétrica determinará o deslocamento de apenas 250 pessoas, das quais 80 índios. Acredito que seja a hidrelétrica brasileira que menos afetará a população em termos de deslocamento", diz João Alves. Essa usina vai inundar metade da área inundada por Tucuruí, ou por Balbina, que produz 250 Mw. Cararáo, inundando metade da área ocupada por Balbina, produzirá 40 vezes mais: 11 mil Mw".

"A impressão que se tem com essa mobilização internacional é de que vamos inundar toda a Amazônia e afogar nossos índios, quando na verdade a área inundada com as usinas já implantadas e todas as previstas para implantação até o ano 2000 é de 0,199 por cento da Amazônia, o que significa que em cada 1000 metros quadrados serão inundados 1,9 metros quadrados. É a opção que a nosso povo tem para um futuro socialmente mais justo e economicamente mais forte".

QUESTÃO INDÍGENA

O ministro João Alves ressaltou que o povo brasileiro é muito hospitaleiro, que recebe com generosidade os estrangeiros como os que há alguns meses participaram da reunião de Altamira, sobre as nações indígenas. "Eu fico imaginando o que aconteceria nos Estados Unidos se eles fossem construir uma usina nuclear e se desbessem para lá os índios brasileiros, Roberto Carlos e outros cantores, deputados e ex-presidentes brasileiros, todos para protestarem contra o empreendimento. Realmente o Brasil é um País muito diferente, muito hospitaleiro".

Na ocasião, afirma o ministro, "fiquei muito feliz em receber os índios norte-americanos, porque eles voltaram para os Estados Unidos e vão agora exigir muito mais de seu governo; porque eles dispõem de 18 hectares por índio e o nosso, 400 hectares por pessoa. A América índia brasileira tem em média dois mil hectares. Tenho a impressão de que os índios norte-americanos vieram aprender e exigir de seu governo o tratamento que nós damos a nossa população indígena. Esse encontro de Altamira permitiu que o mundo todo visse, através de jornais e revistas — muitas colônias —, a força, a musculatura, a pujança, a alegria e a beleza do índio brasileiro", ressaltou João Alves.

SA DE S. PAULO

Serrarias ilegais arrasam as matas nativas gaúchas

ORTO ALEGRE — As serrarias ilegais estão devastando o que resta das matas nativas gaúchas, apesar da fiscalização mais intensa do IBDF que está aplicando o Código Florestal e prendendo flagrante alguns infratores. As áreas mais procuradas pelos madeiros têm sido a Serra Gaúcha e as reservas indígenas. Nestas últimas a derrubada das árvores tem a vivência de algumas lideranças. No último fim de semana um caminhão carregado com 200 metros cúbicos de madeira-de-lei — cedro, eucalipto e cabriúva —, pronta para ser comercializada, foi apreendido na reserva de São João do Irapuá, no Município de Miraguai (a 448 quilômetros da capital). Dez dias antes, outro caminhão com 143 metros cúbicos de árvores nativas — cambium, guami, camela, pinheiro e bracinga — foi apreendido em Caxias do Sul. Na reserva indígena foram apreendidos 100 metros cúbicos de madeira. Erros de fiscalização e fiscalização são apontados por ambientalistas.



As florestas nativas da Serra Gaúcha estão sendo devastadas por serrarias ilegais.

O mundo vê estarecido nossa devastação

As florestas nativas da Serra Gaúcha estão sendo devastadas por serrarias ilegais. O mundo vê estarecido nossa devastação. O relatório do Bird nem esteve de todo atualizado, pois publicamos recentemente levantamentos de satélites segundo os quais a devastação por queimadas atingiu 200 mil quilômetros quadrados — área equivalente à do Estado de São Paulo. Mesmo assim, é alarmante a constatação, pelo Banco Mundial, do ritmo predatório que sofre a principal floresta tropical do mundo, que em 1980 tinha 125 mil quilômetros quadrados desmatados — comparados aos 600 mil de hoje.

...xada de latifúndio improdutivo, sujeito à desapropriação. Os efeitos de reforma agrária, a despeito de programas de reservas florestais, não têm conseguido preservar a diversidade biológica. Na maioria dos casos, foram criados critérios de seleção de áreas para projetos localizados em áreas de florestas, o Bird recomenda o governo uma declaração de zonas de incentivo fiscal para a criação de incentivos a quem queira projeto na área da grande Carajás, como as propostas de ferro-gaúcha que usará...

Só fiscais evitam o desastre

BELO HORIZONTE — O relatório do Bird sobre o acelerado desmatamento da Amazônia, patrocinado pelo Banco Mundial (Bird), conclui que as políticas governamentais adotadas nos últimos 25 anos foram elaboradas sem consideração ao meio ambiente e recomenda, entre várias providências, o fim dos incentivos fiscais pagados e uma moratória no desmatamento de outros, destinados ao Projeto Grande Carajás.

Ecologistas fazem manifestação

WASHINGTON — Um relatório sobre o acelerado desmatamento da Amazônia, patrocinado pelo Banco Mundial (Bird), conclui que as políticas governamentais adotadas nos últimos 25 anos foram elaboradas sem consideração ao meio ambiente e recomenda, entre várias providências, o fim dos incentivos fiscais pagados e uma moratória no desmatamento de outros, destinados ao Projeto Grande Carajás.

Relatório faz elogio projeto

O relatório sobre desmatamento da Amazônia divulgado ontem pelo Banco Mundial apresenta um quadro alarmante, mas levanta também sugestões para minimizar os danos ambientais. O estudo cita a criação de reservas biológicas, como exemplo de atividade econômica com consciência ambiental. Também é assinalada a proibição de floresta densa, mas o relatório salienta que esta região deve ser respeitada.

Devastação da Amazônia tema de duas palestras

Proteção de florestas tropicais, mais especificamente da Floresta Amazônica, é o tema da palestra que acontece na próxima quinta-feira (22) no auditório do Clube de Engenharia.

Danos à Amazônia podem ser irreversíveis

MILTON COELHO DA GRACA, Correspondente

LONDRES — Os dois mais importantes jardins botânicos do mundo são o de Londres, na Inglaterra, e o de Nova York, nos Estados Unidos. Ghilleen Prance, aos 51 anos, tem uma singular distinção de ser o chefe do Real Jardim Botânico de Kew Gardens em Nova York.

...dade de Oxford e a experiência de ter sido um dos mais ativos pesquisadores da Amazônia nos últimos 25 anos, ele afirma que o Brasil e o mundo estão numa dramática corrida contra o tempo: ou se tomam medidas imediatas contra a destruição da floresta amazônica ou os danos ecológicos poderão se tornar irreversíveis. Numa das dezenas de viagens à Amazônia, Prance ficou dois anos e meio organizando um curso de pós-graduação em Manaus que existe até hoje. Nessas viagens, ele descobriu mais de 30 mil espécies de plantas, inclusive 300 novas, das quais 50 receberam o seu nome.

Prance é um cientista que reconhece o valor dos dados da questão. Sua proposta não é fazer da Amazônia uma reserva biológica intocável, que obrigue os brasileiros a abrir mão de sua grande riqueza natural para que o resto do mundo usufrua um clima melhor ou respire mais oxigênio. Ele procura demonstrar que a destruição das árvores é também insensata do ponto de vista econômico, porque é mais rentável aproveitar racionalmente a mata que arrasá-la e substituí-la por pastos.

Relatório sugere medidas salvadoras

Encravada no religioso município agreste de Brejo da Madre de Deus está Nova Jerusalém, reconstrução parcial da cidade de Jerusalém, nos dias de Jesus. Desde fins da década de 60, muitos e muitos para lá se dirigem em romaria, alguns para reverenciar, outros para divertir-se. É a Semana Santa. Mas, antes de entrar por uma das sete portas, entremeadas por setenta torres, setenta mil metros quadrados da cidade-teatro que é a Nova Jerusalém. O visitante pode desfrutar a visita, a pelo menos, sete cidades vizinhas do local onde a "Paixão de Cristo" é encenada. O que bem pode acontecer antes...

Amazônia: fim da pausa na destruição

A pausa causada pelas chuvas no ritmo das queimadas na Amazônia parece ter durado pouco. As imagens do satélite NOAA-9, exemplo, mostram que no último dia 21 havia na região de Alta Floresta, Norte do Mato Grosso, focos de incêndio em 88 quilômetros quadrados.

...atira a primeira pedra. É grande a extensão da cultura popular, repentinista, zabumbas, tocadores de pifanos, contadores de estórias, nem todas santas, quase sempre maliciosas. No artesanato utilitário e decorativo, nas xilogravuras, nas peças em funilaria, redes e trançados; na conversa mansa e no "universo de negócios" da Feira do Troca-Troca estão documentadas a vida simples e a criatividade do homem do agreste pernambucano. Quem preferir...

Madeireiros usam índios para devastar

...os índios não são usados nos projetos de desenvolvimento da Amazônia. Os madeireiros usam os índios para abrir caminho para as serrarias. Quanto aos pequenos agricultores, o documento sugere que sejam incentivados a plantar árvores, com o objetivo de criar uma barreira viva voltada contra o fogo.

Arvores amanhecem em Belo Horizonte

Algumas árvores amanhecem em Belo Horizonte (MG) como resultado de uma manifestação da Linha de Ação Ideológica.

VALE DO RIO DOCE. UMA EMPRESA QUE SE DESTACA NA PAISAGEM.

É só ler os jornais para sentir a importância que a Vale dá à preservação do meio ambiente. Nos últimos oito anos, ela investiu 200 milhões de dólares em projetos desta natureza. São 350 milhões de dólares, se incluídos os investimentos das empresas controladas e coligadas.

E por isso que, quando o Banco Mundial alerta para a devastação das matas brasileiras, alerta também para o exemplo da CVRD. Uma empresa que sabe que desenvolvimento econômico e consciência ecológica precisam andar juntos.

Agora mesmo, a CVRD acaba de lançar, juntamente com a Petrobrás, o CNPq e o IBAMA, o 3º Prêmio Nacional de Ecologia, com prêmios que chegam a 1.500 MVR. Para concorrer, basta pedir o regulamento ao CNPq: SEPN — Quadra 507 — Bloco B — 2º andar. Cx. Postal 6186 — CEP 70740 — Brasília — DF.

Para a Vale do Rio Doce, o verde ainda é a melhor paisagem.

Companhia Vale do Rio Doce

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL TUDO PELO SOCIAL

VALE DO RIO DOCE. UMA EMPRESA QUE SE DESTACA NA PAISAGEM.

É só ler os jornais para sentir a importância que a Vale dá à preservação do meio ambiente. Nos últimos oito anos, ela investiu 200 milhões de dólares em projetos desta natureza. São 350 milhões de dólares, se incluídos os investimentos das empresas controladas e coligadas.

E por isso que, quando o Banco Mundial alerta para a devastação das matas brasileiras, alerta também para o exemplo da CVRD. Uma empresa que sabe que desenvolvimento econômico e consciência ecológica precisam andar juntos.

Agora mesmo, a CVRD acaba de lançar, juntamente com a Petrobrás, o CNPq e o IBAMA, o 3º Prêmio Nacional de Ecologia, com prêmios que chegam a 1.500 MVR. Para concorrer, basta pedir o regulamento ao CNPq: SEPN — Quadra 507 — Bloco B — 2º andar. Cx. Postal 6186 — CEP 70740 — Brasília — DF.

Para a Vale do Rio Doce, o verde ainda é a melhor paisagem.

Companhia Vale do Rio Doce

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL TUDO PELO SOCIAL

Pastos e cacau tomam lugar no satélite espião



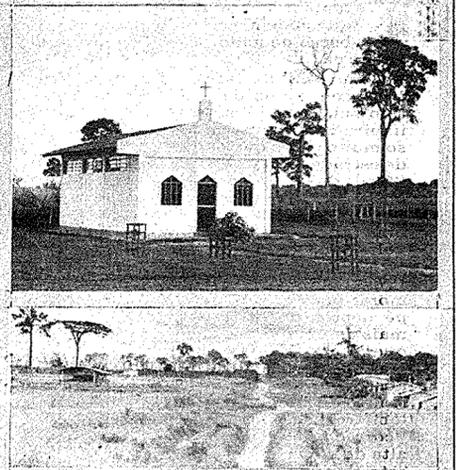
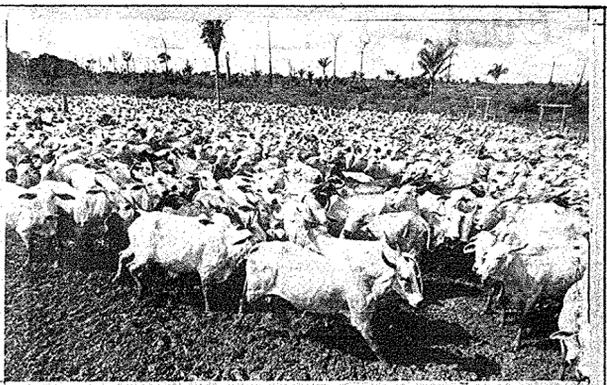
Marabá, 4 de abril — A PA-150, mesmo precariamente, é a única via de acesso que corta todo o sul do Pará até a divisa de Mato Grosso. E foi através dessa rodovia estadual, contornando traçozeiros buracos nos primeiros quilômetros de asfalto e atravessando pontes de madeira em péssimo estado de conservação — que chegamos à Fazenda Barreira Branca, de 60 mil hectares e localizada a 150 quilômetros da sede do município. Escolhemos esta região como ponto de partida justamente por ter sido ela o alvo preferido dos satélites espíões norte-americanos, desencadeando a revolta dos protetores do meio ambiente contra os pecuaristas que "estão destruindo a floresta do sul paraense para plantar pastagens". E de certa forma, nossa missão é também a de espionar a realidade de uma boa fatia dos 1.248.042 quilômetros quadrados do estado do Pará.

"Nós derrubamos 25 mil hectares de mata fechada para plantar pastagens de capim colômbio para o nosso rebanho de 25 mil cabeças, que é esse gado bonito que o senhor está vendo aí. A região aqui é uma das melhores do mundo para a pecuária de corte ou de criação, inclusive para a instalação de futuras indústrias de couro, isto porque aqui não tem berne e o couro de nossos animais é de ótima qualidade".

Primeiro a confirmação do "crime" de desmatamento para plantar pastagens. E em seguida o solene desmentido de que a Amazônia não tem vocação para a pecuária, conforme argumentos dos "ecologistas" internacionais, no momento bastante preocupados com a preservação do meio ambiente brasileiro. E tudo vem contido na tranquila confissão do administrador da Barreira Branca, engenheiro agrônomo Raul Vieira de Proença, paraense de 33 anos e seis de Amazônia. Há, contudo, um bem justificado habeas-corpus para esse "crime" contra a natureza, ainda no depoimento do próprio réu confesso:

"As sementes do colômbio produzem capim adulto em um ano. Depois dá a vida toda, bastando conservar e manter a área limpa de capoeira. Essa acusação de que as pastagens degradam a selva, retirando o oxigênio dela, não passa de descarada mentira. Até muito ao contrário, a pastagem gera quase duas vezes mais oxigênio do que o mato. Ultimamente, gente metida a entendida tem falado muita bobagem sobre a Amazônia, que o 'pulmão do mundo' vai virar deserto, coisa assim..."

Se a Amazônia um dia vai virar deserto, pelo que vimos nas várias incursões dentro do mato ou percorrendo cerca de 250 quilômetros de estrada particular (sem buraqueira) cortando a propriedade em todos os sentidos, pelo



A agropecuária evolui com adoção de moderna tecnologia que gera renda e cria condições para as comunidades que se forma receberem assistência adequada

menos esta fatia de mapa paraense está livre desse Apocalipse, com a vegetação de árvores enormes predominando no ambiente. A sede da fazenda está montada numa estrutura de futura cidade auto-suficiente: avenida larga ornamentada por Flamboyants floridos "importados do Paraná" (ou da ilha de Paquetá?); as casas de alvenaria dispostas simetricamente tendo ao fundo a capela e a escola pública municipal de 100 alunos (atende colonos vizinhos); oficinas de marcenaria e mecânica; serraria; campos de pouso e de futebol; pomar aberto com variadas frutas regionais; horta comunitária; antena parabólica com raio de alcance de três mil quilômetros quadrados (há 10 aparelhos de televisão); água encanada e luz elétrica para uma comunidade fixa de 300 moradores e 700 trabalhadores eventuais. A Fazenda Barreira Branca é um marco positivo no espaço então vazio desta área do sul do Pará, com média de venda anual de boi gordo de seis mil cabeças e uma produção agrícola diversificada em franca evolução — segundo avaliação de Raul:

"Aqui dá de tudo. Dá boi gordo o ano inteiro porque não temos entressa-

fra na Amazônia. E a terra daqui é tão boa como a do Paraná".

Fundada em 1977, a Barreira Branca tem 25 mil pés de cupuacús e 300 mil pés de cacau plantados sob as copas gigantes de 400 mil castanheiras nativas.

"A produção prevista da primeira colheita de amêndoas de cacau, para 1991, é de 300 toneladas, o que proporcionaria uma receita de 500 mil dólares, isso a preço atual, que é o mais baixo da cotação internacional".

Mas o forte na economia agrícola local é mesmo a produção de castanhas, com as 400 mil árvores nativas exportando em torno de 10 mil hectolitros por ano. E mais 150 mil castanheiras foram plantadas a partir de 1978 numa área de 1.500 hectares. O agrônomo Raul Proença não esconde o seu otimismo:

"Normalmente, a castanheira começa a produção com 20 anos de idade. Mas estas 150 mil castanheiras já começaram a dar bonitos ouriços desde o ano passado. Como se explica essa precocidade? É muito simples. Graças à pesquisa realizada pelos técnicos da Embrapa, a castanheira enxertada re-

duz o seu período produtivo de 20 para oito anos. Trata-se de tecnologia agrícola made in Brazil, pesquisada pelos mesmos cientistas brasileiros que recentemente causaram espanto no estrangeiro descobrindo a semente de milho híbrido que substitui o trigo com vantagem nutritiva. E o nosso milagre..."

A noite, constataríamos outro milagre ecológico em plena Amazônia: conseguimos dormir de janelas abertas sem a orquestração infernal e as picadas sugadoras de sangue dos pernilongos daninhos, os carapanãs ou muriquês. E como não há pernilongos, também não há o temido Anofilino (o transmissor da malária) para colocar em risco a saúde da comunidade da Barreira Branca e arredores. A mineira Raquel Tonelli, de 23 anos, uma das duas assistentes sociais que trabalham na fazenda, não esconde a sua surpresa:

"Nasci em Belo Horizonte, mas morei quase toda a minha vida no Rio de Janeiro. E quando vim pra cá, há seis meses, viajei assustada com aquela estória de que isso aqui era o fim do mun-

Entre perigos e riqueza desponta uma nova cidade

Inverno na Amazônia é sinônimo de chuva grossa quase dia e noite, começando a cair os primeiros pingos em novembro e atingido o seu fluxo máximo em março. E como já passamos da segunda quinzena de abril, já devíamos ter entrado no período das "águas baixas", isto é, o término da chuva. E esse final de inverno atrasado dificulta bastante os vãos de teco-teco na região, tendo como única opção a PA-150 cheia de armadilhas em seu leito. Continua chovendo muito e a umidade relativa do ar atinge pela madrugada quase 80%, assim como se estivéssemos respirando água pura. Mas quem morreu mesmo debaixo de água foi o fazendeiro paulista Trajano Borges, conforme relato de nosso motorista, Saíd Francisco Leal.

Foi esta ponte que matou o "seu" Trajano. Ele caiu no rio de noite e só foi retirado no dia seguinte.

Trajano Borges, de 48 anos e na região desde 1980, morreu afogado no rio Salobo na noite de 6 de abril (dois dias antes de nossa chegada), ao despencar com sua D-20 numa ponte de madeira bem próxima à sua fazenda, no município de Xinguara. Ele figurava no rol dos obstinados (já mencionados) que trocaram a sua terra natal pela Amazônia, da mesma forma como Saíd Francisco Leal, de 61 anos, este a nível de Peão, trocou há 35 anos o triângulo mineiro pelo Pará.

Foi puxando boi 15 anos e trabalhando dentro do mato que consegui sustentar sete filhos lá em Uberlândia, com minha mulher ficando a maior parte do tempo lá e um pouquinho aqui, eu batalhando a vida aqui e os filhos estudando lá.

Saíd não teve tempo e nem escola para estudar. Em compensação, dá aula ao vivo ao repórter sobre esta região. E o humilde peão mostra que é mesmo professor no assunto quando discorre sobre o ouro que "dá em qualquer lugar": Serra Pelada não era a sede de uma fazenda? Exalta a terra roxa que "existe muito por aí", como a da fa-



A estrada PA-150 e suas precárias pontes constituem risco durante o período chuvoso

zenda Santa Inês, do "seu" Bueno. Referese com entusiasmo sobre a quantidade de minério "espalhado por todo lado, bastando cavar". E sem que lhe perguntemos, nos diz uma coisa surpreendente.

— É por isso que tem muito tempo que os americanos estão querendo a nossa Amazônia. E é por isso que estão agora dizendo que isto aqui tá tudo desmatado, virando deserto.

E, afinal, onde está o deserto?

Depois de 10 dias percorrendo o sul do Pará das 7 da manhã às 7 da noite, ainda não encontramos nenhum pedaço de deserto, nem mesmo cenário parecido com os pequenos buracos esbranquiçados na selva iguais aos que sobrevoamos nos garimpos de ouro do Alto Tapajós, no ano passado. Em compensação, mesmo nesta época de "águas altas", vimos inúmeros rios e igarapés cristalinos, prova evidente de que a poluição ainda não chegou por aqui. E é apontando um desses aquírios naturais quase escondido na vastidão verde do colômbio, onde os caboclos se abastecem de peixes, que o fazendeiro paulista Roque Quagliato, de 52 anos e 16 de Amazônia, procura desmentir a versão de que as pastagens estão degradando a natureza na região:

— Esse igarapé que o senhor está vendo secava no verão quando aqui era só mato. Com a plantação de capim, ele ficou perene; corre agora o ano inteiro. Também graças ao capim, as grotas que recebem a água da chuva no inver-

no acabam se transformando em bonitos lagos no verão. E tem muitos desses lagos produzindo peixes com fartura. Como foi que nasceu peixe? Os passarinhos trouxeram as larvas em seus pezinhos. É a própria natureza se reproduzindo.

Roque Quagliato divide com seus irmãos Fernando, Luizito e Chicão (eles se revezam na administração) a sociedade da fazenda Rio Vermelho, de 100 mil hectares, apontada pelos fazendeiros com quem conversamos como "projeto modelo em todo o País em assunto de pecuária, sendo elogiada até no estrangeiro". E foi provavelmente graças a essa projeção internacional que o rei Gustavo, da Suécia, resolveu visitar a Rio Vermelho quando esteve no Brasil, em 1986. Roque relembra:

— O rei queria ver tudo em poucos dias, sem saber que para conhecer os 30 núcleos (retiros ou currais) da fazenda, ele teria que andar bem uns três meses a cavalo.

Para trazer "o primeiro gadinho de 300 cabeças" até a sua propriedade, os irmãos Quagliato tiveram que abrir uma picada de 80 quilômetros dentro da mata. Mas isso foi em 1973. Hoje, a fazenda Rio Vermelho justifica o letrreiro na enorme placa pendurada à entrada da propriedade: "Desenvolvendo o Pará na pata do boi". Nos 45 mil hectares de pastagens, há 65 mil cabeças de gado, 1.100 cavalos de raça Manga Larga e Quarto de Milha, estes últimos mantido apenas como hobby dos

Quagliato. A infra-estrutura do projeto também impressiona ao visitante mais exigente com estrutura de cidade moderna de pequeno porte: aeroporto de 1.900 de pista pavimentada dotado inclusive de hangar, confortável hotel, ambulatório, serviço médico-dentário, quatro escolas, clube de funcionários, antenas parabólicas para atender os televisores, serrarias e oficinas mecânicas completas, 173 casas de alvenaria para os 250 empregados residentes (fixos) e três enormes galpões onde podem se acomodar 800 trabalhadores eventuais, geralmente contratados para fazer cercas, limpar capoeiras e marcar o gado. Entre os "luxos" destacam-se uma fábrica de gelo com uma produção diária de 160 quilos e o sistema computadorizado da administração. Cada bezerro que nasce nas "maternidades" ao ar livre, que são preparadas com capim fofa próximas às pastagens, tem quase em seguida sua "certidão de nascimento" registrada na memória do computador.

Do "gadinho" inicial de 300 cabeças, os Quagliato s'ó compraram até seis mil: "de lá pra cá, o próprio rebanho se multiplicou". Em 1988, a produção foi de 14 mil bezerros, correspondentes a outro tanto vendido de boi gordo com excedente de rebanho. Para este ano, a previsão de produção é de 15 mil bezerros. Os 30 retiros que confinam os rebanhos são separados por verdadeiras muralhas compactas de mata natural, que fazem lembrar do alto um gigantesco tabuleiro de xadrez: os quadrados mais claros correspondem às pastagens. Roque informa que esses "verdes" correspondem a 55 mil hectares destinados à reserva florestal.

A própria mansão dos quatro irmãos, com pomar e todo conforto moderno imaginável, foi construída dentro de um bosque de 13 quilômetros quadrados de selva intocada. Ali — pássaros, macacos, capivaras, veados e até mesmo onças convivem em completa harmonia — inclusive uma colorida cobra coral (venenosa) que o fotógrafo Eugênio Novaes avistou se refrescando dentro da piscina. Pelo visto, animais selvagens, mesmo os tido como mais perigosos, não metem medo aos Quagliato. O que assusta mesmo fazendeiro são os grileiros invasores de terra, geralmente seguidos dos posseiros. Essas incursões, geralmente caracterizadas por confrontos e mortes, felizmente há dois anos deixaram de acontecer no sul do Pará.

Evolução atrai posseiros mas supera atritos



O armistício entre fazendeiros e posseiros, no sul do Pará, pode ser constatado no relacionamento fraterno entre o proprietário da Fazenda Porangá, o advogado paulista Maurício Fraga, de 56 anos, e seus muitos vizinhos que ocuparam há nove anos uma boa área de terra, na qual tentam sobreviver plantando o que podem e criando algumas cabeças de gado. — Eles pra lá e eu pra cá.

Com 18 mil hectares, a Porangá fica à margem esquerda da PA-150, no sentido sul, 10 quilômetros "pra dentro" inteiramente construídos por Fraga, isso muito antes que naquela confluência de estrada se instalasse o atual vilarejo "Gogó da Onça", uma espécie de entreposto que abastece precariamente os posseiros da área e que era a sede de uma fazenda invadida por grileiros por volta de 1980.

Quando cheguei na região, em 1973, nem posseiro tinha coragem de morar por aqui. Viajando de canoa e a pé dentro do mato brabo, eu levava mais de um dia pra chegar à Porangá, que já era fazenda e chamava-se Lua, mas não tinha acesso. E a PA-150 só foi aberta muito tempo depois. Hoje, só dentro de minha fazenda tenho 340 quilômetros de cerca, 40 quilômetros de "corredor" (estrada de boi, com cerca alta dos dois lados) e 25 quilômetros de estradas que fazem ligação com os retirados.

Com banca de advocacia bem-sucedida na capital paulista, 16 anos depois de ter chegado à região, pela qual se apaixonou "de cara", Maurício Fraga está trocando este ano definitivamente o ar-condicionado de seu moderno escritório pelo ar úmido da Amazônia.

Tudo o que ganho aqui, reaplico aqui. Vendi tudo o que tinha em São Paulo e quando vou lá fico em casa alugada.

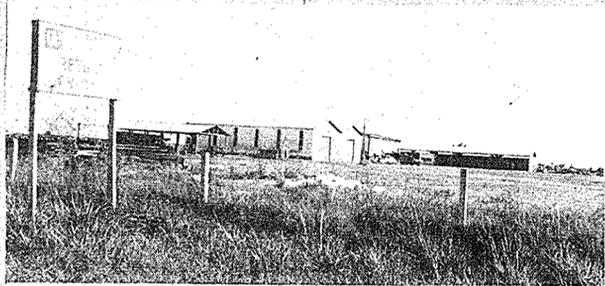
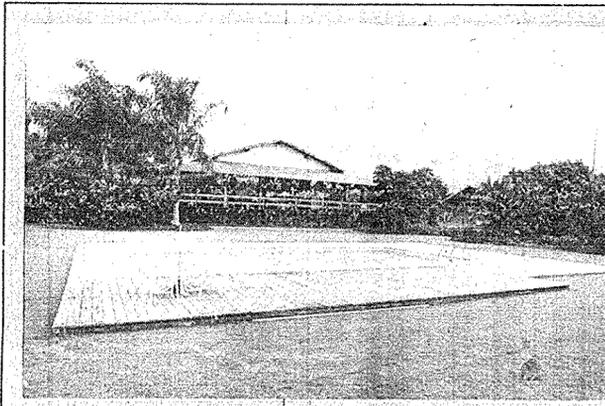
Explica porque também trocou Lua por Porangá: "Em linguagem indígena, Porangá quer dizer água bonita, que é o que não falta por aqui". A propósito da umidade, lembra da foto que viu na primeira página de um jornal paulistano ilustrando o seguinte título: "A Amazônia está pegando fogo". Com a autoridade de quem trocou os compêndios de Direito pelo conhecimento empírico de um intercâmbio verbal permanente com outros fazendeiros, ele contesta, veemente:

O que é que eles estão pensando? Que a Amazônia é apenas um pedaço de terra? Além do mais, eles também não sabem que a floresta equatorial só se incendia mesmo se o fogo for ateado com 40 por cento de umidade relativa do ar, índice muito abaixo da média amazônica. Na Califórnia, uma das regiões que mais chovem nos Estados Unidos, a média anual é de 250 milímetros. No pluviômetro da Porangá, só no mês de março choveu 688 milímetros. Se nós somos os depredadores, como eles dizem, eles são os destruidores da Amazônia falando sem conhecimento de causa.

Como se explica a metamorfose de um advogado de cidade grande em fazendeiro que adora andar de cavalo o dia inteiro visitando os seus retirados? Maurício Fraga responde que é "herança paterna".

Não adianta só você comprar a terra e ficar de longe. Assim acaba dando prejuízo. Isso aconteceu com muitos fazendeiros que não tinham know how em pecuária, desconhecendo completamente a realidade da Amazônia.

Fala do pai e nos sugere um roteiro: — Meu pai lutou a vida toda para ter 500 boizinhos, lá em Bauru. E só eu tenho aqui 18 mil cabeças. No sul do Pará tem fazenda de todo tipo e tamanho. A maior é a do Rio Vermelho, dos Quagliato. Mas há uma que consegue ser mais bonita: é a Fazenda Primavera, de Fausto Ribeiro. É um verdadeiro jardim. O senhor não vai acreditar...



Os investimentos para melhorar o nível de conforto nas fazendas complementam as benfeitorias destinadas ao gado. A região atrai desde o menino brasileiro até o advogado de renome que deixa São Paulo pela fazenda no Pará

JARDIM DO EDEN NO "INFERNO VERDE"

Se a referência "inferno verde" não passa de mero jogo de palavras em detrimento da Amazônia, já existe concretamente um Jardim do Eden construído no miolo do contexto geográfico do sul do Pará pelo fazendeiro mineiro Fausto Ribeiro, de 60 anos, quando instalou sua Fazenda Primavera em 1980. E mesmo advertidos pelo advogado-fazendeiro Maurício Fraga, ficamos surpresos ao chegarmos à sede da bem cuidada propriedade de 60 mil hectares. De repente, é como se estivéssemos impressando numa sucursal do Paraíso ou no autêntico Jardim do Eden: casas bonitas arrumadas em volta de um gigantesco jardim de 10 mil metros quadrados, grama viçosa cortada rente servindo de tapete macio para 22 pavões de caudas multicoloridas e 12 emas, que se movimentam tranquilamente sob os frondosos flamboyants e palmeiras imperiais, que se destacam sobre o roseiral de flores de vários matizes. E substituindo o que seria a "casa grande" das fazendas tradicionais, há três construções em estilo colonial: os escritórios de ar-condicionado da administração, aparelhados com máquinas elétricas, rádio transmissor e receptor, telefone DDD (é o único que tem linha direta instalada); a residência dos proprietários e a casa de hóspedes, ambas dotadas de todo conforto de hotel cinco estrelas — aparelhos de tevê a cores (recepção por duas antenas parabólicas), salão de jogos, piscina e churrasqueira. E claro que aquela harmonia tem a inspiração de um profissional.

Todo esse aranjão foi feito por um decorador que o "seu" Fausto mandou buscar no Sul.

Quem dá a informação é o paulista Durval Ferreira, de 32 anos e oito no cargo de administrador da Primavera. Mas não se trata apenas de cartão postal colorido para impressionar turistas estrangeiros ou fazer inveja a fazendeiros norte-americanos lá do Dallas ou do Kentucky: aquele jardim do Eden dá lucro! De seus 60 mil hectares (isso no Nordeste é um latifúndio), 30 mil são destinados às pastagens para um rebanho bovino de 30 mil cabeças. A estrada interna da propriedade tem uma extensão de 30 quilômetros, tem pavimentação excelente e 15 pontes de madeiras de lei, da mesma forma como as porteiras dos cinco retirados, onde as casas são também de alvenaria e há

sempre a inspiração de um jardim por perto. Quer dizer: estamos em pleno inverno, mas aqui dentro é como se fosse sempre primavera. Dirigindo uma D-20 a 80 quilômetros por hora, Durval Ferreira exalta a qualidade da terra:

Essa terra escura dá de tudo, até café. Porém a gente só se preocupa mesmo em plantar arroz, feijão e mandioca pro nosso pessoal (116 empregos fixos e cerca de 700 eventuais).

A noite, no churrasco que nos é oferecido à beira da piscina e ao som de um "high fidelity" moderníssimo, constatamos mais uma novidade: a exemplo da Fazenda Barreira Branca (o primeiro projeto que visitamos), também aqui estamos livres dos terríveis carapanãs ou muricocas e por tabela dos seus "primos" Anofilinos, os transmissores da malária.

Quando ela ataca, o caboclo fica tremendo de bater dentes até mesmo debaixo do sol de meio-dia. Dá pena só de ver. Eu já vi muitos...

O depoimento é do mineiro Jorge Simão, de 60 anos, técnico de eletrônica que "vende, assiste e instala" antenas parabólicas nas fazendas do sul do Pará. Com base na venda de suas disputadas parabólicas, ele calcula "mais de 300" propriedades rurais nessa região, como uma estimativa de mais de um milhão de cabeças de gado. Mas a sua preferida é mesmo a Primavera:

Se eu fosse o Fausto, tirava poster colorido daqui e mandava esfregar na cara dos ecologistas estrangeiros.

Com a experiência de quem viaja há 10 anos pela região, Simão faz um prognóstico:

Na hora em que chegar energia elétrica por aqui, a maior parte dessas fazendas vai virar cidade, povoando o Pará e atraindo milhões de brasileiros que hoje estão morando nas favelas das grandes cidades.

Descendente de árabes, o mineiro de Uberlândia Jorge Simão ainda não sabe que as suas profecias já começaram a se tornar realidade. No povoado de Gogó da Onça, encontramos um pequeno vendedor de rosas no posto de gasolina: Iran Dilson dos Santos, de 10 anos, nascido em Brasília. Depois de "penar" muitos anos em Taguatinga, satélite da capital federal, o nordestino Severino dos Santos, pai de Iran, veio "tentar a sorte" no sul do Pará, trazendo mulher e seis filhos. E está se dando bem com criação de galinhas.

A segunda profecia de Simão também já começou a se confirmar, mesmo

antes de ter chegado a rede elétrica da Usina de Tucuruí: a sede do município de Santana do Araguaia (25 mil habitantes) foi inteiramente doada pelos proprietários paulistas da Fazenda Campo Alegre, incluindo as construções onde funcionam o prédio da prefeitura e secretarias municipais.

O governo estadual já demonstrou interesse em trazer energia elétrica para este extremo sul paraense, mas propôs que os fazendeiros financiassem 70 por cento dos 9 milhões de dólares das despesas de instalação. Energia seria mesmo a salvação para todos nós, principalmente para "ressuscitar" o Frigorífico Atlas, que propôs ao governo custear 1/4 do valor da obra. O governo se esquece que a quase totalidade das estradas vicinais de todo o sul do Pará não tem um centavo de incentivo municipal, estadual ou federal.

As palavras são do pecuarista mineiro Jales Machado Neves, de 37 anos de idade e 13 anos "batalhando duro" na região, proprietário de duas fazendas no trecho de 200 quilômetros entre os municípios de Redenção e Santana do Araguaia. Na condição de pioneiro, ele se queixa da falta de apoio oficial aos empresários rurais, o que provocou uma interrupção no fluxo de migração: "quem veio há 10 anos, continua ficando de teimoso e porque acredita no futuro da Amazônia, mas de três anos pra cá, não veio mais ninguém". Menciona a atual "campanha contra nós" e arremata:

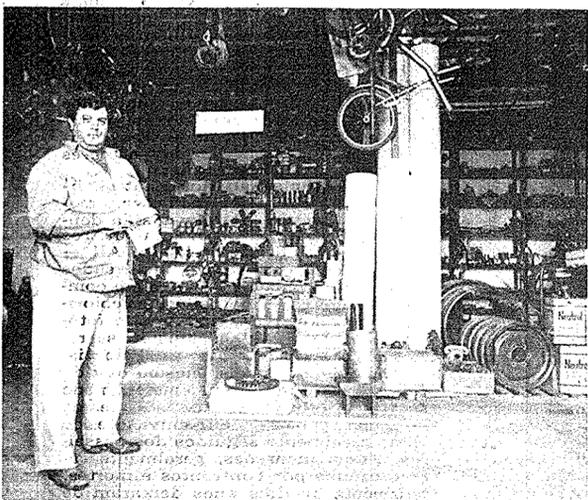
E agora piorou. Vir pra cá enfrentar malária pra ser chamado de incendiário, agora mesmo é que ninguém vem.

Quanto ao Frigorífico Atlas, que pertence a um grupo paulista e tem suas modernas instalações a 18 quilômetros do centro da cidade, fechou suas portas em 1987, mesmo com uma capacidade de abate de três mil cabeças por dia. Funcionando desde 1983 na base de energia a fogo de lenha, devido ao alto custo do investimento, preferiu fechar temporariamente. O paulista Mário Marcos Martins, de 33 anos e há nove trabalhando como administrador da Fazenda Campo Alegre, diz ao repórter que a reabertura do frigorífico pouparia o sacrifício de conduzir as manadas de bois "para serem abatidos até a 400 quilômetros daqui, onde chegam bastante magros depois de muitos dias de viagem". Sobre a doação da Fazenda Alegre de sua velha sede ao município, ele garante que não fez muita diferença porque "ainda sobraram 133 mil hectares". Mas fala de "altos e baixos":

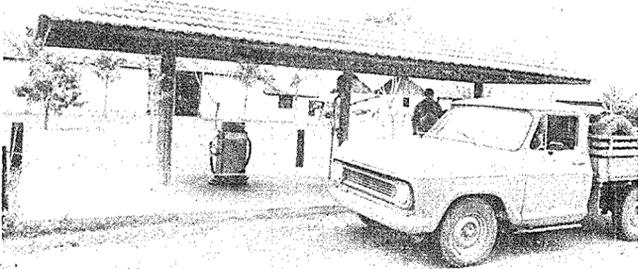
Mesmo assim, os proprietários da Fazenda Campo Alegre continuam investindo confiantes em projetos agropecuários no município, apesar de tudo.

No balanço dos números, a Fazenda Campo Alegre já viu dias melhores: já teve rebanho de 28 mil cabeças de gado e hoje só tem 15 mil cabeças, além de mais 1.300 da raça Pitangueira, considerada espécie rara. Também na atividade agrícola, houve decréscimo: em 1985 foram plantados 1.500 hectares de arroz, subiu em 1987 para 3.400 hectares, mas em 1988 desceu para 2.500 hectares e em 1989 para 1.000 hectares. Mesmo caindo, a produção prevista para este ano é de 80 mil sacas. Mário Marcos justifica o desinteresse pelo plantio do arroz "por causa da falta de sacaria, que a gente tem que buscar muito longe". E garante que a Fazenda Campo Alegre vai continuar investindo em outras culturas, como seringa e urucum. Independente da decisão de seus patrões, que moram em São Paulo, dá o seu veredito sobre a Amazônia:

Minha família mora comigo aqui há bastante tempo. E daqui não saio mais. O futuro do Brasil está aqui.



O completo almoxarifado da fazenda Primavera soma-se...



...ão posto de abastecimento que atende aos veículos

Grilagem causa receio no leste de Mato Grosso



mineiro Geraldo Cândido, de 51 anos, há 14 anos radicado no leste de Mato Grosso, é um dos pioneiros de Vila Rica, antiga fazenda que virou município há três anos e já soma hoje uma população de aproximadamente sete mil habitantes. Com seu jeito simples, ele diz que não seria "dono de nada e nem teria vintém guardado" se tivesse ficado trabalhando em São Pedro dos Ferros, onde nasceu.

"O senhor poderia estar falando agora com um grande fazendeiro. Eu já tive fazenda de 400 alqueires. Plantei nela arroz, milho e feijão. Deu de tudo muito bem porque esta terra arroxeadada aqui é mesmo abençoada. Dá de tudo. Em 1982, com medo dos grileiros que começaram a criar confusão tomando as terras dos colonos, vendia a minha fazenda por 200 mil cruzeiros. Hoje, ela valeria uns 17 milhões de cruzados. Não lamento nada porque com o meu trabalho sustento mulher e criei cinco filhos. E ainda possuo casas e terrenos em Vila Rica que nenhum poseiro pode tomar".

Referência nacional, os posseiros não são uma exceção à regra nesta região. Cerca de dois mil deles ocuparam há dois anos 700 hectares de duas propriedades: a Fazenda Frenova e a Destilaria Gameleira. O administrador da destilaria, o advogado paulista Ezequiel Alves da Silva, 45 anos, tem uma tese a respeito de invasão de terras:

"O Governo podia resolver esse problema doando a essa gente de 20 a 30 hectares, oferecendo todo o tipo de assistência até a primeira colheita, além de nesse meio tempo conscientizá-los sobre a preservação da natureza, inclusive de que não se derruba árvores perto de córregos, como eles estão fazendo. Desse jeito que está é que não está dando certo. Eles invadem, ocupam o que não é deles e depois não querem sair. De nossa parte, decidimos não entrar em choque com eles para evitar confrontos e conflitos de morte."

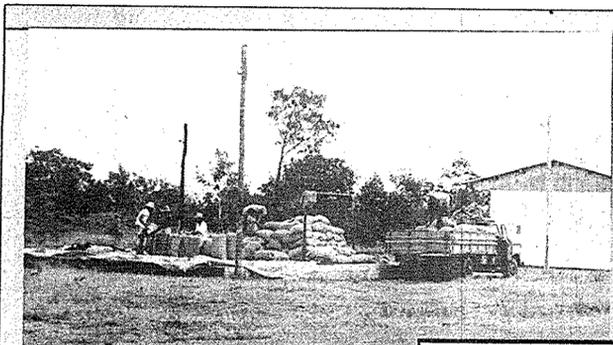
Esse confronto não foi possível evitar no ano passado, quando um "segurança" da Fazenda Frenova foi assassinado por posseiros. Na vila Confresa, situada à margem direita da esburacada e lamacenta BR 158, que liga Vila Rica à Barra do Garças, com parada obrigatória em Porto Alegre do Norte, que fica a 40 quilômetros deste povoado, há duas versões sobre o crime: revê de a faca de um posseiro que estava sendo "arrastado" pela segurança e armadilha mortal na base de tocaia preparada por posseiros. Mas há absoluta unanimidade entre os mil moradores da movimentada vila de que essa morte abalou seriamente o ânimo da dona da Fazenda Frenova, a paulista D. Silvana Carraro, uma senhora de aparência distinta que adora usar culotes e calçar botas longas de vaqueiro. Pioneira na região, ex-proprietária da fazenda que deu origem ao município de Porto Alegre do Norte, ela é conhecida e respeitada por todos como autêntica desbravadora, sempre liderando ativamente ajuda oficial para a região.

Posseiros à parte, a principal queixa de fazendeiros e colonos se baseia no abandono a que foram relegados pelo Governo.

"A agência do Branco do Brasil mais próxima fica em São Félix do Araguaia, distante 260 quilômetros daqui. Outro problema muito sério é a falta de armazéns para estocar os cereais. Tem agricultor que está estocando arroz e soja dentro de casa".

O depoimento é do gaúcho Hilário Moacir Herther, de 40 anos e 11 de Mato Grosso. Ele se instalou na vila Confresa com a família e sua cuia de chimarrão, prova evidente de que não pretende voltar para Carazinho, sua cidade natal e "também do Brizola". Dono da pequena empresa Semec Ltda., que tem 14 tratores e patrulha mecanizada, Hilário conta ao repórter um pouco da história recente da ocupação deste pedaço de Mato Grosso:

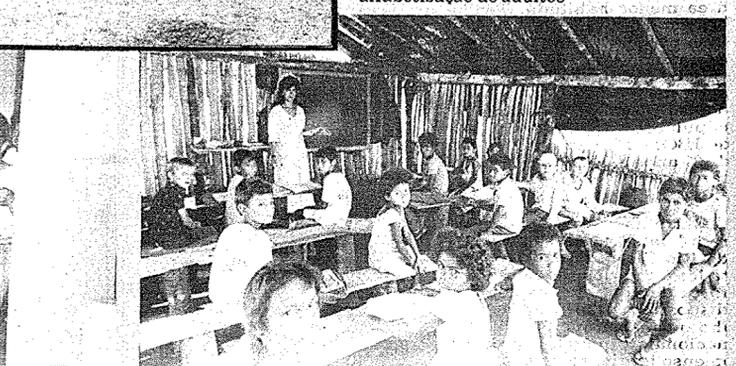
"No ano de 1978, fui convidado pelo grupo Confresa para abrir as novas áreas destinadas aos novos proprietários que compraram terras na região. No começo vieram 76 famílias de colo-



Mesmo tendo que improvisar armazéns, os agricultores da região diversificam suas atividades, cultivando o urucum e até desenvolvendo uma nova raça bovina, a Codeara.



A fixação do homem, porém, se faz de forma improvisada: escolas funcionam em ranchos abertos, com bancos de tábuas, mas não se descuidam da alfabetização de adultos.



nos gaúchos. Hoje, nem sei quantos são. Só sei que estão produzindo uma barbaridade de soja, trigo e arroz".

Quando lhe perguntamos sobre a fertilidade da terra, ele responde fazendo uma comparação:

"Lá no Rio Grande, dá 25 sacas de soja por hectares plantado. Aqui dá 44 sacas por hectare. E tem outra vantagem: aqui se pode fazer duas culturas por ano".

E Hilário Moacir Herther, o empresário gaúcho que trocou Carazinho por um povoado que nem existe no mapa, só lamenta a atual situação:

"É uma pena que não haja uma política de preços por parte do Governo. Aqui na vila, uma saca de arroz vale o mesmo que um prato de comida num restaurante barato."

Nova raça: boi gordo em 2 anos

Muito embora o cenário seja bastante parecido com a região mais ao norte, as realidades são muitos diferentes quando se atravessa a divisa do município paraense de Santana do Araguaia e se penetra no leste do Mato Grosso por Vila Rica, que tem logo adiante a estagnada cidade de Santa Terezinha, que por sua vez faz divisa com o novo estado do Tocantins (ilha do Bananal), tendo como marco natural o rio Araguaia. O marasmo local é quebrado pela informação do chofer do único "táxi" de plantão no campo de pouso, um fusca sacolejante e, obviamente, sem o respectivo taxímetro.

"Do lado de cá e do lado de lá do Bananal, o senhor só vai ver mesmo índio. Porém ai pra dentro, no rumo de Barra do Garças, o senhor vai encontrar gaúcho pra todo lado, dando duro na terra."

O "ai pra dentro" tem características bem diferentes do sul do Pará. Lá, a maioria é formada por grandes e médios fazendeiros capitalizados, enquanto aqui neste leste mato-grossense de migração mais recente a ocupação está sendo processada por colonos sulistas que adquiriram pequenas glebas de terra para criar gado e plantar "o que for mais fácil", tornando-se fortes economicamente através de suas bem administradas cooperativas. E o que se pode deduzir pelo interesse demonstrado por esses pequenos agricultores, é que o espaço desta parte da Amazônia esteja inteiramente ocupado até os próximos 10 anos.

O trampolim dessa ocupação está lo-



Geraldo Cândido, pioneiro em Vila Rica



No intervalo das aulas, as crianças exercitam a vida comunitária num bom jogo de bola

calizado a 50 quilômetros da ilha do Bananal, no rumo oeste, onde em 1966 começou a ganhar corpo um projeto de iniciativa do grupo Codeara (Companhia de Desenvolvimento do Araguaia), com incentivos da Sudam. Dos 17 mil hectares iniciais, metade dos quais destinados exclusivamente à criação de gado para pecuária de corte, só a partir de 1975 o grupo ampliou a sua atividade com a criação de mais seis empresas de objetivos diversificados na agropecuária e colonização, totalizando 170 mil hectares. O projeto agropecuário propriamente dito ocupa hoje uma área de 70 mil hectares, assim distribuídos: 30 mil hectares de pastagens para a criação de 30 mil cabeças de gado bovino e 100 búfalos; seis mil hectares destinados ao plantio de sementes selecionadas; dois mil hectares com 420 mil pés de seringueiras; mil hectares de várzeas para o desenvolvimento de cultura de arroz irrigado. Para o suporte de atividade de colonização, estão sendo desenvolvidas culturas de pimentão-reino, urucum e café, numa área de 100 mil hectares — onde já estão nascendo vilas e futuras cidades.

"Toda essa preparação tem sido feita sem qualquer dano ao meio ambiente, principalmente procurando-se evitar as queimadas".

Quem dá esse aval é o agrônomo mineiro Rosalvo da Silva Lemos de Melo, de 33 anos, na região desde 1978 e há seis administrando o grande projeto Codeara. E explica como estão sendo evitadas as queimadas, agora proibidas pelo IBDF:

"Entre as firmas que trabalham aqui conjugadamente, temos uma que faz moto-mecanização rural, prestando serviços às empresas do grupo e a terceiros no preparo do solo, derrubadas e enleiramento (limpeza final do terreno), para que se façam pastagens ou agricultura mecanizada".

Por conta de seu entusiasmo, Rosal-

vo acaba contando ao repórter um segredo até então mantido a sete chaves, resultado de pesquisas desenvolvidas através da "bimestigação", num processo de busca que já dura 13 anos.

"Depois de todo esse tempo pesquisando persistentemente, chegamos ao cruzamento de uma nova raça brasileira de gado bovino. Deixa eu explicar direitinho porque o senhor não é obrigado a entender do assunto. Normalmente, o gado só está pronto pra ser vendido "em pé" com a idade de quatro anos, quando pode atingir de 17 a 18 arrobas. E o que nós chamamos de "boi gordo". Pois bem: esta nova raça, que vamos registrar patente no Ministério da Agricultura com o nome de "raça Codeara", atinge até 18 arrobas com apenas dois anos de idade se tiver boa pastagem".

A precocidade dessa nova raça brasileira vai revolucionar, mundialmente, a genética na área de gado bovino. E se depender de "pasto bom", no leste de Mato Grosso está sobrando espaço para plantar ainda mais "isso sem causar malefício nenhum à natureza". Esta é a opinião do engenheiro florestal Marcos Antônio Arantes, de 27 anos, formado pela Universidade de Viçosa, Minas Gerais. Ele há três anos supervisiona o projeto das seringueiras na Codeara, já a esta altura com uma minúscula acoplada exportando 600 quilos por mês de "borracha de boa qualidade" e com capacidade para breve de 90 toneladas por ano. Marcos Antônio afirma "não ter sentido" a interpretação do IBDF que não inclui a seringueira como árvore de reflorestamento. Sobre a inconveniência das pastagens na Amazônia denunciada pelos "ecologistas", o engenheiro florestal retruca:

"Ao contrário das pessoas humanas, o capim consome o gás carbônico e expõe o oxigênio. E libera mais oxigênio do que a floresta porque está em processo de crescimento".



A criação de búfalos consolida-se como opção econômica nas áreas alagadas

Cidades brotam nas florestas e incham o Estado



Com uma densidade demográfica avaliada hoje em 1,90 habitantes por quilômetro quadrado, até 10 anos atrás esse mesmo espaço do Mato Grosso não era ocupado sequer por 1 habitante — considerado um dos mais baixos índices do mundo. Efetivamente, o estado começou a crescer a partir de 1979 quando foi desmembrado em duas unidades federativas, cedendo ao sul 350.548 quilômetros quadrados, mas ainda assim restando-lhe 881.001 quilômetros quadrados da área menos habitada. Tendo por essa ocasião 55 municípios instalados para uma população de 1.169.812, boa parte desta concentrada em sua capital, Cuiabá — a previsão para o próximo ano é de que esse número seja dobrado, não só em municípios mas também em população. Segundo o delegado local do IBGE, Delvaldo Benedito de Souza, de 37 anos e 10 na função, essa "explosão" se acentuou nos últimos cinco anos.

Entre as novas cidades que "nasceram" na selva nesse período, São José do Rio Claro, situada no centro do estado, é um dos melhores exemplos da força de vontade dos colonos sulistas, dispostos a modificar com o seu trabalho o cenário que os ecologistas internacionais querem preservar como imenso jardim zoológico.

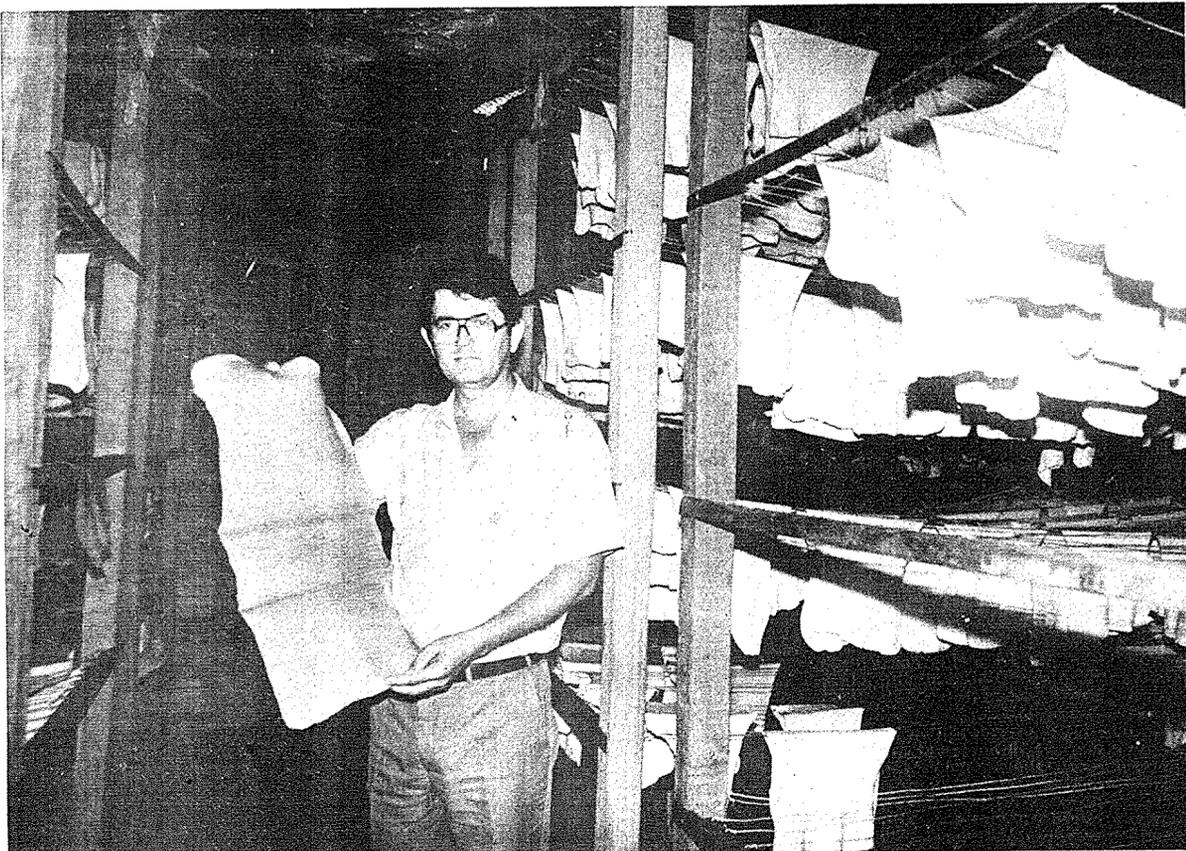
"Em 1984, Mato Grosso tinha 58 municípios e em 1988 esse número pulou para 95, com a instalação de mais 37 municípios. O estado continua crescendo, atraindo cada vez mais a migração de gente do Sul. E onde era selva estão nascendo cidades".

"Apesar de tanto desprezo lá fora, é preciso acreditar nesta Amazônia".

A palavra de fé é do prefeito Aparecido Briante, paranaense de 47 anos e o segundo empossado na história da cidade, com ainda dois anos de mandato. Para nós, que já viajávamos há três semanas, estávamos aprendendo a acreditar na Amazônia. E em apenas algumas horas, já começávamos a acreditar em São José do Rio Claro, um município de 33 mil quilômetros quadrados, sete anos de fundação e já com 40 mil habitantes.

"Aqui não há poucos ricos e muitos miseráveis. A quase total maioria é formada por pequenos ou médios empresários rurais, mas todos são fortes. Por enquanto, temos seis milhões de pés de seringa plantados em nove mil hectares. Boa parte dessas seringueiras já está produzindo borracha de boa qualidade, que está sendo exportada".

O "por enquanto" do senhor prefeito dá bem uma idéia do progresso do recém-fundado município que produziu no ano passado 583.773 litros de leite e atualmente produz 30 toneladas por mês de latex e 15 toneladas de serambi (rebarbas do leite coagulado). O auge da produção dos seis milhões de pés de seringueiras só será atingido em 1992. E já há mais de quatro milhões de



Miniusinas existentes nas fazendas permitem o processamento latex com técnica desenvolvida na própria região

mudas a serem plantadas em 17 mil hectares que estão sendo preparados para receberem essas sementes.

"Dentro de pouco tempo, São José do Rio Claro vai ser a capital mundial da borracha".

Futura capital mundial ou não de um produto bastante valorizado na balança internacional, o importante é que São José já começa a montar uma infra-estrutura moderna, apesar de seus poucos anos de fundação: avenidas e ruas largas e limpas, arborização, luz durante 24 horas, casas construídas com bom gosto e quase sempre complementadas com jardins, seis agências bancárias (entre as quais a do Banco do Brasil), "orelhões" públicos e 800 telefones particulares, antena parabólica financiada pela comunidade com capacidade para recepção de três canais de tevê, escolas de 1º e 2º graus, um bem montado hospital e hotéis de fachadas convidativas — entre os quais um que proporciona ao hóspede ar condicionado, telefone e geladeira nos 18 apartamentos de luxo. E o mais bonito: não há mendigos perambulando pelas ruas de São José do Rio Claro.

"Seria uma sorte se aparecessem mendigos por aqui. A gente pegava e botava pra trabalhar. O que está faltando em São José é justamente gente pra trabalhar. Aqui a lei de oferta e procura é uma realidade diária. Qualquer trabalhador braçal ganha aqui

mais do que o dobro do salário mínimo".

A avaliação é de Carlos Eduardo Vilela, de 27 anos, que largou faculdade de Economia em Minas Gerais para se tornar seringueiro em Mato Grosso, seguindo o mesmo rastro de bandeirantismo de tios e primos também jovens; cada qual "tocando pra frente" as suas propriedades. De seus primos, o primeiro a chegar foi Cláudio Vilela, de 36 anos e oito "enfrentando mosquito" na região. Ele relembra a lição histórica do ciclo da cana no Nordeste e garante que os agricultores de São José não pretendem incorrer no mesmo erro em transformar a seringa em monocultura. Por isso já começaram a plantar outras culturas como mamão, em 90 hectares; caju, 100 hectares; e urucum, 150 hectares.

"Estamos procurando novas alternativas e até convidamos um técnico para nos falar na próxima semana sobre o bicho da seda. Conforme for, faremos mais uma opção".

Integrado na vida da comunidade e satisfeito com a atividade de pequeno fazendeiro, Cláudio só lamenta uma coisa:

"A gente liga a televisão e só vê toco pegando fogo. E um desestímulo muito grande, mas não vamos parar de plantar só por causa dessa campanha".

Pelos depoimentos que ouvimos, a palavra "desistência" não existe no

vocabulário de São José do Rio Claro. Desistir nunca passou pela cabeça nem mesmo dos poucos agricultores que cometeram equívocos por falta de informação, a exemplo do motorista paranaense Valdevino Casado, de 45 anos, que nos transportou do campo de pouso até o centro da cidade no seu táxi. Ele foi um dos primeiros a chegar à região, com pais e irmãos.

"Plantamos 60 mil pés de café, porém não deu certo. Se a minha família tivesse começado plantando seringa, hoje, estaríamos podres de ricos. Mas é que a gente nem sabia o que era seringa. Hoje meu pai tem seis mil pés de seringa já começando a produzir muito leite".

Para transformar o latex em borracha, há 13 miniusinas funcionando, quase todas improvisadas dentro dos próprios seringais. A mais antiga delas é a da Fazenda Buriti, de 477 hectares, do paulista Waldomiro Trevisan, de 41 anos e há oito na região. Na sua pequena fazenda trabalham 10 famílias na base da participação nos lucros, esquema que até agora "está dando tudo certo" com uma produção de 600 quilos de latex por dia (120 hectares de seringueiras plantadas), o que corresponde a 150 quilos de borracha seca.

Trevisan explica duas vantagens da seringueira "plantada" em relação ao café e sobre a seringueira "nativa":

"Ao contrário do café que quando chega na época da safra no fim do ano o preço cai, a seringueira não tem 'pico': ela produz o ano todo. E ao contrário do seringal nativo que, por causa da distância de uma árvore para a outra, que tem médio de sangria (pequeno corte na casca do tronco da árvore para retirar o latex em tigelinhas) apenas de 80 árvores por dia, o seringal plantado proporciona uma média de sangria de 500 árvores por dia. E quanto for maior o seringal plantado, esta média pode dobrar ou triplicar, dependendo do número de seringueiros na coleta do leite. No seringal plantado, é possível até andar de carro debaixo dele, entre as seringueiras enfileiradas".

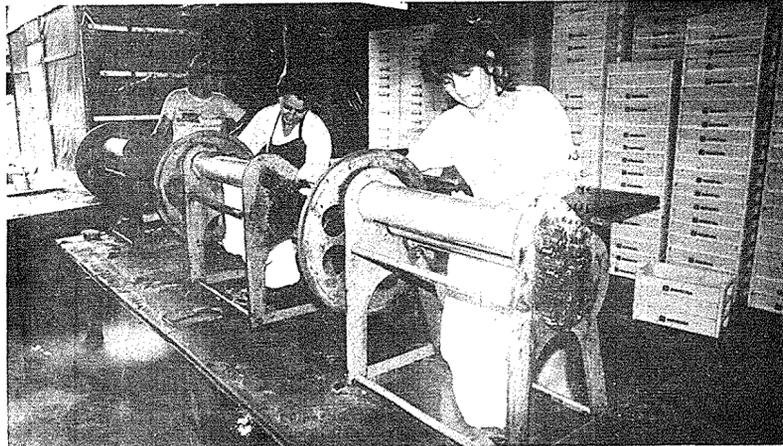
A miniusina da Fazenda Buriti é praticamente igual a de outros seringais locais. Ela nasceu do know-how adquirido pelos agricultores do Sul que se transformaram nos novos seringueiros da Amazônia. Funciona da maneira mais simples possível, sem a necessidade do processo de defumação no fogo (solidificando o latex através da fumaça), como nos seringais mais tradicionais do Acre e Amazonas. Neste processo, o latex coagulado se transforma em borracha depois de prensado. Agora, em vez das antigas bolas enormes, escuras e feias — são produzidas folhas de borracha de cor amarelada "bonitas e cheirosas".

Mas dentro de pouco tempo as miniusinas locais serão apenas meras referências de saudade na história de São José do Rio Claro, isto quando começar a funcionar a grande usina de borracha que uma poderosa multinacional pretende instalar em breve no município. No mesmo dia de nossa chegada, representantes da Pirelli compravam uma boa área de terreno onde serão montadas as modernas máquinas para o processamento da borracha. Na manhã seguinte, conversamos com o paulistano Lourenço Gualtieri, de 64 anos, 43 dos quais trabalhando na Pirelli. Com um largo sorriso, ele faz um prognóstico bastante animador para um País, como o nosso que importa 70 por cento da borracha que consome:

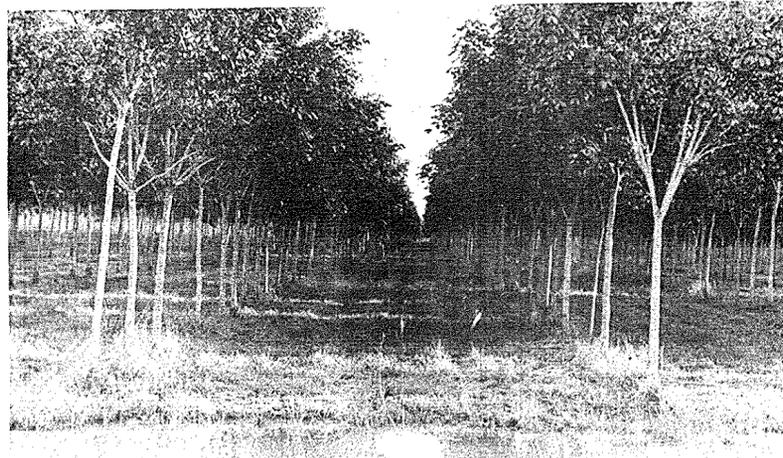
"Dentro dos próximos 15 anos o Brasil vai ficar auto-suficiente na produção de borracha. E graças a São José do Rio Claro, ainda vai sobrar pra exportar".



A extração do latex absorve considerável mão-de-obra



Prensas manuais preparam as mantas do borracha que serão comercializadas



A seringueira ocupa espaços onde antes o cultivo do café não deu certo

Falta de apoio não interrompe desenvolvimento



O fato dos satélites espíões Noaa e Landsat continuarem atentos em permanente plantão para "proteger" a Amazônia não constitui novidade. Não é de hoje que os cientistas norte-americanos demonstram essa grande preocupação. No final da década de 60, eles realizaram um minucioso levantamento aerofotogramétrico dos cinco milhões de quilômetros quadrados, através de um acordo com o governo brasileiro que ficou rotulado de Projeto Radam. Naturalmente para complementar essa devassa aérea, foram enviados outros pesquisadores para avaliar o potencial econômico amazônico. E quem ouviu pela primeira vez uma dessas avaliações técnicas, desta feita sobre o poderio agrícola da região central do Mato Grosso, foi o paulista José Aparecido Ribeiro, de 70 anos, dono da Fazenda Mutum, de 100 mil hectares.

"Em 1973, a pedido do Ministério da Agricultura, recebi aqui em minha fazenda um técnico da FAO, cuja missão era detectar novas áreas agrícolas de expansão no mundo. Ele ficou cinco dias olhando tudo, pesquisando tudo, observando principalmente o índice pluviométrico. Na hora de ir embora, ele acabou me confessando: "olha, como o senhor me hospedou com tanta amabilidade, vou lhe confiar um segredo. Esta região tem tudo pra ser a maior produtora de grãos do mundo!"

Esta previsão já começou a se confirmar nos novos municípios que estão nascendo na parte central do Mato Grosso nestes últimos 10 anos, entre os quais Nova Mutum, de sete mil habitantes, desmembrado da Fazenda Mutum e que elegeu o seu primeiro prefeito no ano passado. E é o próprio Aparecido Ribeiro que informa, orgulhoso, como se a terra do novo município ainda fosse dele:

"Na Nova Mutum já foram comercializadas cinco milhões de sacas de soja. Nesse assunto, os nossos colonos são campeões mundiais de produtividade, conseguindo produzir 45 sacas por hectare. Na Nova Mutum também foram plantados 1.000 hectares de seringueiras. Ontem fiquei sabendo que esse seringueiro está produzindo barbaridade. O grupo Firestone, um dos maiores importadores de borracha da Malásia, está comprando tudo. Esta Amazônia entusiasma mesmo a gente, apesar da falta de apoio do Governo Federal".

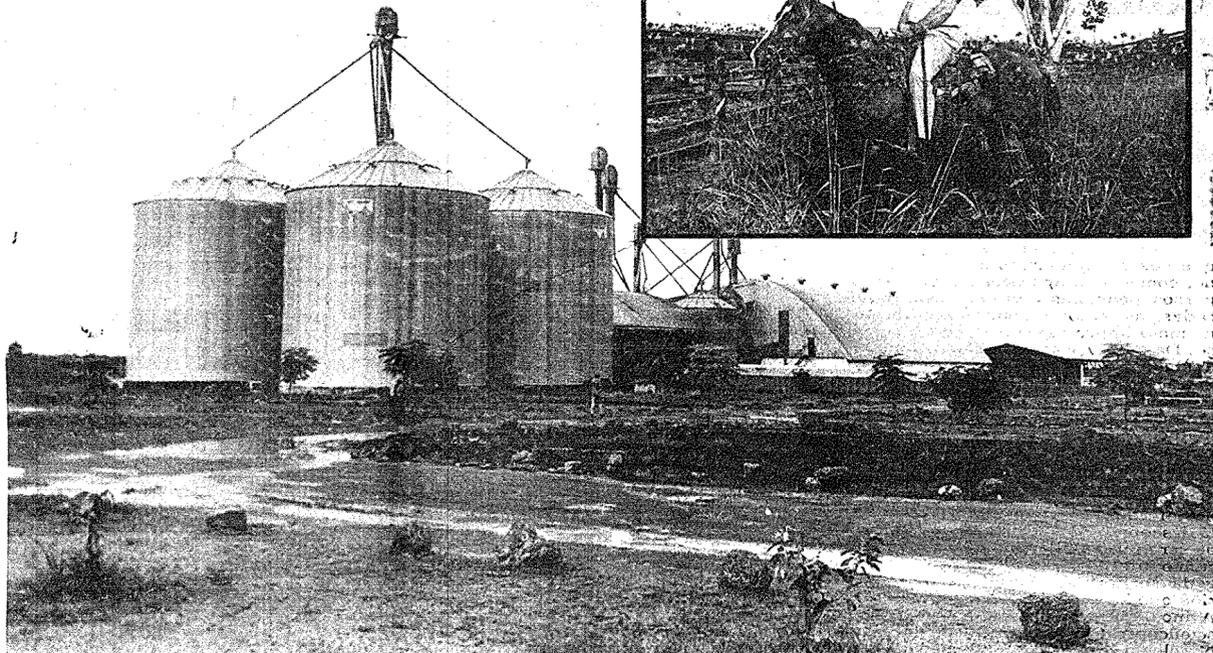
Pioneiro em Mato Grosso, onde chegou em 1965 "quando só tinha pau torto", Aparecido lembra de uma grande reunião realizada há duas semanas no município vizinho de Diamantino, na qual compareceram "mais de 100 fazendeiros". E as reclamações de todos se direcionavam contra o governo: falta de transporte, falta de armazenamento, falta de estradas, falta de uma política agrícola que garantissem no mercado o preço dos produtos exportáveis, principalmente a soja.

— "Esta terra daqui é formidável. Dá de tudo. De 2.700 hectares de soja plantada em minha fazenda, estou recolhendo 100 mil sacas por ano. Milho, arroz e feijão, também dão à vontade. Porém só planto para consumo do nosso pessoal".

Dos 100 mil hectares da Fazenda Mutum, 30 mil foram transformados em pastagens para 25 mil cabeças de gado. De dois ribeirinhos represados surgiu um enorme lago de águas limpas, do qual está sendo aproveitada energia hidrelétrica para a propriedade, alimentando inclusive uma serraria.

Com dois filhos e três netos: "o neto de 14 anos já está acompanhando o avô" — Aparecido Ribeiro se confessa um amazônico apaixonado: "Não aguento mais São Paulo. Só isto aqui me acalma". E lembra:

"Quando cheguei aqui, 24 anos atrás, só tinha cobra e onça. E ninguém queria vir se embrenhar neste mundo abandonado. Agora os gringos ficam inventando esse mentira de que a Amazônia vai virar deserto. Esses ataques são muito antigos, muito antes da idéia cretina daquele gordo do Herman



Os raros silos existentes não correspondem ao progresso criado por pioneiros como Getúlio Vilela, proprietário da fazenda Rio Pec.

Khan que queria transformar a Amazônia em lago internacional".

De repente, os olhos de José Aparecido Ribeiro ficam atentos como se ele estivesse presentindo um inimigo por perto. Apesar de seus 70 anos, sua aparência jovem fica mais jovem ainda quando ele ajeita o grosso cinturão de cowboy, dando a impressão que vai sacar o seu 38 de cabo de madrepérola. Mas em vez disso, dá uma rajada de palavras:

"A Amazônia é nossa e não vamos entregá-la!

E quem tiver coragem que apareça".

NO RUMO DO ELDORADO PERDIDO

Fazem 70 minutos que decolamos da excelente pista de 1.200 metros da Fazenda Mutum. A uma velocidade de 300 quilômetros por hora, o valente Cessna toma o rumo do oeste. Sempre de mapa a tiracolo, conferimos a rota: o bico do avião está apontando na direção do grande vértice formado pelos estados de Rondônia e Amazonas, que é justamente a área menos habitada do Mato Grosso. Ronronando suave feito gato dorminhoco e sempre cercado por nuvens perigosas, o PT-KJY vó a baixa altitude — o que dá perfeitamente para identificar a diferença de cenário lá embaixo: deixamos para trás a vegetação rala do cerrado, acabamos de atravessar a faixa de transição formada por árvores de maior porte e entramos agora na selva fechada que tem a referência científica de "floresta equatorial úmida", na qual nem mesmo as gigantes castanheiras conseguem se destacar. Estamos sobrevoando a extensa serra do Tombador, obviamente de solo acidentado. Mas a falsa impressão que se tem aqui de cima é de que se trata de um fofa tapete verde formado pelas copas das árvores e estendido sobre uma ilusória planície. Tudo é compacto, apenas arranhado aqui e ali por rios, igarapés e lagos. Indagamos do piloto José Daniel o que pode acontecer em caso de pane. A lacônica resposta vem acompanhada de uma oportuna sugestão:

— Nem pense nisso.

E mais uma vez se repete a mesma sensação mística de espanto e medo, nas tantas incursões que já fizemos à Amazônia, diante da imensidão daquele emaranhado verde-acinzentado que se perde num infinito de 360 graus. De repente nos lembramos de uma pergun-

ta em tom de brincadeira formulada há mais de 25 anos por Jankiel Gonzgrowska (que foi um dos melhores fotógrafos da imprensa brasileira), quando sobrevoou pela primeira vez ao nosso lado um pedacinho da Amazônia: "Será que nesta selva tem dragão?"

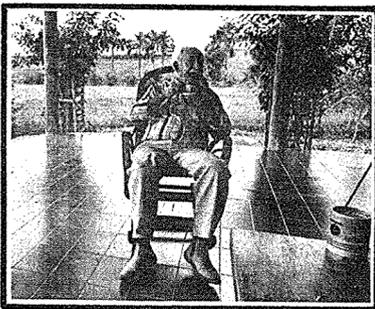
Não, não tem e nunca teve. Os dragões de verdade estão lá no estrangeiro, há muito tempo de bocarra aberta à espera de um ataque definitivo para saciar a sua eterna fome de madeiras de lei, ouro, diamantes e minérios atômicos, como se já não bastasse o que nos levaram, inclusive aquela montanha enorme de manganês do Amapá. Nossa reflexão é interrompida por uma observação do piloto José Daniel, apontando um casarão de madeira com um enorme curral vazio ao lado:

— Aquela fazenda na beira do rio foi abandonada pelo dono, depois de um ataque de índios. Ele nunca mais voltou lá...

Por mera coincidência, o nome desse rio é Sangue, à margem do qual desceremos cinco minutos depois na pista da Fazenda Rio Pec, onde somos recebidos hospitaleiramente por seu proprietário, o mineiro Getúlio Vilela, de 52 anos. Ele satisfaz a nossa curiosidade sobre o seu relacionamento com a tribo que afugentou o seu vizinho:

— Do outro lado do rio fica o território dos índios Canoeiro. No primeiro contato que tive com um grupo deles, ofereci coroa de barco a motor e dei toda a comida que dispunha. Desde então nunca me perturbaram. E quando precisam de mim, ajudo. Acho que nestas brechas, a gente tem que ser mesmo solidário com as pessoas.

Essa solidariedade Getúlio começou a aprender ainda muito cedo, aos 24 anos de idade, quando resolveu enfrentar o desafio de ser pecuarista na Amazônia, o que representava em 1961 um verdadeiro ato de loucura. Respeitado hoje como fazendeiro que "venceu na vida", com duas propriedades totalizando 70 mil hectares e 25 mil cabeças



de "gado bonito", sua simplicidade é a mesma de quando começou praticamente só com a cara e a coragem.

— De minha terra, em Três Pontas, até Araguaína, que era norte de Goiás e hoje Tocantins, gastamos 25 dias num velho caminhão. Foi duro até chegar até aquela selva bruta onde só dava malária, febre amarela e "barbeiro" (transmissor da doença de Chagas). Eu só tinha uma vaquinha que chegou lá com as costelas de fora. E foi com ela que comecei a minha vida de fazendeiro.

Para multiplicar uma vaquinha magra até que chegasse ao atual rebanho de 25 mil cabeças, "só Deus sabe a quais sacrifícios pessoais Getúlio Vilela teve que se submeter, incluindo "algumas malárias". Tranquilo como convém a um bom mineiro, ele só se descontrola quando o assunto converge para a ressonância da campanha ecológica orquestrada internacionalmente, que de uma forma ou de outra está afetando seriamente o ânimo dos produtores rurais da Amazônia. A reação unânime que ouvimos no transcurso de nossa viagem, até agora tem sido sempre a mesma: revolta. E é aí que o vozzeiro de Getúlio vira trovão:

— Aquele negócio de que a Amazônia é o pulmão do mundo não passa de conversa fiada de gringo. Mas que a Amazônia tem condições de se tornar no celeiro do mundo, lá isso tem mesmo. E este é o nosso grande futuro. Enquanto os outros países já esgotaram tudo, já destruíram tudo, o Brasil pode construir um outro Brasil dentro da Amazônia. Não é mesmo de dar orgulho na gente?

O outro orgulho do dono da Fazenda Rio Pec é um curral de oito mil metros quadrados "todo feito de aroeira que dura toda a vida e que veio de mais de dois mil quilômetros de distância".

— Aqui nesta selva quase virgem, pode ser encontrado todo o tipo de madeira de lei, mas pau de aroeira só dá mesmo muito longe daqui. E se não tem aroeira é porque Deus não quis plantar. Porque a terra daqui é boa.

A maior prova de que a terra é boa mesmo é o colônio plantado há 17 anos, agora mais viçoso do que nunca: "Tem capim plantado desde 1970, o gado comendo e o colônio continuando crescendo forte, sempre se refazendo". Um dos desbravadores mais antigos do Mato Grosso, o maior sonho de Getúlio Vilela é ver a sua Amazônia "matando a fome que existe no mundo". Isso pode acontecer num futuro breve, mas antes precisam ser tomadas algumas providências oficiais:

— Precisamos ligar a Amazônia ao Pacífico por estrada. Já está tudo traçado, só falta vontade do Governo. O outro caminho é para o Atlântico, pela Cuiabá-Santarém, estrada que só dá passagem até a metade, assim mesmo com muita dificuldade. Em Santarém, na beira do rio Tapajós, já está tudo preparado para a construção de um grande porto, economizando milhares de quilômetros no transporte de alimentos que saem pelos portos do Rio de Janeiro e Santos. Na ligação com o Pacífico, poderemos atender o grande mercado que é a Ásia.

Indica outra alternativa: — O Governo devia olhar no mapa. Se não pode fazer o melhor, pelo menos podia fazer o que está ao seu alcance. Ora, se fizermos uma estrada de ferro até Carajás e se ela está funcionando pela importância que está dando ao ferro, ela também pode perfeitamente funcionar pela importância do transporte de riqueza agrícola, para transportar alimentos. Essa estrada pode e deve ser estendida pelo menos até o entroncamento da Cuiabá-Santarém, ali por perto de Cachimbo. De Carajás a Cachimbo são 570 quilômetros, atravessando uma região que já está produzindo. Será uma forma prática de juntar a sopa no mel.

A Amazônia confirma sua vocação agrícola e conta com a disposição de José Aparecido Ribeiro de "não entregá-la".

Cidades surgem em integração com a floresta



A Fazenda Rio Pec é a nossa última parada no caminho de Juruena, uma cidade planejada e construída no ponto mais distante da imensidão verde do noroeste mato-grossense. Em 45 minutos de voo baixo, o cenário é exatamente o mesmo da véspera, prevalecendo a floresta maciça, aparentemente intransponível. Pelo visto, essa intransponibilidade é só mesmo aparente. A medida em que nos aproximamos de nosso destino, começam a aparecer em pontos esparsos pequenas clareiras esbranquiçadas, as maiores com cortes abertos na mata improvisando campos de pouso. Dá para ver as barracas de lona armadas em volta, confirmando a informação de que Juruena está bem no centro da rota dos garimpos de ouro mais afastados da civilização. Como esses malucos conseguiram chegar até aqui? E mais uma vez o piloto José Daniel acumula a função de cicerone:

“Posso garantir que se tivesse ouro no inferno, esses garimpeiros iam até lá descobrir. Só que esta região, apesar de ser muito longe, não tem nada a ver com o inferno e está mesmo é mais chegada ao paraíso. Está vendo aqueles rios que se emendam lá embaixo? E o Arinos, que vem de muito longe, e vem se encontrar aqui com o Juruena. E foi por ele que os garimpeiros chegaram”.

Também foi através do caudaloso Arinos que chegou a expedição do empresário paulista João Carlos Meireles, de 54 anos e há 30 atacado de paixão pela Amazônia — quando em 1978 resolveu transplantar para o meio da selva a maquete de uma cidade ecológica idealizada por ele e sua equipe de urbanistas paulistanos. Além das áreas de preservação e do traçado urbano, 120 mil hectares foram divididos em lotes rurais destinados a pequenos agricultores; e mais 80 mil reservados a médios e grandes fazendeiros “para evitar o desequilíbrio social no futuro, principalmente o problema do latifúndio”. Vendidos a colonos e fazendeiros sulistas, com maioria do Paraná, foi imprimido ritmo forte na implantação do projeto, dando uma boa ideia do que seria a futura cidade, aproveitando-se a abundância de madeiras para a construção de casas residenciais e prédios públicos. Em 1980 começou a ocupação social. E em 1988 seria eleito o primeiro prefeito, já a esta altura o recém-fundado município abrigando uma população de 12 mil habitantes. Mas esse número não impressiona, João Carlos Meireles.

“Juruena foi concebida para receber até 100 mil habitantes, crescimento previsto para os próximos 20 anos. Não queremos incorrer no mesmo erro de outras cidades planejadas. Quer ver um exemplo? Brasília, que foi construída para ser a capital brasileira, não podia ser projetada até o ano 2000 para somente 500 mil habitantes. E o grave erro dessa projeção está aí: Brasília tem hoje dois milhões de habitantes, com 1 milhão e 500 mil além da conta, provocando invasões e criando favelas numa moderna capital que podia ser modelo para o mundo”.

Concepção urbanística inspirada no aprendizado dos índios e dos melhores arquitetos da Malásia, Juruena está bem longe do risco das invasões e favelas mas também está muito longe de ser a cidade ideal para se viver, não obstante as suas ruas largas arborizadas e casas de madeira bem ventiladas. Há falta de muita coisa, entre as quais rede elétrica pública e estradas para o escoamento de sua produção. Com a experiência de quem já construiu outras duas cidades na selva — Cotriguaçu, projetada para 100 mil habitantes; e Matupá, para 300 mil — Meireles acha isso muito natural, afirmando que depois de instalada a comunidade, ela própria equacionará e encontrará as soluções para os seus problemas comunitários, juntamente com suas lideranças e a sua maior autoridade constituída, que é o prefeito. Mas mesmo assim, mantém escritório de sua firma na cidade “para prestar todo o apoio logístico que for necessário”. Estudioso da problemática amazônica, ele defende a tese de que seja definida urgentemente pelo Governo uma política racional de ocupação da Amazônia.

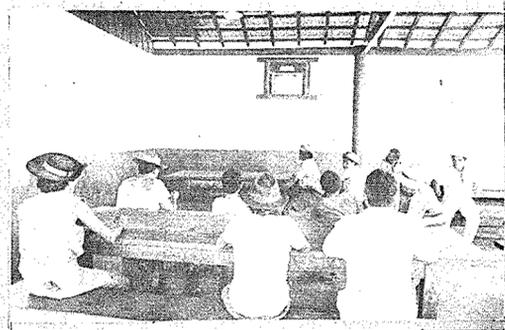
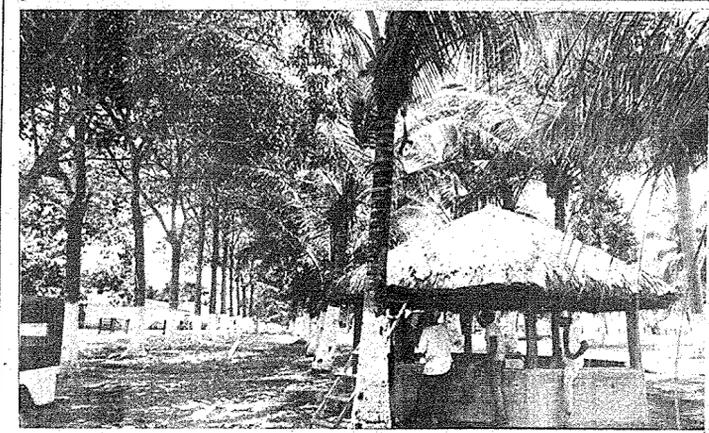
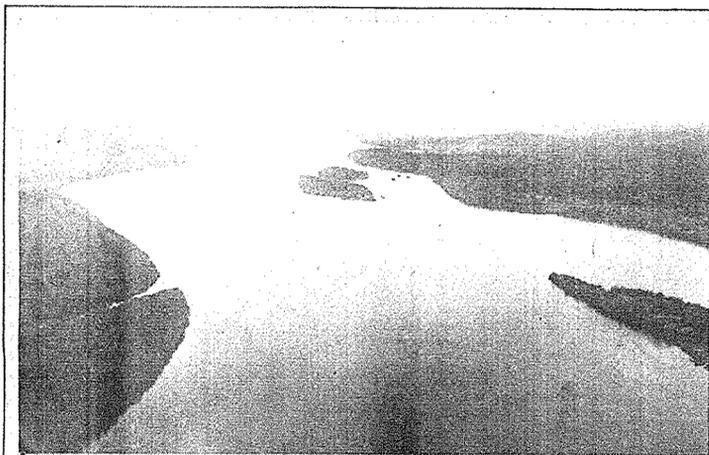
“Dos cinco milhões de quilômetros quadrados da Amazônia, um terço pode e deve ser ocupado por brasileiros. Há duas vantagens nisso: desafogar a inchação das grandes metrópoles como Rio, São Paulo e outras capitais; e cortar de uma vez por todas o sempre renovado interesse dos estrangeiros pela região. E os dois terços restantes ficarão como área de preservação”.

Sobre a presença dos produtores rurais, João Carlos Meireles considera válida:

“Este é o começo da ocupação de um terço da Amazônia. E está se processando, na maioria dos casos, com o mais profundo respeito à natureza, que deve ser bem pesquisada e estudada antes de ser ocupada”.

O Brasil novo dentro da Amazônia

A ocupação racional de um terço da Amazônia “com o mais profundo respeito à natureza”, como sugere o paulista João Carlos Meireles. Um novo



No norte de Mato Grosso, o rio Juruena mantém as águas calmas, enquanto muita coisa muda ao seu redor. O gado e os plantios de café e urucum atraem trabalhadores, para os quais não falta o acesso à televisão

Brasil nascendo dentro da Amazônia, conforme prevê o mineiro Getúlio Vilela. Estes dois anseios se conjugam na história de um sonho fantástico transformado em realidade pelo paulista Ariosto da Riva, de 74 anos, 37 de Amazônia, onde já construiu três cidades no norte do Mato Grosso e está construindo uma quarta com o nome de Santa Helena “em homenagem à minha esposa que se chama Helena”. Nessa estranha mania de fundar cidades na selva, a obra-prima de Ariosto é mesmo Alta Floresta, localizada bem próxima à divisa do Pará e distante 786 quilômetros de Cuiabá.

“O que foi feito aqui pode ser feito, também, em outras partes da Amazônia. Porém é preciso escolher as terras altas. As terras baixas devem ficar preservadas como parques ecológicos”.

Com apenas 13 anos desde a data de sua fundação (maio de 1976), o município de Alta Floresta tem hoje cerca de 200 mil habitantes, com infraestrutura na sua sede para 400 mil. As avenidas e ruas são totalmente arborizadas, entremeadas por muitas praças também arborizadas que funcionam como verdadeiros “pulmões” urbanos. Todas as ruas residenciais ficam nas transversais, protegidas do fluxo forte de trânsito, tendo em cada espaço de oito em oito quilômetros uma escola pública e um centro de lazer comunitário. Sempre tendo o ensino como uma de suas prioridades, a municipalidade mantém 158 escolas rurais e já há um projeto de universidade para ser implantado a partir do ano que vem.

“Graças a Deus e ao nosso trabalho, aqui nós não temos analfabetos. Aqui não tem carente, aqui não tem esmoler, aqui não tem criança sem escola, aqui não tem bóia-fria, aqui não tem desempregado. Ao contrário, está faltando gente pra tanto emprego e oportunidade sobrando. Vagabundo aqui não tem parceiro”.

De temperamento calmo, voz mansa de juiz de paz de interior, a voz de Ariosto só sobe de tom quando fala nas três cidades que construiu — Paranaita, Tapiacá e Alta Floresta como se elas fossem suas filhas. E acrescenta:



A lavoura cafeeira reforçou a economia das cidades...

“Criamos estrutura na região para que outros abrissem também novas cidades, o que acabou acontecendo”. Versão nacional do rei Midas, os mato-grossenses garantem que em tudo o que ele coloca a mão — vira ouro. Mas é ele próprio que confessa ter tido alguns tropeços no começo de seu trabalho no norte de Mato Grosso, o que vem justificar a tese da absoluta necessidade de pesquisa prévia para implantar qualquer projeto na Amazônia, não adiantando ouvir “sugestões” de terceiros:

“Por causa da altitude favorável de 400 metros e também porque já existia alguém do Paraná que já havia experimentado a terra às margens da Cuiabá-Santarém plantando café, e o café estava bonito, resolvemos plantar no início 400 mil pés de café de um cruzamento do tipo Robusta com Arábica, recomendado pelo pessoal de Campinas. No sexto ano tivemos que arrancar tudo do chão. Não fomos felizes com essa variedade na região. Pedimos, então, a assistência técnica de conhecidos agrônomos de Piracicaba e do Rio de Janeiro. Eles fizeram análise do solo e gostaram bastante. Sugeriram que plantássemos o Robusta, que deu uma produção excelente. O solo daqui é fora de série”.

A comprovação da fertilidade do solo pode ser conferida com a produção da Fazenda Caiabi, de sete mil hectares, localizada a 38 quilômetros de Alta Floresta — uma das cinco propriedades agrícolas de Ariosto da Riva. Apesar de ser considerada pequena em relação à média dos projetos amazônicos, no ano passado foram colhidos na Caiabi 24 mil quilos de urucum, 27 mil arrobas de cacau, 120 mil quilos de guaraná e 42 mil sacas de café. “Fazenda sombra” ao cafezal numa área de 600 hectares, foram plantados 10 mil pés de castanheiras, que começarão a produzir daqui a quatro anos.

“O Caminha é que estava certo, isso muito antes de aparecer a Embrapa: ‘G’Em se plantando, dá”.

Ariosto cita Pero Vaz de Caminha com um sorriso significativo de quem está por dentro das coisas, apesar de confessar ao repórter, com a maior humildade, que não passou da 4ª série



...criadas pelo desbravador Ariosto da Riva

primária. Com cultura de autodidata que cultiva a leitura como prazer, o seu raio de alcance vai muito além da divisa do Mato Grosso, estado pelo qual já várias vezes quiseram lançá-lo candidato a governador, recusando com veemência porque tem ojeriza a políticos: “Eles têm muitas palavras e eu só tenho uma”. A propósito da tão criticada depredação da Amazônia, ele lembra da tentativa de Herman Khan em transformar a região num “baita lago internacional. Pra quê?” Apesar de plantar capim não fazer o seu gênero, defende as pastagens dos pecuaristas “que não estão prejudicando a qualidade do ar coisa nenhuma”.

“Tenho aqui um recorte da entrevista de um cientista americano, provando que o capim colônio exala mais oxigênio do que a mata. O que a mata exala, ela absorve”.

Fala de uma “pressão” bastante antiga:

No começo de 1960, quando o Costa Cavalcanti fez aquele apelo para o empresariado paulista participar da ocupação da Amazônia, era um negócio assim de “integrar para não entregar”, lembra? Já naquela época existia uma pressão forte de fora para a internacionalização da Amazônia. Agora eles estão voltando à carga de novo. Há muito interesse por trás disso. Com esses satélites que enxergam tudo, eles sabem das riquezas escondidas no subsolo da Amazônia, principalmente minério. Mesmo assim, o Inpe já declarou que uma queimada de 10 hectares parece de 10 mil na fotografia desses satélites”.

Sobre a “fumaceira” detectada pelos satélites espioes norte-americanos, Ariosto garante também que há bastante exagero:

“Em 1952, eu saí de Marília (SP) pilotando um teco-teco e encontrei fumaça no mês de agosto. Estranhei o fato porque aqui era tudo mata virgem. E acabamos descobrindo que essa fumaça vinha da Bahia, de Minas e de Goiás, porque lá nessa época os criadores e agricultores queimam o campo e o vento traz a fumaça”.

Bem informado, compara:

“Se uma Coréia do Sul, que é menor do que Alagoas, exportou 80 bilhões de dólares no ano passado. Se a ilha Formosa, que é do tamanho de Sergipe, exportou no mesmo ano 96 bilhões de dólares. Como se explica que o Brasil exportou no ano passado apenas 30 bilhões de dólares, com toda esta enorme potencialidade? A nossa potencialidade é inimaginável. Acontece é que tem grupos lá fora querendo amarrar o nosso Brasil”.

Faz um balanço de nossa produção: “Nós estamos produzindo de 60 a 70 milhões de toneladas de grãos, e o Governo faz uma enorme propaganda em cima disso, como se fosse uma grande vantagem. Mas podemos produzir de 200 milhões de toneladas a 500 milhões de toneladas de grãos, quanto quisermos”.

E com a autoridade de quem “não deve em bancos, não teme ninguém porque não tem telhado de vidro”, Ariosto da Riva propõe uma solução para a dívida externa brasileira:

“Se tiver um Governo que trabalhe com seriedade e faça um apelo para a participação do povo, porque o povo brasileiro é patriota, nós saldamos logo essa dividazinha de cento e poucos bilhões de dólares. Essa quantia é uma porcária comparada com a dimensão do Brasil e nossa capacidade de produção. Só está faltando coragem, honestidade e trabalho”.

Amazonas sofre as contradições do êxodo rural



Com 1.564.445 quilômetros quadrados, o estado do Amazonas não é só o maior da Amazônia mas também a maior unidade federativa brasileira. Em compensação tem a menor densidade demográfica do País, com 1,24 habitantes por quilômetro quadrado. Ao contrário de Mato Grosso e Rondônia, a ocupação do enorme espaço vazio do Amazonas não está se processando nos últimos 10 anos por migrantes sulistas. E o que é mais grave: se existe "corrida" — ela está acontecendo às avessas, do interior (62 municípios) para a capital. Do pouco mais de 1 milhão e 900 mil amazonenses, cerca de 1 milhão e 400 mil vivem hoje em Manaus, a maioria atraída pelo "sonho" da Zona Franca. E a população rural continua escolhendo cada vez mais.

— Isso é uma judiação. O povo quer plantar, mas não tem dinheiro.

O lamento é do agrônomo paulista Gabriel Teixeira de Paula Neto, de 53 anos, administrador da Fazenda Aruanã, de 12 mil hectares, localizada a 54 quilômetros da cidade ribeirinha de Itacoatiara. Ele se refere aos pequenos agricultores abandonados à própria sorte à margem da estrada Manaus Itacoatiara (270 quilômetros), sem o necessário capital de giro para a manutenção de suas lavouras em "terra bastante fraca".

— Este tipo de solo só é bom mesmo pra plantar castanha e seringueiras. Essas culturas são bastante rendosas. O problema é o tempo de espera até a primeira safra. E o agricultor não tem esse capital de giro para poder esperar.

Na entrada da Fazenda Aruanã há uma placa enorme rabiscada com tinta preta: "Vendem-se mudas de castanheiras". E o preço é três vezes mais barato do que uma garrafa de cerveja na tabela local: 70 centavos por cada muda. Mas não aparece ninguém para comprar. Gabriel não esconde a sua frustração:

— Temos um viveiro com 50 mil mudas de castanheiras. Acho que nem dando de graça, eles aceitam. Se não há financiamento para esse tipo de cultura, como é que um pequeno agricultor tem condições de sobreviver durante sete a oito anos até a primeira colheita? É uma pena. Depois da primeira safra, a castanheira vai sustentar quem a plantou pelo resto da vida.

Instalada na região há 20 anos pelo paulista Sérgio Vergueiro, quando não havia estrada e o acesso ao local só era possível através de picada aberta no mato a partir de Itacoatiara, a Aruanã é uma espécie de universidade rural ou laboratório experimental "sempre aberta aos vizinhos". Primeiro serviu para alugar seu pasto natural (ralo), chegando a ter três mil cabeças de gado magro. Hoje, esse rebanho diminuiu para 350 cabeças e pertence ao dono da propriedade. Mas, seguindo a vocação da região, foram plantados, a partir de 1982, 380 mil pés de castanheiras, devendo chegar até o próximo ano a 400 mil; e mais 80 mil pés de seringueiras.

Gabriel aponta uma gruta no barranco bem defronte ao varandão da sede que dá para um pequeno lago. Depois de confessar ao repórter a sua desconfiança de que "ali pode ter ouro", cita como exemplo o que aconteceu na Serra Pelada: no local onde se encontrava uma tranquila fazenda, um administrador, como ele, resolveu cavucar e encontrou ouro. Este não é o seu caso. Até muito ao contrário, ele tem um medo danado de falar sobre a sua suspeita, com receio de que algum peão "vá lá cavucar" e encontre mesmo ouro.

O senhor já pensou? Isso aqui viraria um inferno, que nem o garimpo de Serra Pelada.

E com ar sério faz sua avaliação de agrônomo vocacionado:

— Eles não sabem que um castanhal vale mais do que uma mina de ouro.

Afinal, que Amazônia é esta?

Percorrendo o sul do Pará até o município de Rio Preto da Eva, no Amazonas, através do leste e norte do Mato Grosso, faz quase um mês que estamos viajando pela Amazônia: a pé, nas incursões dentro do mato fechado; de carro, através das estradas esburaca-



A formação de mudas de dendzeiro e castanheiras (ao alto) permite o cultivo racional de espécies de alto valor econômico

desfrutar desse conforto; e de teco-teco quando há condições mínimas de drilbar no céu as nuvens carregadas de chuva e eletricidade. E a cada dia que passa, maior se torna a nossa perplexidade diante dessa realidade heterogênea: terras férteis, terras áridas, terras com características peculiares. Na Fazenda Barreira Branca, no município paraense de Marabá, 450 mil frondosas castanheiras "plantadas por Deus" servem de guarda-sol para os cacauais e cupuaçuzais, enquanto mais ao sul a vocação da terra é dirigida às pastagens, produzindo boi gordo o ano inteiro. Em São José do Rio Claro, centro de Mato Grosso, onde ainda prevalece a vegetação de cerrado, a terra rejeitou a semente de café. Em compensação, oferece toda a sua pujança à semente da seringa. E basta voar de teco-teco no rumo Norte, para descobrir, uma hora depois, em plena floresta úmida equatorial, faixas de terra roxa que "dão de tudo".

Afinal, que Amazônia é esta que já tentaram até enquadrar numa foto de primeira página de jornal?

— Pode ficar certo que são várias Amazônias, algumas delas com características bem diferentes. Por isso, quem fizer uma só lei para todas elas, garante que vai se estrepar. A Amazônia ainda é desconhecida. E quem quiser ocupá-la, precisa pesquisá-la antes, a fim de bem conhecê-la. Do contrário, vai quebrar a cara, da mesma maneira que quebramos ao plantar seringa sem conhecimento de causa.

Quem nos dá uma aulinha sobre a pluralidade da Amazônia é o engenheiro português Manoel José Monteiro Moz Teixeira, de 44 anos, 15 anos de Amazonas (Manaus), na direção de uma empresa tradicional fundada por seu avô materno. Na referência "quebrar a cara", ele se baseia na experiência frustrada de um dos três projetos agropecuários implantados por sua firma há 13 anos, num total de 26.220 hectares, dentro do "município" de 560 mil hectares do Distrito Agropecuário da Suframa, no município Rio Preto da Eva. Ele lembra o que aconteceu em 1979:

— Plantamos um milhão de pés de seringueiras numa área de 2.400 hectares. Como a média de tempo para a seringueira começar a produzir é de seis a sete anos, já devíamos estar produzindo borracha desde 1985. Contudo, por desconhecimento da realidade local, perdemos tempo precioso com o plantio de seringa, toda ela atacada pe-



Com enxerto, a castanheira produz aos quatro anos

das; de avião de carreira, nas distâncias mais longas em que é possível se la praga do fungo e pela ação combinada de um protozoário com uma bactéria. Só há cinco anos começamos novo plantio, desta feita com a orientação do pessoal da Embrapa, através da enxertia de copa. Agora, sim, temos tudo para começar a produzir borracha daqui a dois anos. Mas isto, naturalmente, se Deus quiser.

O primeiro dos três projetos foi implantado em 1976 e recebeu o rótulo de Fazenda Monterosa, com uma área de 15 mil hectares, cinco mil dos quais destinados às pastagens para 4.500 cabeças de gado e mais 200 hectares para o plantio de 80 mil pés de guaranáis. Três anos mais tarde seria a vez da Montebor Agrícola Ltda., de seis mil hectares de área total e um milhão de pés de seringueiras plantadas em 2.400 hectares. Mesmo operando com prejuízos, devido à praga que atacou as seringueiras, a S. Monteiro resolveu investir num último e terceiro projeto.

— Se Cabral não fosse persistente e

tivesse fé no futuro, os portugueses não teriam descoberto o Brasil. E valeu ou não valeu a pena?

E assim nasceu, em 1988, a Caiuê Agroindustrial S/A, ocupando uma área de 5.220 hectares, com dois mil destes preparados para o plantio de dendê, com as mudas já prontas em viveiros. Para a industrialização do azeite de dendê, uma grande usina está sendo montada, com uma produção prevista, a partir de 1993, de 10 mil toneladas por ano.

Firmas juridicamente independentes mas administradas por uma só empresa, que é a S. Monteiro, os três projetos são conjugados e ocupam áreas limitadas de fácil acesso, a 110 quilômetros de Manaus pela rodovia de terra que liga aquela capital a Boa Vista, em Roraima. Dirigindo o seu carro a uma velocidade média de 100 quilômetros por hora, Manoel José nos tranquiliza ao garantir que conhece todas as curvas e "buraquinhos perigosos". Infôrma que apenas os primeiros 150 quilômetros daquela estrada federal, cuja extensão é de 804 quilômetros, proporcionam passagem fácil "por causa da manutenção permanente da Parapanema que precisa garantir o tráfego diário de seus caminhões transportando minério" para o porto de Manaus. Ele se queixa da falta de assistência oficial aos projetos agrícolas, o que já levou pequenos empresários rurais à falência, principalmente no eixo.

— Continuamos investindo, insistindo e perdendo dinheiro porque acreditamos no potencial da Amazônia. Mas nada se vai fazer aqui sem uma pesquisa séria. E temos uma empresa de pesquisa do Governo que é bastante séria e competente: a Embrapa. Ela está e sem dinheiro. E pesquisa é sinônimo de investimento, que tem sempre um retorno positivo porque serve para viabilizar ou não um projeto agropecuário na Amazônia.

Trata-se do indispensável apoio logístico dos RIMAS — Relatórios de Impacto do Meio Ambiente, que prevêm todos os impactos ambientais, sociais, econômicos e ecológicos. A necessidade desses estudos prévios já se tornou comprovada nos países desenvolvidos, mas no Brasil só virou lei em 1981, só sendo regulamentada em 1986 através de resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Nos projetos implantados na Amazônia, geralmente os empresários investem no escuro, caracterizando uma modalidade de "vão cego". Manoel José Monteiro é contra a "ocupação irracional da Amazônia". E explica por que:

— E preciso enxertar na Amazônia tecnologia nova. E preciso se descobrir os segredos dela. Se quisermos ocupá-la de qualquer maneira, será um verdadeiro estupro. E a Amazônia não se dá bem com estupros. Ela dá o troco na hora.

Justifica a necessidade de desmatamento em "determinadas áreas", numa ocupação precedida de pesquisa e zoneamento:

— Trata-se de derrubar uma mata que não presta por outra que vai produzir. Se não se derrubar a mata velha, não se pode fazer a mata nova. Ora, não se pode fazer omelete sem quebrar os ovos...

E o desabafo final por não entender que o plantio de seringueira e do dendzeiro (palmeira) não sejam considerados pelo IBDF como reflorestamento:

— No edital de licitação está escrito que a seringueira e o dendzeiro são reflorestamento. Aí vem o IBDF e diz que não é. Isto não é mais um conceito e sim um preconceito burro.



O projeto da fazenda Monterosa inclui a construção de barragens...



... e abriga uma vila destinada aos trabalhadores fixos

Agricultura de Rondônia já é desafio ao Sul



Ariquemes, 8 de maio — O nosso jipe corcoveia contornando com dificuldade as buraqueiras de lama das péssimas estradas "abertas no peito e na raça" que se interligam nas pequenas propriedades do pólo cacauero deste município, de repente nos deparamos com a enorme placa pendurada na porteira da Fazenda Rio Branco: O Sul vai ao Norte. O dono da fazenda é o catarinense Hugo Frey, de 58 anos, filho do imigrante alemão que fundou a cidade de Fraiburgo, em Santa Catarina, a maior produtora de maçãs do País. Justificando o dito popular de que "filho de peixe, peixinho é", em 1973 Hugo resolveu suplantar o pai em matéria de pioneirismo, sendo um dos primeiros a chegar à região dos índios Ariqueme (extintos), viajando de canoa pelos rios São Francisco e São João. Ele realizou essa façanha três anos antes que o Incra implantasse em Rondônia seu projeto triplo de assentamento de colonos e fazendeiros. Pelas malárias que esse sulista já enfrentou sem arredar pé de sua propriedade, o Sul veio ao Norte para ficar definitivamente.

Na opinião do delegado do IBGE sediado em Porto Velho, Gerino Alves, de 40 anos e 11 nesse posto, a vinda do catarinense Frey e de outros milhares de sulistas (hoje taxados de "incendiários") que migraram com a mesma intenção de ocupar "a terra prometida", foi a salvação da lavoura de Rondônia, ou melhor, a alavanca que trouxe vida e riqueza a um estado até então esquecido no mapa do Brasil.

Hoje, testemunhando todo esse progresso, a gente custa a acreditar. Até 1970, Rondônia só tinha dois municípios perdidos em 243.044 quilômetros quadrados, sendo um deles o da capital de Porto Velho. O outro era Guajará-Mirim, lá na fronteira da Bolívia. Hoje o estado de Rondônia tem 23 municípios constituídos, com mais 25 novos que deverão ser aprovados pela Constituinte estadual, ficando com um total de 48 municípios.

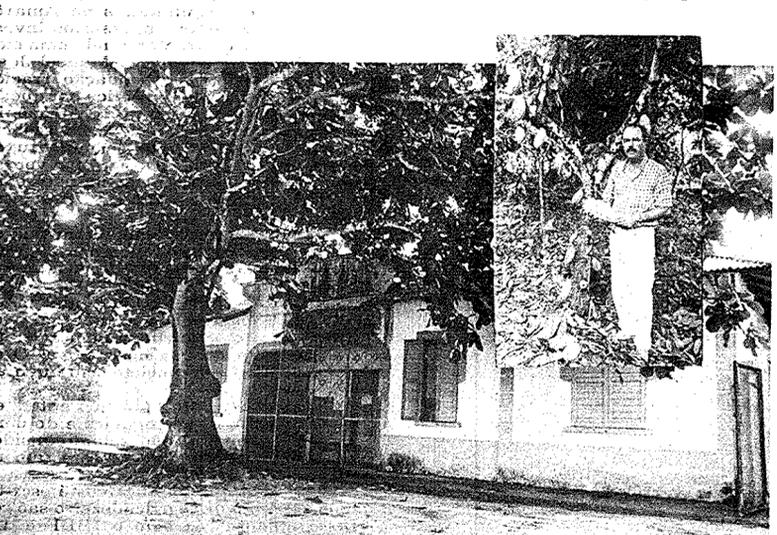
Grças aos "incendiários" que vieram do Sul para ficar no Norte, aumentando a população de 170 mil (censo de 1970) para 1 milhão e 100 mil brasileiros, o delegado do IBGE pode encher a boca quando faz um balanço da produção econômica de seu estado:

Rondônia já bateu o Paraná em produção agrícola, sendo o segundo no País em produção de cacau e o quarto em produção de café. É o maior produtor de feijão, arroz e milho da região Norte. E tem um rebanho bovino de 1 milhão de cabeças. E com base em levantamento realizado pela Embrapa, Rondônia tem mais terras agricultáveis (em áreas) do que o estado de São Paulo, que tem um território do mesmo tamanho que o nosso. Mas o futuro de nosso estado está mesmo no pólo cacauero de Ariquemes.

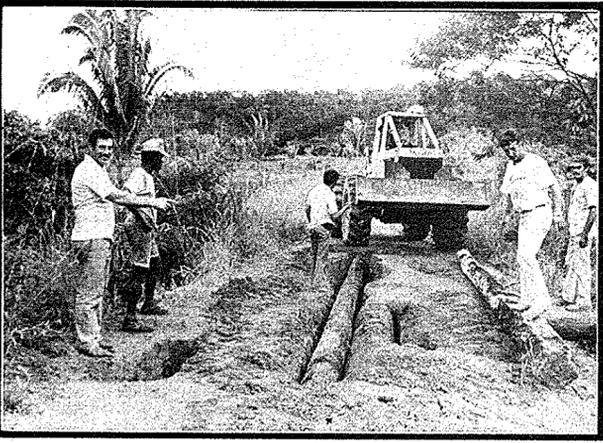
Cacaueros enfrentam crise de preço

No contexto sócio-econômico de Rondônia, se sobressai o pólo cacauero, de Ariquemes, município localizado a 200 quilômetros de Porto Velho, onde o Incra começou em 1976 a implantação de três projetos conjugados, todos dentro da mesma filosofia dos PADs (Projeto de Assentamento Dirigido), que procurou atender a três faixas distintas de candidatos na aquisição dos lotes.

O primeiro a ser implantado foi o Projeto Marechal Dutra, num total de 150 mil hectares, com lotes de 100 hectares distribuídos a colonos humildes que provassem sua condição de pobreza. O Projeto Burareiro veio logo em seguida, com 150 mil hectares distribuídos em lotes de 250 hectares a agricultores "remediados", na base de financiamento, a maioria constituída de pequenos proprietários que venderam as suas terras por bom preço no Sul para adquirir outras bem mais em conta na Amazônia, além da vantagem de maior dimensão. Finalmente, foi implantado o Projeto Licitação, de 200 mil hectares, com lotes de 500 a 1.000



Já instalados, os desbravadores conseguem produzir cacau melhor do que no sul da Bahia



A ocupação de Rondônia é marcada pela improvisação. A falta de escolas e estradas encontra soluções rústicas, enquanto não vêm as obras definitivas

hectares destinados a proprietários que tivessem condições de adquirir essas glebas.

Mesmo sem o apoio oficial que lhes falta até hoje, os pequenos, médios e grandes proprietários rurais que vieram do Sul resolveram transformar a mata virgem rondoniense em campos de produção agrícola. E dentro de pouco tempo conseguiram promover a região em pólo cacauero tão bom e produtivo quanto o do sul da Bahia: "O cacau de Ariquemes pode atingir de 1 quilo a 1.200 gramas por pé, enquanto o de Ilhéus só atinge 800 gramas", informa o paulista Olavo Paschoal, de 30 anos, técnico em agropecuária que saiu de sua terra, Ourinhos, com 18 anos "atraído pelo encanto da Amazônia". E assim nasceu o município de Ariquemes, que com apenas 11 anos de fundação já tem 180 mil habitantes.

Mas no momento a economia do município se encontra bastante abalada, com os agricultores vivendo aquela situação contraditória do homem que atravessou o oceano a nado e acabou morrendo na praia de cansaço. Pior, muito pior do que transformarem Ariquemes em inferno da Malária (o que já afugentou a vinda de novos imigrantes) é a situação vivida pelos plantadores de cacau. Na rápida entrevista que mantivemos com o catarinense Hugo Frey, encurtada por ele "porque vocês, repórteres, colocam na boca da gente o que a gente não disse", ele só se queixou da falta de uma política do Governo para os produtos agrícolas, principalmente a soja e o cacau. E quando lhe perguntamos sobre a exportação de amêndoas dos 200 mil pés de cacaueros que tem plantado em sua Fazenda Rio Branco, herr Frey deu por encerrada a conversa:

— O preço do cacau é uma piada sem graça.

Piada, não; sem graça, sim. Na média alta, a tonelada do cacau já valeu quatro mil dólares. O normal intermediário oscilou entre a média de 2.700 a 2.800 dólares. A preço de maio, a tonelada do cacau baixou para 1.200 dólares.

— Parece mentira, mas um quilo de amêndoas de cacau, que exige tanto trabalho desde que o cacau é tirado do pé, está custando menos do que um quilo de quiabo ou de tomate.

A comparação é do catarinense Antonio Paulo Bortolotto, de 54 anos, dono da Fazenda Carimã, de 250 hectares, um dos colonos pobres do Projeto Burareiro. Mas a referência de pobreza é de um passado recente, porque Bortolotto se considera hoje um homem realizado, com 22 mil pés de cacau produzindo desde 1983 "14 mil quilos por safra". Sua realização atual não provém só disso. Ele planta, também, seringa, café, pimenta do reino, coco e alimentos de consumo imediato: feijão, arroz e verduras. E ainda possui um rebanho bovino de 130 cabeças.

Radicado na região desde 1976, quando chegou "carregando o pouco que tinha nas costas", Antonio Paulo Bortolotto acompanha preocupado pela televisão os ataques aos agricultores que "estão queimando a Amazônia". Balança a cabeça como se quisesse exorcizar um pesadelo, seus olhos claros se arregalam como sinal de que está bem acordado:

— Eles que inventem o que quiserem, porém o Bortolotto e sua família daqui não saem. Além de Deus, ninguém me tira daqui. Já paguei a minha escritura com o suor de meu trabalho, eu e minha família.

A família do agora pequeno fazendeiro Antonio Paulo Bortolotto é composta de 24 pessoas: ele, a mulher, sete filhos casados e 15 netos — estes últimos nascidos em Rondônia.

Campanha surte efeitos desejados

Pelo que ouvimos, a campanha "ecológica" contra o desmatamento (afinal, quem é a favor?) está atingindo a mídia prevista de repulsa popular. Só que essas manifestações são absolutamente antagônicas. Quando preenchíamos a ficha para alugar um carro em Porto Velho, a recepcionista Sheila Socorro Andrade, de 25 anos, estudante de Comunicação Social, pediu que gravássemos sua mensagem ao tomar conhecimento de nossa profissão, sem que lhe fizéssemos qualquer pergunta a respeito:

— Como o senhor é jornalista, aproveite para colocar no seu jornal que nós, rondonienses, não estamos gostando dessas mentiras de queimadas e desmatamento. E não vai ser um cantorzinho de meia tigela, como esse tal de Sting, que vai conseguir a internacionalização da Amazônia, mesmo se aproveitando da bondade e da ingenuidade dos nossos índios. Esse pessoal está pensando que a gente daqui é besta? Eles estão interessados é na nossa riqueza.

Quem levou a pior, na outra versão de revolta foi o advogado Luiz Roberto Debowski, paranaense radicado em Ariquemes há bastante tempo e que nunca tocou fogo em nada, a não ser para acender o seu cigarro. Nas últimas férias de janeiro, quando passeava com a família na praia de Ubatuba, de repente viu seu carro cercado por um grupo de ecologistas de sunga.

— Ele passou sérios apertos só porque a chapa do seu carro era de Ariquemes, Rondônia. Xingaram, foi chamado de "incendiário" filho daquela distinta senhora e quase tocaram fogo no seu carro. E o Debowski é que foi taxado de "incendiário"...

Quem lembra o incidente é Washington de Oliveira Neto, de 52 anos, radicado na região desde 1977, paulistano da gema que morre de amores pela Amazônia, onde pretende "morrer de velho", esperança que pode alimentar depois de ter sobrevivido a 11 malárias. Como Roberto Debowski, ele também é advogado "mas só nas horas de folga". Diz que se sente feliz por ter descoberto "a tempo", sua vocação para agricultura, tendo como campo experimental a Fazenda Urupema, de 500 hectares de terra roxa "da melhor qualidade", comprada à vista através do Projeto Licitação, e que hoje tem "em franca produção" cinco mil pés de café, 100 mil pés de cacaueros e 50 hectares de seringueiras plantadas.

— No princípio, o Governo dizia que isto aqui era o eldorado. Os agricultores do Sul venderam tudo, vieram para cá, plantaram e estão produzindo. E de repente essa gente virou bandido. De repente, isso aqui deixa de ser Brasil. De repente, isso aqui virou penico do mundo.

Linguagem fácil de quem lecionou vários anos para sustentar o seu curso de Direito na Universidade Mackenzie, em São Paulo, aparência distinta de diplomata britânico com seu cachimbo eternamente grudado na boca, Washington faz parte da liderança local depois de já ter ocupado as presidências da Associação dos Cacavicultores de Rondônia, do Sindicato Rural e da Cooperativa. Ao contrário de seus colegas fazendeiros e agricultores por tradição, que vieram "fazer independência" em Rondônia, ele optou pela Amazônia por "pura intuição", justamente quando ocupava o alto cargo de diretor-superintendente de uma consolidada empresa na capital federal, onde se dava ao luxo de cultivar hobbies como o de pilotar planadores no aeroclube de Brasília. Hoje, ele é o porta-voz de gente sofrida:

— Quem é que pode pagar juros de 30 por cento ao mês para cuidar de lavoura? Quase toda produção do pólo cacauero de Ariquemes, que é 50 por cento de Rondônia e fica na base de 60 mil toneladas por ano, já está "vendida" muito antes de ser colhida. Quer dizer: já está penhorada nos bancos. E tem muito fazendeiro daqui que está garimpando cassiterita e ouro para pagar seus papagaios no Banco do Brasil.

Sem saudosismo, fala de anos anteriores:

— Plantar em Rondônia já deu bons resultados. Mas hoje estamos plantando unicamente pela sobrevivência. A gente está fazendo esse esforço na base do sangue, suor, lágrimas e malária. Tudo que o Governo promete, não cumpre. E como se só isso não bastasse, ainda somos taxados de destruidores da Amazônia.

Washington conclui, após profunda cachimbada:

— Os norte-americanos acabaram com os seus índios e fizeram desses massacres temas de filmes épicos. Lembra do general Custer? Lembra do Bufalo Bill? E também acabaram com as florestas deles. E agora querem tomar conta da Amazônia. ■

Sucesso marca prospecções da Petrobrás

A Petrobrás, mais uma vez, terminou com sucesso no início de julho a perfuração e avaliação do poço Cúpula 1 (1-CUP-1-AM) na Baía do Solimões, região de Urucu, no Estado do Amazonas. O teste de produção revelou gás natural e condensado, e o novo campo vai ser agregado às reservas de hidrocarbonetos na região que somam 108 milhões de barris de óleo in place e 22 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Mesmo com as limitações de investimentos da Petrobrás, homens e equipamentos, no meio da selva amazônica, trabalham exaustivamente para tornar realidade o sonho e compromissos da maior empresa brasileira. Estão sendo construídos oleodutos, estradas, portos e outras instalações. As sondas perfuram o subsolo utilizando novas técnicas, encontrando riqueza do petróleo e do gás natural.

A perseverança dos técnicos da estatal, parece alheia aos problemas a enfrentar, e a área descoberta em outubro de 1986 se transforma a cada dia em um novo pólo produtor, que contribuirá, gradativamente, para que o País possa alcançar a sua auto-suficiência na produção de petróleo. A Amazônia não é só o verde, é também riqueza mineral, extraída de forma planejada pela Petrobrás, com o suor de muita gente que conhece e respeita esta terra, e dela colhe o petróleo e o gás natural.

PRESERVAÇÃO

Quando a Petrobrás descobriu petróleo em outubro de 1986, através do poço pioneiro 1-RUC-1-AM, próximo ao rio Urucu, a preocupação com o meio ambiente já era urgente. Afinal, uma região defendida internacionalmente passaria a ser um novo pólo produtor de petróleo e gás natural, energia que o Brasil tanto precisa.

Com a visita a Urucu, em janeiro de 1988, de uma equipe de dez cientistas de renomado conhecimento, teve início o estudo da região e a preparação de um relatório para compor o programa ambiental amazônico. Os componentes do grupo, elaboraram um documento com oito propostas, que foram analisadas pelos técnicos da Divisão de Engenharia de Segurança e do Meio Ambiente da Petrobrás — Desema.

O consenso destacou a necessidade do respeito à lei referente ao patrimônio natural; o desestímulo à criação de novas cidades; o controle das áreas através de zoneamento ecológico e a recomposição faunística e florística das áreas desmatadas; a não utilização dos leitos dos rios para assentamento de dutos; a irreversibilidade da extinção de espécies; a cobrança da atuação das autoridades para resolver os problemas de alimentação, saúde e educação da população; a não retificação dos rios; a minimização quanto à construção de estradas; a utilização de mão-de-obra das cidades próximas como Tefé, Coari e Carauari; a separação, na abertura de clareiras, do humus superficial para recomposição posterior e a realização de estudos ambientais básicos nas áreas a serem impactadas pelas instalações da Petrobrás.

Em decorrência destas diretrizes, a Petrobrás firmou vários convênios, destacando-se aqueles realizados com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e com a Fundação Universidade do Amazonas, com o objetivo de se adotarem medidas preventivas e corrigir eventuais impactos já existentes nos ecossistemas da região.

Na área de saúde já foram deflagrados programas de combate à malária, leishmaniose e a hepatite viral, proporcionando maior assistência aos empregados da Companhia e

das firmas contratadas, além de beneficiar as populações ribeirinhas da região.

Após estudos executados em articulação com o órgão ambiental do Estado do Amazonas (Codeama), a Petrobrás já tem pronto o seu Plano Diretor Ambiental da região de Urucu que, através de um zoneamento ecológico da área de influência, incluindo as cidades de Coari, Tefé, Carauari e Camarutã, visa ordenar o uso do solo e delimitar as áreas de preservação e proteção ambiental.

Em novembro do ano passado, a Companhia assinou um contrato de concessão de direito real de uso de duas glebas de terra com o Governo do Estado do Amazonas. Perfazendo um total de 5.140 km², as áreas situadas no município de Coari destinam-se à implantação dos projetos da Petrobrás, podendo, inclusive exercer a defesa de posse, nos termos da lei.

A concessão das áreas evitará a formação desordenada de núcleos habitacionais pelos ribeirinhos, que para lá iriam se dirigir em busca de oportunidades de trabalho, bem como a ação dos invasores e dos especuladores que passariam a agir nas proximidades da área de atuação da Companhia, promovendo desmatamentos e queimadas na floresta tropical, comprometendo sua flora e fauna.

Várias soluções operacionais estão sendo implementadas na área, eliminando ou minimizando os problemas ambientais. A nova tecnologia da perfuração a ar elimina o descarte de efluentes (fluido de perfuração), que são contidos agora dentro do poço.

Para a eliminação de diques (bacias que retêm os efluentes), está sendo utilizado um equipamento de alta tecnologia, denominado de "sistema antidique", que transforma praticamente em pó, os mesmos efluentes.

O planejamento sócio-econômico, que toma por base os aspectos físicos, o uso do solo, recursos naturais e a utilização das águas, incluindo rios e lagos, será implementado a partir da elaboração de um programa com auxílio de dados coletados no campo, entrevistas nas comunidades e com autoridades.

Gradativamente, a mão-de-obra das cidades mais próximas, como Carauari, Tefé e Coari está sendo absorvida nas frentes de trabalho em Urucu, proporcionando um maior conhecimento para a população em relação às atividades da Companhia.

O investimento biológico da flora e da fauna está sendo elaborado através do levantamento e classificação de espécies significativas no ecossistema da região.

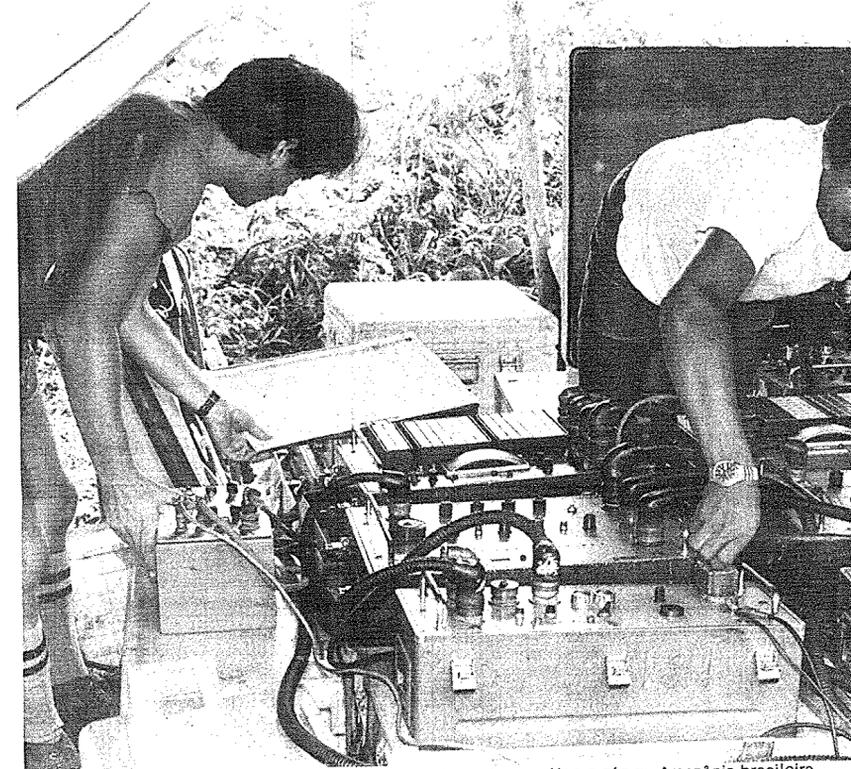
Existem inúmeras espécies de árvores na região que formam a chamada "colcha verde". Embora se tenha a impressão de uma área plana (vista aérea), a floresta amazônica possui um relevo acidentado, com grandes declives e acíves, que abrigam árvores como a Seringueira, Aliborana, Louro Inhamui, Matamatã, Angelim, Urucu e palmeças, tais como a Patuaú e Inajá.

O reflorestamento se dá gradativamente, com o plantio de mudas tratadas no horto da Companhia na área. Além do horto, existe no mesmo local um orquidário com cerca de 400 unidades, onde se incluem orquídeas raras e outras em extinção.

Da simples clareira que abrigava a sonda SM-1 que perfurou o poço RUC-1, encontrando óleo em 1986, nasceu uma nova província petrolífera no País, que, devido ao completo isolamento na mata fechada está se desenvolvendo de forma planejada, de modo a preservar o maior patrimônio do homem: a natureza.



A Petrobrás vem tendo total cuidado como o petróleo produzido em Urucu, desde o poço, até a refinaria



Técnicos da companhia prospectam, incessantemente, petróleo e gás na Amazônia brasileira

Produção é de 400 mil barris

Cravado no meio da selva amazônica, a centenas de quilômetros das grandes metrópoles, o complexo de Urucu já produziu, desde julho de 1988, cerca de 400 mil barris de óleo, volume que poderá alcançar 150 mil barris/mês em outubro próximo, elevando a média diária para 5 mil barris.

Dos treze poços perfurados na área de Urucu, dos seis na Leste de Urucu e dos quatro nas áreas Sul de Urucu, apenas sete poços da primeira área estão interligados por dutos e produzindo.

O foto de não colocar todos os poços em produção com vazão máxima, atende às técnicas dos estudos de reservatórios, que, em parte será resolvido pelo oleoduto de 0 4 1/2" que liga o rio Urucu ao Porto Terminal no rio Tefé.

No desenvolvimento da extração de óleo e gás na selva, serão instaladas unidades satélites de produção, onde se concentrará um determinado número de poços. Destas unidades, o petróleo será enviado para a estação central de produção, a ser instalada na área do poço RUC-4.

A exemplo disto, um manifold (conjunto de válvulas), com capacidade para até oito linhas já está recebendo a produção de três poços; enviando para a estação coletora do RUC-6, que poderá ser utilizada como uma unidade satélite quando for implantado o sistema definitivo.

Outra linha de 0 4 1/2" está interligada ao manifold e à estação RUC-6. O objetivo é poder testar a vazão de cada poço. Como o número de poços produtores vem crescendo, e no momento existem três poços em fase de complementação, a Petrobrás acaba de concluir a primeira linha soldada no meio da selva amazônica, com 0 6" e 10 km de extensão, que servirá como linha tronco para produção dos poços satélites.

Na estação de produção, que aproveitará a clareira aberta para perfuração do poço RUC-4, prevê-se a instalação de galpões de armazenamento e oficinas, a área administrativa, o parque de tubos e compressores para reinjeção de gás nos poços. Uma possível Unidade de Processamento de Gás Natural poderá ser instalada na área.

Os três compressores reinjetarão o gás nos reservatórios, mantendo sua pressão e aguardando os estudos da UPGN que produzirá gasolina e GLP (gás de cozinha).

Clientes para o gás podem viabilizar o projeto definitivo.

O interesse pelo gás natural é crescente em todo o País. O Nordeste é abastecido por um gasoduto de grandes dimensões, São Paulo J. A recebe o produto diretamente da Baía de Campos, no Rio de Janeiro. Afinal, um combustível de alto teor energético, a um custo relativamente baixo e que, pela queima total, não emite poluentes para a atmosfera, torna-se extremamente atrativo.

As reservas do Amazonas são grandes, tal qual o investimento a ser realizado para colocar o gás em grandes centros consumidores. As dificuldades de caixa da Petrobrás levaram a estatal a estudar alternativas para a comercialização deste gás a curto prazo de modo a financiar os projetos de exploração de óleo e gás.

Em contatos realizados com a Eletrobrás, estima-se que um gasoduto possa ser construído até Porto Velho em Rondônia. A demanda seria de 1,5 milhão de m³/dia de gás para a geração de energia elétrica, sem inundar extensas áreas com a construção de barragens para hidrelétricas.

Para que este volume possa ser fornecido, seriam necessários 5,5 bilhões de m³ de reservas, num horizonte de dez anos. Hoje a Petrobrás dispõe de 9,7 bilhões de m³ de reservas no Amazonas (Jurua e Urucu), o que viabiliza o fornecimento imediato do produto, já que, ao longo do tempo, novas reservas serão agregadas.

Outro cliente potencial é uma grande empresa fabricante de alumínio. A demanda prevista é de 1,850 mil m³/dia de gás (675 milhões de m³/ano) para gerar 240 megawatts por ano de energia elétrica, que produzirão 120 toneladas/ano de alumínio.

Um dos melhores petróleos do mundo

Com 42º API (American Petroleum Institute) em média, o petróleo de Urucu é considerado pelos próprios técnicos da refinaria da Petrobrás em Manaus — Reman, como um dos melhores do mundo.

No processamento do óleo puro, o rendimento de óleo diesel foi de 43,7%, GLP com 10,9%, óleo combustível com 0,2% e gasolina com 45,7%. Misturado ao de Carmópolis, oriundo de Sergipe, na proporção de 37% para 63% em um tanque, a quantidade de diesel cai para 27,8%, o GLP para 6% e a gasolina para 24,9%. O único derivado com maior quantidade é o óleo combustível, correspondente a 41,3% de cada barril processado.

É decorrente das características de cada óleo. Enquanto o de Carmópolis é pesado, gerando produtos menos nobres como o óleo combustível e asfalto, o de Urucu desdobra-se em derivados mais leves, de alto valor comercial e de grande demanda interna.

A Petrobrás destaca também, em qualidade do óleo de Urucu, pois com apenas 0,04% de teor de enxofre, ele praticamente não polui. Em Nova Iorque por exemplo, o petróleo a ser processado só pode ter 0,3% de enxofre. Logo, o óleo de Urucu está a bem abaixo disto.

Para chegar com o petróleo até a refinaria de Manaus, a Petrobrás percorreu caminhos difíceis, mas o esforço valeu a pena. A Amazônia tem a certeza de ser cada vez mais rica e o País começa a desfrutar desta riqueza através da extração ordenada do "ouro negro", onde todo o respeito pela natureza, para a maior empresa brasileira, continua sendo fundamental.

Em 22 poços, só 2 não jorraram

A Petrobrás alcançou o sucesso exploratório na área de Urucu, onde foram perfurados 22 poços e, em apenas dois deles não se encontrou petróleo ou gás, por estar localizado no fim da rocha geradora, servindo, para indicar que além daquele ponto, não existem hidrocarbonetos.

O objetivo da empresa é provar reservas (novos campos), dando ênfase aos poços exploratórios para que se possa viabilizar o projeto definitivo de produção. A área Leste de Urucu, após levantamentos, parece bem maior do que antes. Ela está crescendo, segundo as reavaliações com a sísmica tridimensional.

As atividades exploratórias estão concentradas na região Leste de Urucu com uma equipe sísmica, e próximo ao rio Solimões, à margem esquerda do rio Tefé. Nesta nova área, denominada de Uariní, as primeiras linhas sísmicas foram feitas em 1988 e os trabalhos de semidetalhe confirmaram a possibilidade de se encontrar mais óleo ou gás.

Existem apenas duas sondas na área, devido aos cortes de investimentos promovidos pela Petrobrás, que atravessa sérios problemas financeiros. A sonda modulada a Nº 8 perfura um poço ao Norte e a Quel-

roz Galvão Nº 1 (contratada) está perfurando o primeiro poço direcional de desenvolvimento da área, o 7-RUC-18D-AM.

A tendência do custo de perfuração era de redução, e quanto menores os valores, mais auto-sustentável ficaria a exploração de hidrocarbonetos, mas os novos cortes poderão prejudicar esta meta.

As duas equipes sísmicas (ES-212 e ES-234) que estão cobrindo as novas áreas, são compostas de 150 homens cada uma, que ficam até trinta dias dentro da selva, para realizar 200 km de linhas, em regiões às vezes totalmente desconhecidas.

O respeito à natureza fez com que o Departamento de Exploração da estatal determinasse às equipes que não cortassem as árvores mais nobres e de maior porte, desviando a "picada" destas, obrigatoriamente.

As chuvas constantes, que em algumas épocas do ano duram semanas, prejudicam a leitura dos dados sísmicos, pelo ruído que provocam. Os equipamentos necessários à leitura dos dados são carregados pelos técnicos, que precisam transportar alguns igarapés no meio da selva.

Planejamento e economia marcam Urucu

Em novembro de 1987, treze meses após a descoberta de óleo e gás na região, inicia-se um novo e importante projeto na área do rio Urucu. Dotá-la de uma infra-estrutura viária, com base de helicópteros, portos, armazéns para estocagem de materiais e equipamentos e até um aeroporto, pareciam metas distantes, mas hoje tudo isto é real.

Das cerca de duas horas e meia do aeroporto de Manaus ao de Caranari e mais um trecho a bordo de helicópteros que sobrevoam a selva por mais uma hora e mais para chegar a Urucu, hoje é necessário apenas uma hora e quarenta minutos para chegar de avião a Urucu, sem transbordos e com maior comodidade para aqueles que vão passar ou passarão muitos dias na selva.

Em fevereiro último, o aeroporto da Petrobrás entrou em operação com pista de 1.000 metros, recebendo aeronaves do tipo Bandeirantes, após a homologação do DAC. Em março é concluída a pista com 1.300 metros, permitindo o pouso e decolagem de aviões maiores como o Fokker, com capacidade para 44 passageiros.

A pista, segundo a empresa, poderá ser ampliada em 200 metros, vi-

sando, principalmente, maior segurança para as operações. Serão construídos hangares para os helicópteros que precisam ir até Carauari (cerca de uma hora e meia de voo) para realizar a manutenção necessária, e voltar na manhã do dia seguinte a um custo de US\$ 2.600 por dia para cada aparelho. Esta operação onera os custos e não permite o pronto atendimento das aeronaves em casos de emergência.

Para o transporte da mão-de-obra local, ainda são utilizados helicópteros e aviões, que fazem o percurso das cidades de Tefé e Carauari para Urucu. Em janeiro, cerca de 16 helicópteros operavam na área. A partir de fevereiro, com o uso de aviões maiores, começam a ser liberados os helicópteros. Em abril, mês de operações exclusivas de aviões no aeroporto, a frota de helicópteros é reduzida para apenas seis unidades.

A economia e a flexibilidade operacional perseguidas pela Petrobrás é muito grande. Em janeiro, duas mil horas de voo em helicópteros representaram um custo de US\$ 1,7 milhão, enquanto os aviões, com 130 mil km percorridos, somaram US\$ 320 mil. Em abril, com a redução de helicópteros, 730 horas de voo cor-

responderam a um dispêndio de US\$ 940 mil, enquanto 120 mil km de avião alcançaram US\$ 450 mil.

A diferença do custo do transporte aéreo de janeiro para abril representou uma economia de US\$ 800 mil, além da maior segurança, menor tempo de voo e redução do gasto com o combustível para helicópteros. Em janeiro, cerca de 760 mil litros de querosene de aviação (QAV-1), foram gastos com estas aeronaves, ao passo que, em abril, este volume foi de apenas 290 mil litros.

A expectativa é de que com a complementação do aeroporto a economia atinja US\$ 1 milhão por mês. Com a economia gerada de janeiro para abril a estatal prevê que o investimento de US\$ 8 milhões no aeroporto, já incluindo as obras de ampliação, seja recuperado a curto prazo.

Nas estradas abertas no meio da selva também são registrados números positivos. O apoio das sondas, helicópteros principalmente, representa 50% do custo da perfuração, e a economia pode ser obtida, na medida em que as estradas sejam ampliadas.

Perfuração não agride ecologia

Poços verticais necessitam da abertura de clareira em cada ponto da perfuração. Já o sistema direcional precisa apenas de uma clareira, de onde são perfurados vários poços deste único ponto. Na clareira do RUC-7 a Petrobrás está perfurando o terceiro poço direcional de um total de cinco.

O afastamento do ponto central varia de 800 a 1.000 metros considerando que cada clareira exige uma área desmatada de 70 mil m². Só nestes poços direcionais, são preservados cerca de 280 mil m² de floresta. Na fase final de desenvolvimento, o número de poços perfurados neste sistema deverá chegar a 12 por sonda. Logo, a área a ser preservada alcançará 770 mil m².

Buscando novas alternativas tecnológicas para baratar o custo das operações e causar o mínimo de impactos ambientais na área, a Petrobrás iniciou uma experiência no poço 7-RUC-18D-AM com perfuração a

ar. Os resultados obtidos foram excepcionais, segundo a estatal.

Na área do Alto Amazonas, todos os poços têm de vencer camadas de diabásio (rocha extremamente dura) com cerca de 700 metros de espessura, que provocam o baixo rendimento da perfuração.

Da forma convencional, a perfuração deste diabásio é realizada em aproximadamente vinte dias. Com a perfuração a ar comprimido o tempo da mesma operação é de apenas oito dias. A taxa média de penetração passou de 1 metro/hora (método convencional) para 7m/h, quando em alguns trechos se conseguiu até 20 m/h.

Além do ganho em produtividade, este novo sistema é totalmente antipoluinte, pois a descarga do cascalho sobre limpa pelo poço, já que foi utilizado ar. No método convencional, o cascalho que sobe pelo poço está impregnado de fluido de perfuração.



Equipamentos como o "sirri" garantem que a Petrobrás recolha o óleo accidentalmente derramado no rio